

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 386, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 901/2024****OF 943/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.825, de 11 de novembro de 2021, que renova, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à Rádio FM Medianeira Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 901

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 3.825, de 11 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2021, que renova, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à Rádio FM Medianeira Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 20 de agosto de 2024.

Brasília, 14 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 3825, de 7 de outubro de 2021, publicada em 18 de novembro de 2021, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/11/2021 | Edição: 216 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 3.825, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 05 de novembro de 2021, publicado no DOU de 08 de novembro de 2021, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 943/2024/CC/PR

Brasília, 21 de agosto de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.825, de 11 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2021, que renova, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à Rádio FM Medianeira Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/08/2024, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6020622** e o código CRC **C565DAC8** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 1976/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.036266/2018-49.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/01/2022, às 19:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9289969** e o código CRC **67ED45DF**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 1976/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.036266/2018-49.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/01/2022, às 19:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9289969** e o código CRC **67ED45DF**.



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Fundações Privadas

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		Rádio FM Medianeira Ltda.	
CNPJ:	04.387.509/0001-90	CEP da Sede:	85.884-000
Endereço da Sede:	Av. Pedro Soccol ,452 – Sala 01 – Centro – Medianeira/ PR.		
E-mail:	lucaspaloschi@gmail.com		
Serviço a ser renovado	(X) Radiodifusão Sonora	(X) em Frequência Modulada	
		() em ondas curtas	
		() em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de Sons e Imagens		
Período da renovação	17 junho 2018 a 17 junho 2028		
Localidade da renovação	Buritis	UF:	MG

Eu Lucas Paloschi, inscrito no CPF sob nº 899.468.711-49, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a seguir e encaminhando a documentação necessária para a renovação de outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento, com ressalva as diferenças referentes às coordenadas geográficas e sistema de transmissão que já estão registradas no sistema MOSAICO e aguardam aprovação.
- (b) A entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada.
- (c) A entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado.
- (d) Nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a

Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38) 3662-2088



concessão ou permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

- (e) Nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou funções dos quais decorra foro especial.
- (f) A pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art 1º, caput, inciso 1, alínea "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Buritis, 08 de Maio de 2018

Lucas Paloschi

CPF: 899.468.711-49

Procurador


**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088**

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 04.387.509/0001-90, estabelecida na Avenida Pedro Soccol nº 452, centro, MEDIANEIRA/PR, representada por seu sócio gerente **JOZIAS DE LIMA**, brasileiro, casado, empresário, RG n 3.551.010-9 SSP/PR, CPF nº 483.391.489-15, residente e domiciliado em Medianeira/PR.

OUTORGADOS/PODERES: Pelo presente Instrumento de Procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador os Srs. **LUCAS PALOSCHI**, brasileiro, solteiro, empresário, CPF nº 899.468.711-49, RG nº 1063445892 - SSP/RS, residente e domiciliado na Av. Minas Gerais, nº 620, centro, BURITIS/MG, Fone: (38) 3662-2088, e-mail: lucas@transaméricaburitis.com.br; e **OSCAR FRANCISCO PALOSCHI**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/DF sob nº 12.773, CPF nº 621.882.320-20, com escritório profissional em Brasília/DF, Fone: (61) 9231-6519, e-mail: oscar.advogado@gmail.com; a quem outorgam os poderes para o fim específico de representá-la em todos os Órgãos Públicos Federais e Estaduais, em especial junto ao Ministério das Comunicações e Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, inclusive perante os seus Departamentos e Órgãos Técnicos, em todos os assuntos pertinentes e de interesse da outorgante **que se referirem as permissões para executar e explorar os serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Buritis/MG obtida através da Concorrência nº 35/2001, cujo contrato de Adesão de Permissão foi celebrado com a União em 24/12/2008, extrato publicado dia 26/12/2008 no DOU Seção 3, pág. 110; podendo requerer a renovação e também a transferência da outorga para outra empresa;** requerer mudança de classe e aumento de potência, licenciamento para funcionamento de estação, alteração de local e de equipamentos; apresentar defesa e documentos, interpor recursos ou representações, constituir advogado, tudo requerer, firmar termos e compromissos, pagar taxas, preços públicos e emolumentos, requerer cópia de documentos, ter vista de processos administrativos, efetuar o cadastramento no CADSEI, alterar senha, acessar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), enfim, todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

Medianeira/PR, 14 de abril de 2016.


RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA
JOZIAS DE LIMA - Sócio-Gerente



SELO 7f9hc.90m9E.hajAk-MScRh.YYpS
Consulte em www.funarpen.com.br
TABELIONATO DE NOTAS - 1º OFÍCIO
Rua Paraguai nº 1771, Fone: 45.3264-1108
Comarca de Medianeira - Paraná
Reconheço como VERDADEIRA, a(s) firma(s) de:*****
JOZIAS DE LIMA.....
Medianeira, 28 de Junho de 2018
Em Testemunho _____ da verdade

Carlos Hugo Schneider - Tabelião
Alvaro Celestino Benetti - Escrevente
Norci Canabde Casan - Escrevente
Emerson Laureano Benetti - Escrevente





Senado Federal

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 177, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

Presidente do Senado Federal

RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA.

CONTRATO SOCIAL

JOZIAS DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. N.º 3.551.010-9 SSP/Pr., e do CPF/MF n.º 483.391.489-15, residente e domiciliado a Rua Getulio Vargas n.º 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná e **SOLANGE APARECIDA DE LIMA**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG. N.º 3.487.596-0 SSP/Pr., e do CPF/MF n.º 550.036.809-53, residente e domiciliada a Rua Getulio Vargas n.º 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, RESOLVEM, de comum acordo, constituir uma sociedade, que se regerá mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E DA SEDE DA EMPRESA

A sociedade girará sob o nome empresarial de **Rádio FM Medianeira S/C Ltda.**, com nome de fantasia de **Medianeira FM** e terá sua sede social à Av. Pedro Soccol n.º 452, sala 01, na Cidade de Medianeira/Pr., podendo instalar e manter filiais em todo território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Os objetivos da sociedade consistem em: **a)** execução, em qualquer parte do território nacional, dos serviços de TV a CABO, assim compreendido como serviço de telecomunicações não aberto a correspondência pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos; **b)** execução, em qualquer parte do território nacional, dos serviços radiodifusão sonora; radiodifusão de sons e imagens (televisão) incluindo repetição, retransmissão e geração de sinais de televisão; serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços de telecomunicações em geral, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente.

Parágrafo Único

A Sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviço de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo artigo 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.02.67

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data em que o Poder Público lhe outorgar autorização, permissão ou concessão para executar seus objetivos sociais em qualquer de suas modalidades.

RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PODER PÚBLICO

Nenhuma alteração contratual poderá ser efetuada sem prévia autorização do Poder Público concedente.

CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social estabelecido neste ato, é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) , dividido em 12 (doze) quotas de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

1. Jozias de Lima	6.00 quotas	R\$ 6.000,00
2. Solange Aparecida de Lima	6.00 quotas	R\$ 6.000,00
Total	12.00 quotas	R\$ 12.000,00

Parágrafo Primeiro:

A Sociedade integraliza neste ato o Capital Social de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), assim distribuído entre os sócios:

1. Jozias de Lima	R\$ 1.000,00
2. Solange Aparecida de Lima	R\$ 1.000,00
Total	R\$ 2.000,00

Parágrafo Segundo:

A Sociedade deverá integralizar o restante do Capital Social, na medida da necessidade de caixa da empresa ora constituída, a partir do efetivo início de suas atividades, assim distribuído entre os sócios:

1. Jozias de Lima	R\$ 5.000,00
2. Solange Aparecida de Lima	R\$ 5.000,00
Total	R\$ 10.000,00

Parágrafo Terceiro

A integralização referida nos parágrafos primeiro e segundo, será efetuada, em moeda corrente, segundo as quotas devidas a cada um, de acordo com o que se especifica no "caput" dessa cláusula.

Parágrafo Quarto

De acordo com o artigo 2º, "in fine" do Decreto-Lei Federal nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social.

Parágrafo Quinto

As quotas representativas do capital social pertencerão, pelo menos em 51%(cinquenta e um por cento) a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros.

Wj 4 Q

RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Parágrafo Sexto

É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade, cujo Capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. A participação referida só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

CLÁUSULA SEXTA – DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Compete o uso da denominação social, ao sócio **Jozias de Lima** o qual representará a Sociedade isoladamente, em juízo e fora dele, podendo, para tanto, representar a Sociedade junto às repartições públicas, Federais, Estaduais e Municipais e Autárquicas, movimentar contas bancárias, emitir títulos de créditos, procurações, endossar, avalizar e outros, sendo-lhes no entanto, vetado o uso em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, inclusive em avais a favor de terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade será exercida pelo sócio mencionado na Cláusula Sexta, que dispensado de caução, fica desde já investido na função de sócio-gerente, competindo-lhe a prática de todos os atos necessários ao pleno andamento dos negócios sociais.

Parágrafo Único

O sócio-gerente terá direito a uma retirada mensal, a título de "Pro'-labore", estabelecida de comum acordo entre os mesmos, obedecendo-se a capacidade financeira da Sociedade.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BALANÇOS ANUAIS E DA PARTILHA DE LUCROS OU PREJUÍZOS

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao Balanço Patrimonial da Sociedade para apuração de lucros ou prejuízos. Em se tratando de lucros, atendidas as obrigações sociais e feitas as amortizações e provisões consideradas necessárias e permitidas em lei, os lucros apurados anualmente, serão distribuídos entre os sócios, na proporção das quotas de capital de cada um, ou levado para a conta "lucros acumulados" para ulterior aumento de capital, e se apresentar prejuízos, os mesmos serão suportados pelos sócios na proporção das quotas de capital de cada um.

Aut. L. 5

RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE QUOTAS

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade, sem prévio consentimento expresso dos outros sócios e da autorização prévia do Poder Público concedente, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar sua resolução a sociedade com uma antecedência de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade o sócio remanescente terá preferência na aquisição das quotas do sócio retirante.

Parágrafo Primeiro

O pagamento dos haveres dos sócios retirantes far-se-á em moeda corrente nacional, sendo o total a receber dividido em até 36 (trinta) seis parcelas mensais iguais e sucessivas, acrescidas nas datas dos respectivos pagamentos da variação do índice oficial vigente e juros legais, vencendo-se a primeira delas 60 (sessenta) dias após a retirada dos sócios.

Parágrafo Segundo

É vedado aos sócios, darem suas quotas de capital, ou parte delas, que são indivisíveis, em caução, fiança ou penhor, em juízo ou fora dele, assim como onerá-las com cláusulas de usufruto, fideicomisso ou qualquer ato ou disposição de última vontade que, de qualquer forma venha contrariar ou perturbar os interesses e fins sociais.

Parágrafo Terceiro

O falecimento de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da Sociedade prosseguindo com os herdeiros do mesmo, os quais deverão ter seus nomes submetidos à prévia aprovação pelo Poder Público concedente.

Parágrafo Quarto

Verificando-se a ocorrência descrita no parágrafo anterior, será feita a apuração dos haveres do sócio falecido, e a seguir processada a entrega na forma legal aos legítimos herdeiros. Os haveres, se houverem, do sócio falecido, serão negociados pelos herdeiros e/ou sucessores legais na forma prevista no parágrafo primeiro desta Cláusula, dando sempre preferência, em igualdade de condições, à Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO

Pelo presente instrumento, os sócios declaram expressamente que não se acham incursos nas proibições legais que os impeçam de exercer as atividades previstas nos objetivos sociais referidos na cláusula primeira.

Cuf. 4 G.

RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para o exercício das funções de administrador e procurador, responsável pelas instalações técnicas e principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Primeiro

A Sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos.

Parágrafo Segundo

Os casos não previstos no presente contrato social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº3.708, de 10 de janeiro de 1919, e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da sede da Sociedade para a solução de qualquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento de constituição, obrigando-se a si, seus herdeiros e sucessores a cumprirem fielmente todos os seus expressos termos, em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Medianeira 11 de abril de 2001

Jozias de Lima

Testemunhas:

Mário Da Rold

Téc. Cont. CRC/Pr 025791/O-9

Marilete Osmani Da Rold

Cart. Identidade n.º 3.764.351-3

Solange A. de Lima
Solange Aparecida de Lima

TABELIONATO DE NOTAS - 1º OFÍCIO

Rua Paraguai nº 1903, Fone: 45.264-1108

Comarca de Medianeira - Paraná

Reconheço por SEMELHANÇA, a(s) firma(s) retro de:

SOLANGE APARECIDA DE LIMA.....

JOZIAS DE LIMA.....

Medianeira, 17 de Abril de 2001

Em Testemunho  a verdade

: : Carlos Hugo Schneider - Tabelião

: : Alvaro Celestino Benetti - Escrevente

✓ Norci Canalle Cassol - Escrevente

RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA.-ME

C.N.P.J. (MF) 04.387.509/0001-90

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JOZIAS DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. N.º 3.551.010-9 SSP/Pr., e do CPF/MF n.º 483.391.489-15, residente e domiciliado a Rua Getulio Vargas n.º 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná e **SOLANGE APARECIDA DE LIMA**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG. N.º 3.487.596-0 SSP/Pr., e do CPF/MF n.º 550.036.809-53, residente e domiciliada a Rua Getulio Vargas n.º 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, sócios componentes da sociedade civil que gira sob o nome empresarial de **Radio FM Medianeira S/C Ltda.-me**, estabelecida na Av. Pedro Soccol n.º 452, sala 01, Centro – Medianeira – Pr., com contrato social arquivado no cartório de registro de pessoas jurídicas sob n.º 0003092, livro A-010 de 17-04-2001, resolvem por este instrumento particular de alteração de Contrato, alterar as cláusulas do contrato originário, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

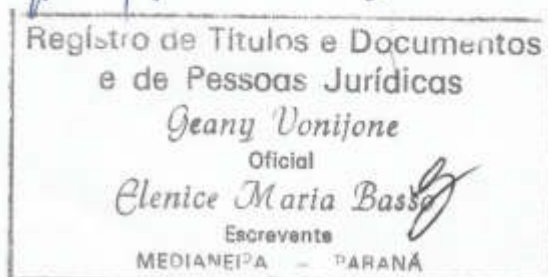
O capital integralizado que era de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) fica elevado para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dividido em 4 (quatro) quotas de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, integralizado neste ato, em moeda corrente do País, assim distribuído entre os sócios:

SÓCIO	N. QUOTAS	CAPITAL R\$
Jozias de Lima	2.00	2.000,00
Solange Aparecida de Lima	2.00	2.000,00
Total	4.00	4.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente.

Unimed. Arif. 4. Solange



RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA.-ME

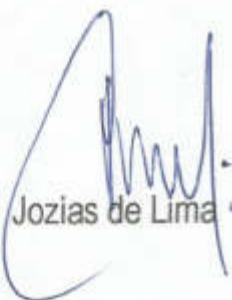
C.N.P.J. (MF) 04.387.509/0001-90

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, devidamente rubricado pelos sócios que se obrigam por si e seus herdeiros a cumpri-lo, fielmente, em todos os seus termos.

lavrado em três vias de igual teor e forma.

Medianeira 27 de Junho de 2.001


Jozias de Lima

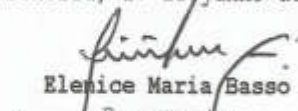

Solange Aparecida de Lima

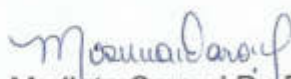
Testemunhas:


Mário Da Rold
Téc. Cont. CRC/Pr 025791/O-9

Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas
Geany Vonijone
Oficial
Elenice Maria Basso
Escrivente
MEDIANEIRA - PARANÁ

REG. TÍT. DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
PROTOCOLADO SOB Nº 0023655
REGISTRADO SOB Nº 0003173
NO LIVRO A -010
Medianeira, 27 de junho de 2001


Elenice Maria Basso
Escrivente


Marilete Osmari Da Rold
Cart. Identidade n.º 3.764.351-3

RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA.-ME

C.N.P.J. (MF) 04.387.509/0001-90

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Geany Vonijone
OFICIAL
MEDIANEIRA - PARANÁ
PROTOCOLO Nº. 30356 REGISTRADO SOB Nº. 4407
AS FOLHAS 152
DO LIVRO A 95 DO LIVRO A 15
MEDIANEIRA 26 DE 01 DE 2006

JOZIAS DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. N.º 3.551.010-9 SSP/Pr., e do CPF/MF n.º 483.391.489-15, residente e domiciliado a Rua Getulio Vargas n.º 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná e **SOLANGE APARECIDA DE LIMA**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG. N.º 3.487.596-0 SSP/Pr., e do CPF/MF n.º 550.036.809-53, residente e domiciliada a Rua Getulio Vargas n.º 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, sócios componentes da sociedade civil que gira sob o nome empresarial de **Radio FM Medianeira S/C Ltda.-me**, estabelecida na Av. Pedro Soccol n.º 452, sala 01, Centro – Medianeira – Pr., com contrato social arquivado no cartório de registro de pessoas jurídicas sob n.º 0003092, livro A-010 de 17-04-2001 e alteração n.º 0003173 de 27/06/2001, resolvem por este instrumento particular de alteração de Contrato, alterar as cláusulas do contrato originário, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sócia **SOLANGE APARECIDA DE LIMA** que possui na sociedade 6 (seis) quotas, totalmente integralizadas, cede e transfere-as totalmente a **DRAULIO FERNANDO RASERA**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade n.º 8.754.403 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, CPF n.º 171.531.589-87, residente e domiciliado no SHS – Quadra 06 – Conj. A – Bl. E, Sala 424, Brasília – DF, CEP 70332-915.

- O sócio retirante da empresa e ao sócio ingressante, plena quitação das quotas cedidas.
- Os sócios remanescente e ingressante declaram conhecer a situação econômica e financeira da empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em decorrência da presente alteração o capital social no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), dividido em 12 (doze) quotas no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios quotistas:

SÓCIO	N.º QUOTAS	CAPITAL R\$
Jozias de Lima	6	6.000,00
Draulio Fernando Rasera	6	6.000,00
Total do Capital Social	12	12.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas
Geany Vonijone
Oficial
Marina Vonijone Teli
Escriturante Juramentada
MEDIANEIRA - PARANÁ

1º TABELIONATO DE NOTAS DE BURITIS - MG

Av. Bandeirantes, 720 - Centro - CEP 36600-000 - Buritis - MG - Tel.: (38) 3662-1827
primeirooficiodeburitis@hotmail.com - TABELIA - MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA

AUTENTICAÇÃO

Selo(s):

Conferido e achado conforme original apresentado.

CRU75291

Data / hora da utilização: 16/05/2018 15:05:01

Dou fé. Monik Batista Trindade

Escrever

Emol.: R\$ 4,8

TFJ: R\$ 1,49



RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA.-ME

C.N.P.J. (MF) 04.387.509/0001-90

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL




CLÁUSULA QUARTA


Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente.

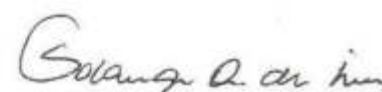
E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, devidamente rubricado pelos sócios que se obrigam por si e seus herdeiros a cumpri-lo, fielmente, em todos os seus termos.

lavrado em três vias de igual teor e forma.

Medianeira 25 de Janeiro de 2.005


Jozias de Lima,
Sócio remanescente


Draulio Fernando Rasesa
Sócio ingressante


Solange Aparecida de Lima
Sócia retirante

CARTÃO DE DISTRIBUIÇÃO E ANEXO

Distribuição nº 99/2006

Livro 02 : Fls 143

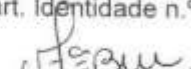
Medianeira 25/01/2006


Maurici J. G. Miranda

Distribuidor Jud. Designado - Port. 20/98

Testemunhas:


Marilete Osmari Da Rold
Cart. Identidade n.º 3.764.351-3 SSP/Pr


Marilete Richter Back
Cart. Identidade n.º 7.597.944-4 SSP/Pr


Instrumento Elaborado por
Mário Da Rold CRC/PR 025791/O-9.




1º TABELIONATO DE NOTAS DE BURITIS - MG
Av. Bandeirantes, 720 - Centro - CEP 38660-000 - Buritis - MG - Tel.: (38) 3662-1827
primeirooficiodetaburitis@hotmail.com - TABELIA - MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA

AUTENTICAÇÃO

Selo(s):

Conferido e achado conforme original apresentado.

CRU75292

Data / hora da utilização: 16/05/2018 15:05:01

Dou fé. Monik Batista Trindade

Escrever

Emol.:R\$ 4,8

TFJ:R\$ 1,49



RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA-ME

PROTOCOLO Nº. 34407 REGISTRADO SOB Nº 1515

C.N.P.J. (MF) 04.387.509/0001-90

AS FOLHAS

DO LIVRO A 06 DO LIVRO A

MEDIANEIRA, 22 DE 08 DE 2008

TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JOZIAS DE LIMA, brasileiro, empresário, portador do RG Nº 3.551.010-9 SSP/PR, CPF 483.391.489-15, residente a Rua Getulio Vargas nº 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná e **DRAULIO FERNANDO RASERA**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG Nº 8.754.403 SSP/PR, CPF 171.531.589-87, RESIDENTE E DOMICILIADO no SHS - Quadra 06 - Conj.A - Bl.E, sala 424, Brasília - Distrito Federal, CEP 70.332-915. Sócios componentes da sociedade civil que gira sob o nome de RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA., me, estabelecida na Av. Pedro Soccol nº 452, Centro - Medianeira - PR, com contrato social arquivado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas sob o nº 0003092, livro A-010 de 17-04-2001 e alterações nº 0003173 de 27/06/2001 e 0004407, folhas 143 do livro A-15, de 26/01/2006, resolvem por este instrumento particular de alteração de Contrato, alterar as cláusulas do contrato originário, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O sócio **DRAULIO FERNANDO RASERA** que possui na sociedade 6(seis) quotas, totalmente integralizadas, cede e transfere-as totalmente a **LAURO PALOSCHI**, brasileiro, bancário, casado em comunhão universal de bens, portador da RG 1.549.871 SSP/DF, CPF 167.434.400-78, residente e domiciliado a Rua 2, Casa 2, Ac. Tamboril - Vila Planalto - BRASILIA - DISTRITO FEDERAL. CEP 70.801-040

- O Sócio retirante dá a empresa e ao sócio ingressante, plena quitação econômica e financeira da empresa

CLÁUSULA SEGUNDA

Em decorrência da presente alteração o capital social no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), dividido em 12(doze) quotas de R\$ 1.000,00(um mil reais) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios quotistas:

SÓCIO	NºQUOTAS	CAPITAL
JOZIAS DE LIMA	6	R\$ 6.000,00
LAURO PALOSCHI	6	R\$ 6.000,00
Total do Capital Social	12	R\$ 12.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.



CLÁUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente.

E por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, devidamente rubricado pelos sócios que se obrigam por si e seus herdeiros a cumpri-lo, fielmente, em todos os seus termos

Lavrado em três vias de igual teor e forma.

Medianeira 26 de setembro de 2008

JOZIAS DE LIMA
Sócio remanescente

LAURO PALOSCHI
Sócio ingressante

DRAULIO FERNANDO RASERA
Sócio Retirante

TESTEMUNHAS:

SANDRA MARIA ALBUQUERQUE RASERA
RG 1612.408 SSP/DF

Pedro Pereira Nepomuceno
C.I. 03781664 OAB PE

Leônidas Fabiano R. Cruz
4º Ofício de Notas de Brasília-DF
Escrivente Autorizado

Gilberto
4º Ofício de Notas de Brasília-DF

Leônidas Fabiano R. Cruz
4º Ofício de Notas de Brasília-DF
Escrivente Autorizado

Leônidas F
4º Ofício de
Ex


Leônidas Fabiano R. Cruz
4º Ofício de Notas de Brasília-DF
Escrivente Autorizado

SELO UNICO DE
FUNAIREM
Monifone
Marina Monifone
Escrivente Funarrem
MEDIANEIRA - GOIÁS

1º TABELIONATO DE
NOTAS DE BURITIS-MG
Fone (38) 3662-1827
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original, versado em
de acordo com a Lei 7.112 de 11.11.66
e 8935 de 12.11.1966, autenticando esta cópia
que é reprodução do original.
16 MAI 2018
Juliana Dias de Souza
ESCREVENTE

SELO DE FISCALIZAÇÃO
AUTENTICAÇÃO
CRU 75283


Leônidas Fabiano R. Cruz
1º Oficial de Notas de Brasília-DF
Escrevente Autorizado



10/12/2018 14:22

LEONIDAS FABIANO R. CRUZ
1º Oficial de Notas de Brasília-DF
Escrevente Autorizado


EFS42388436





GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

COMPANHIA
DO PARANÁ



CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Osney Vargas
OFIC. A.
MEDIANEIRA - PARANÁ
PROTOCOLO Nº 23.116 REGISTRO SOB Nº 514
DO LIVRO A 06 DO LIVRO A 01
MEDIANEIRA 01 DE AÇO 1998

RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA - ME

C.N.P.J. (ME) 04.387.509/0001-90

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JOZIAS DE LIMA, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, empresário, portador da carteira de identidade N.º 3.551.010-8 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, CPF/MF n.º 483.391.489-15, residente e domiciliado a Rua Getúlio Vargas n.º 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, CEP 85.884-000 e **LAURO PALOSCHI**, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, bancário, portador da carteira de identidade n.º 1.549.871 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, CPF/MF n.º 187.434.400-78, residente e domiciliado a Rua 2, casa 2, Ac. Tamboni, Vila Planalto, em Brasília - Distrito Federal, CEP 70.801-040, sócios componentes da sociedade civil que gira sob o nome empresarial de **Radio FM Medianeira S/C Ltda - ME**, estabelecida na Av. Pedro Soretti n.º 452 sala 01, Centro - Medianeira - PR, com contrato social arquivado no cartório de registro de pessoas jurídicas sob n.º 0003002, livro A-010 de 17-04-2001 e alterações n.º 0003173 de 27/06/2001, n.º 0004407, livro A-15 de 26/01/2006 e 0005145 de 29/09/2006, resolvem por este instrumento particular de alteração de Contrato, alterar as cláusulas do contrato originário, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica transformada a partir desta data, a personalidade jurídica de sociedade civil para sociedade empresária

CLÁUSULA SEGUNDA

O nome empresarial da sociedade passara a denominar-se **Radio FM Medianeira Ltda**

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente.

CLÁUSULA QUARTA

Em virtude das alterações havidas os sócios resolvem consolidar e adequar seu contrato social ao novo Código Civil o que determina art. 2031 da Lei n.º 10406/2002, conforme segue:

RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME

C.N.P.J. (ME) 04.387.509/0001-90

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JOZIAS DE LIMA, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, empresário, portador da carteira de identidade N.º 3.551.010-8 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, CPF/MF n.º 483.391.489-15, residente e domiciliado a Rua Getúlio Vargas n.º 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, CEP 85.884-000 e **LAURO PALOSCHI**, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, bancário, portador da carteira de identidade n.º 1.549.871 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, CPF/MF n.º 187.434.400-78, residente e domiciliado a Rua 2, casa 2, Ac. Tamboni, Vila Planalto, em Brasília - Distrito Federal, CEP 70.801-040, sócios componentes da sociedade civil que gira sob o nome empresarial de **Radio FM Medianeira Ltda - ME**, estabelecida na Av. Pedro Soretti n.º 452, sala 01, Centro - Medianeira - PR, com contrato social arquivado no cartório de registro de pessoas jurídicas sob n.º 0003002, livro A-010 de 17-04-2001 e alterações n.º 0003173 de 27/06/2001, n.º 0004407, livro A-15 de 26/01/2006 e 0005145 de 29/09/2006, resolvem consolidar seu contrato social, conforme segue

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial de **Radio FM Medianeira Ltda - ME**, e tem sede e domicílio na Av. Pedro Soretti n.º 452, sala 01, em Medianeira - PR, CEP 85.884-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Capital social é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), dividido em 12 quotas de R\$ 1.000,00 (uma mil reais), cada uma, totalmente integralizados, assim distribuído entre os sócios

NOME	QUOTAS	CAPITAL R\$
Jozias de Lima	6	6.000,00
Lauro Paloschi	6	6.000,00
Total do Capital Social	12	12.000,00

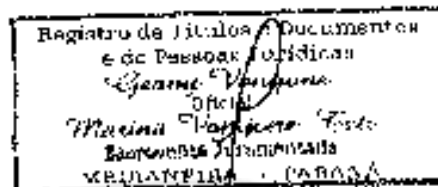
CLÁUSULA TERCEIRA - Os objetivos da sociedade consistem: a) execução, em qualquer parte do território nacional, dos serviços de TV a CABO assim compreendido como serviço de telecomunicações não aberto a

Assinatura





GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO



RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA - ME

C.N.P.J. (ME) 04.387.509/0001-90

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

correspondência pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transcurso por meios físicos; b) execução, em qualquer parte do território nacional, dos serviços radiodifusão sonora; radiodifusão de sons e imagens (televisão) incluindo repetição, retransmissão e geração de sinais de televisão; serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMD6), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços de telecomunicações em geral, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente. CNAC 60 10-1-00.

Parágrafo Único

A Sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviço de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo artigo 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.02.67.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade uniu suas atividades em 17/04/2001 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PREVIA DO PODER PÚBLICO

Nenhuma alteração contratual poderá ser efetuada sem previa autorização do Público concedente.

CLÁUSULA SEXTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outo sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA - A administração da sociedade ficará a cargo do sócio JOZIAS DE LIMA, ao qual compete o uso da firma da sociedade, podendo para tanto realizar em conjunto ou individualmente, todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e onerar os negócios da sociedade os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, assumir compromissos profissionais à âmbito nacional ou internacional, representar a sociedade perante terceiros no Brasil ou exterior e perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimento bancário, instituições financeiras, Caixa Econômicas e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele.

Parágrafo único - É vedado aos diretores e a quaisquer procuradores por eles constituídos prestarem em nome da sociedade, avais, fianças e ou praticar quaisquer atos de favor, estranhos ou interesse social bem como agirem por modo de representação diversa do estabelecimento neste instrumento, sob pena de serem nulos e de nenhum efeito os atos assim praticados, salvo se tiverem sido previamente aprovados por deliberação dos sócios cotistas.

CLÁUSULA NONA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e de balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DECIMA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

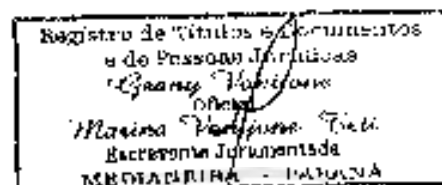
CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Assinaturas manuscritas



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

IMPORTE: R\$ 0,00



RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA - ME

C.N.P.J. (MF) 04.387.609/0001-80

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Para o exercício das funções de administrador e procurador, responsável pelas instalações técnicas o principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Primeiro

A sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos.

Parágrafo Segundo

Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal 10.406/2002 no artigo 1.150, c. subsidiariamente no que for aplicável, pela Lei Federal n.º 6404/1976.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - Fica eleito o foro da Comarca de Medianeira, neste Estado, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 vias.

Medianeira 29 de Setembro de 2008

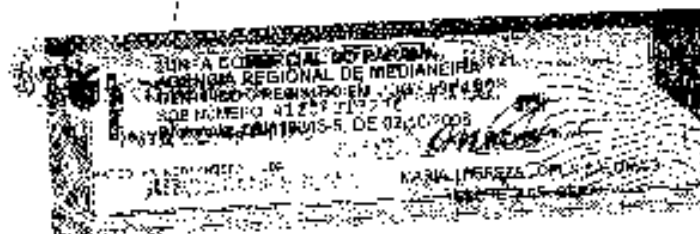
Assinatura de José

Assinatura de Luiz Palochi

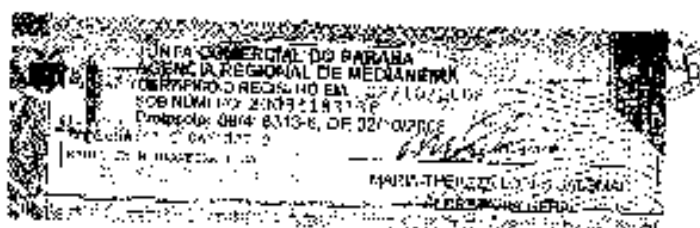
Testemunhas:

Marilete Osman Da Rold
Cart. Identidade n.º 3.764.351-3 SSP/PR

Marilete Richter Rold
Cart. Identidade n.º 7.597.644-4 SSP/PR



Testemunha Flávio da Rold
Mário Da Rold CRC/PR 025791/O-9





GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

COMPANHIA
DO PARANÁ



CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Osney Vargas
OFIC. A.
MEDIANEIRA - PARANÁ
PROTOCOLO Nº 23.116 REGISTRO SOB Nº 514
DO LIVRO A 06 DO LIVRO A 01
MEDIANEIRA 01 DE AÇO 1998

RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA - ME

C.N.P.J. (ME) 04.387.509/0001-90

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JOZIAS DE LIMA, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, empresário, portador da carteira de identidade N.º 3.551.010-8 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, CPF/MF n.º 483.391.489-15, residente e domiciliado a Rua Getúlio Vargas nº 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, CEP 85.884-000 e **LAURO PALOSCHI**, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, bancário, portador da carteira de identidade n.º 1.549.871 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, CPF/MF n.º 187.434.400-78, residente e domiciliado a Rua 2, casa 2, Ac. Tamboni, Vila Planalto, em Brasília - Distrito Federal, CEP 70.801-040, sócios componentes da sociedade civil que gira sob o nome empresarial de **Radio FM Medianeira S/C Ltda - ME**, estabelecida na Av. Pedro Soccol n.º 452 sala 01, Centro - Medianeira - PR, com contrato social arquivado no cartório de registro de pessoas jurídicas sob n.º 0003002, livro A-010 de 17-04-2001 e alterações n.º 0003173 de 27/08/2001 n.º 0004407, livro A-15 de 26/01/2006 e 0005145 de 29/09/2006, resolvem por este instrumento particular de alteração de Contrato, alterar as cláusulas do contrato originário, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica transformada a partir desta data, a personalidade jurídica de sociedade civil para sociedade empresária

CLÁUSULA SEGUNDA

O nome empresarial da sociedade passara a denominar-se **Radio FM Medianeira Ltda**

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente.

CLÁUSULA QUARTA

Em virtude das alterações havidas os sócios resolvem consolidar e adequar seu contrato social ao novo Código Civil o que determina art. 2031 da Lei n.º 10406/2002, conforme segue:

RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME

C.N.P.J. (ME) 04.387.509/0001-90

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JOZIAS DE LIMA, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, empresário, portador da carteira de identidade N.º 3.551.010-8 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, CPF/MF n.º 483.391.489-15, residente e domiciliado a Rua Getúlio Vargas nº 2370, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, CEP 85.884-000 e **LAURO PALOSCHI**, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, bancário, portador da carteira de identidade n.º 1.549.871 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, CPF/MF n.º 187.434.400-78, residente e domiciliado a Rua 2, casa 2, Ac. Tamboni, Vila Planalto, em Brasília - Distrito Federal, CEP 70.801-040, sócios componentes da sociedade civil que gira sob o nome empresarial de **Radio FM Medianeira Ltda - ME**, estabelecida na Av. Pedro Soccol n.º 452, sala 01, Centro - Medianeira - PR, com contrato social arquivado no cartório de registro de pessoas jurídicas sob n.º 0003002, livro A-010 de 17-04-2001 e alterações n.º 0003173 de 27/08/2001, n.º 0004407, livro A-15 de 26/01/2006 e 0005145 de 29/09/2006, resolvem consolidar seu contrato social, conforme segue

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial de **Radio FM Medianeira Ltda - ME**, e tem sede e domicílio na Av. Pedro Soccol n.º 452, sala 01, em Medianeira - PR, CEP 85.884-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Capital social é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), dividido em 12 quotas de R\$ 1.000,00 (uma mil reais), cada uma, totalmente integralizadas, assim distribuído entre os sócios

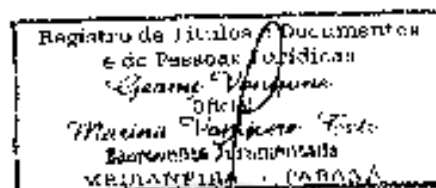
NOME	QUOTAS	CAPITAL R\$
Jozias de Lima	6	6.000,00
Lauro Paloschi	6	6.000,00
Total do Capital Social	12	12.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - Os objetivos da sociedade consistem: a) execução, em qualquer parte do território nacional, dos serviços de TV a CABO assim compreendido como serviço de telecomunicações não aberto a

[Assinaturas manuscritas]



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO



RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA - ME

C.N.P.J. (ME) 04.387.509/0001-90

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

correspondência pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transcurso por meios físicos; b) execução, em qualquer parte do território nacional, dos serviços radiodifusão sonora; radiodifusão de sons e imagens (televisão) incluindo repetição, retransmissão e geração de sinais de televisão; serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMD6), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços de telecomunicações em geral, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente. CNAC 60 10-1-00.

Parágrafo Único

A Sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviço de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo artigo 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.02.67.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade uniu suas atividades em 17/04/2001 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PREVIA DO PODER PÚBLICO

Nenhuma alteração contratual poderá ser efetuada sem previa autorização do Público concedente.

CLÁUSULA SEXTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outo sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA - A administração da sociedade ficará a cargo do sócio JOZIAS DE LIMA, ao qual compete o uso da firma da sociedade, podendo para tanto realizar em conjunto ou individualmente, todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e onerar os negócios da sociedade os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, assumir compromissos profissionais à âmbito nacional ou internacional, representar a sociedade perante terceiros no Brasil ou exterior e perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimento bancário, instituições financeiras, Caixa Econômica e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele.

Parágrafo único - É vedado aos diretores e a quaisquer procuradores por eles constituídos prestarem em nome da sociedade, avais, fianças e ou praticar quaisquer atos de favor, estranhos ou interesse social bem como agirem por modo de representação diversa do estabelecimento neste instrumento, sob pena de serem nulos e de nenhum efeito os atos assim praticados, salvo se tiverem sido previamente aprovados por deliberação dos sócios cotistas.

CLÁUSULA NONA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e de balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DECIMA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

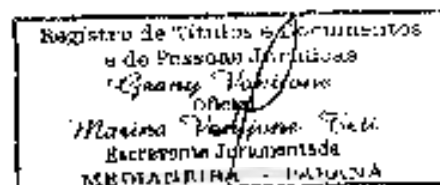
CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cy 4 4/11/2018



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

IMPORTE: R\$ 0,00



RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA - ME

C.N.P.J. (MF) 04.387.609/0001-80

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Para o exercício das funções de administrador e procurador, responsável pelas instalações técnicas o principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Primeiro

A sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos.

Parágrafo Segundo

Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal 10.406/2002 no artigo 1.150, c. subsidiariamente no que for aplicável, pela Lei Federal n.º 6404/1976.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - Fica eleito o foro da Comarca de Medianeira, neste Estado, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 vias.

Medianeira 29 de Setembro de 2008

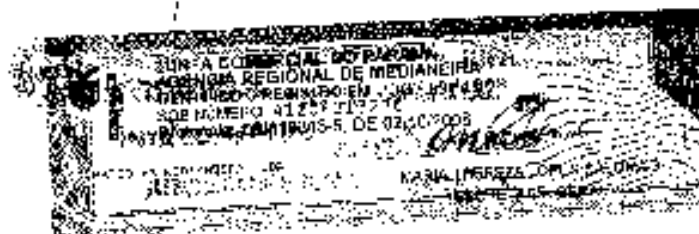
Assinatura de José

Assinatura de Luiz Palochi

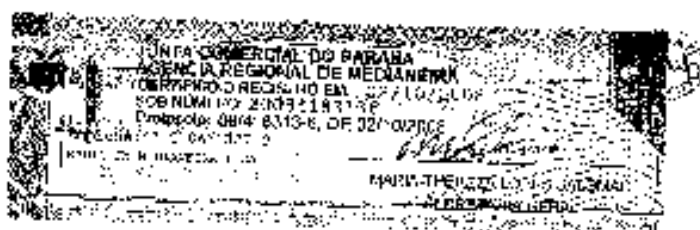
Testemunhas:

Marilete Osman Da Rold
Cart. Identidade n.º 3.764.351-3 SSP/PR

Marilete Richter Rold
Cart. Identidade n.º 7.597.644-4 SSP/PR



Testemunha Flávio da Rold
Mário Da Rold CRC/PR 025791/O-9





GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial RADIO FM MEDIANEIRA LTDA ME			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
41 2 0631327-0	04.387.509/0001-90	02/10/2008	17/04/2001
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) AV. PEDRO SOCCOL, 452-SALA 01, CENTRO, MEDIANEIRA, PR, 85.884-000			
Objeto Social A) EXECUÇÃO, EM QUALQUER PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL, DOS SERVIÇOS DE TV A CABO, ASSIM COMPREENDIDO COMO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ABERTO A CORRESPONDÊNCIA PÚBLICA, E QUE CONSISTE NA DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS DE VÍDEO E/OU ÁUDIO A ASSINANTES, MEDIANTE TRANSPORTE POR MEIOS FÍSICOS, B) EXECUÇÃO, EM QUALQUER PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL, DOS SERVIÇOS RÁDIOFUSÃO SONORA, RÁDIOFUSÃO DE SONS E IMAGENS (TELEVISÃO) INCLUINDO REPETIÇÃO, RETRANSMISSÃO E GERAÇÃO DE SINAIS DE TELEVISÃO, SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS MULTIPONTO MULTICANAL (MMDS), QUE SE UTILIZA DE FAIXA DE MICROONDAS PARA TRANSMITIR SINAIS A SEREM RECEBIDOS EM PONTOS DETERMINADOS DENTRO DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, EXPLORAÇÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL, ATRAVÉS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES OUTORGADAS PELO PODER PÚBLICO, DE CONFORMIDADE COM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PRECISTOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.			
Capital: R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)		Microempresa	Indeterminado
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato			
Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador
JOSIAS DE LIMA 483.391.489-15	6.000,00	SOCIO	Administrador
LAURO PALOSCHI 167.434.400-78	6.000,00	SOCIO	
Último Arquivamento			Situação
Data: 02/10/2008 Número: 20084183136 Ato: ALTERAÇÃO			REGISTRO ATIVO
Evento (s): CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO CONVERSAO DE SOCIEDADE CIVIL/SOCIEDADE SIMPLES			Status XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CURITIBA - PR, 09 de maio de 2018

18/249665-1

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	R\$ 12.000,00	R\$ 67.448,34
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 2.960,00	R\$ 58.408,34
DISPONIBILIDADES IMEDIATAS	R\$ 2.960,00	R\$ 636,91
CAIXA GERAL	R\$ 2.960,00	R\$ 636,91
Caixa	R\$ 2.960,00	R\$ 636,91
CLIENTES	R\$ 0,00	R\$ 23.771,43
CLIENTES	R\$ 0,00	R\$ 23.771,43
Clientes Diversos	R\$ 0,00	R\$ 23.771,43
OUTROS CRÉDITOS	R\$ 0,00	R\$ 34.000,00
OUTROS DEVEDORES	R\$ 0,00	R\$ 34.000,00
Devedores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 34.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 9.040,00	R\$ 9.040,00
IMOBILIZADO	R\$ 9.040,00	R\$ 9.040,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS	R\$ 11.300,00	R\$ 11.300,00
Maquinas Equipamentos e Acessórios	R\$ 11.300,00	R\$ 11.300,00
(-) (-) DEPRECIAÇÕES AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	R\$ (2.260,00)	R\$ (2.260,00)
(-) S/Maquinas; Equipamentos e Acessórios	R\$ (2.260,00)	R\$ (2.260,00)
PASSIVO	R\$ 12.000,00	R\$ 67.448,34
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 0,00	R\$ 10.598,67
PASSIVO EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 10.598,67
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 0,00	R\$ 3.015,21
COFINS a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 2.478,27
PIS a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 536,94
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	R\$ 0,00	R\$ 7.583,46
IRPJ presumido a recolher	R\$ 0,00	R\$ 3.965,21
CSLL presumido a recolher	R\$ 0,00	R\$ 2.379,13
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	R\$ 0,00	R\$ 1.239,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 12.000,00	R\$ 56.849,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 12.000,00	R\$ 56.849,67
CAPITAL SOCIAL.	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Capital Social	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
RESERVAS DE LUCROS	R\$ 0,00	R\$ 44.849,67
Reserva de Lucros	R\$ 0,00	R\$ 44.849,67

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 97.82.3E.1F.59.C5.C9.D1.68.AE.4F.4C.59.CE.7B.1A.80.77.14.77-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

PLANO DE CONTAS RÁDIO FM MEDIANEIRA. COMENTADO:

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Figuram neste grupo as disponibilidades, os valores mobiliários, as aplicações financeiras de curto prazo, os direitos realizáveis no exercício subsequente, as despesas apropriadas no exercício subsequente e os estoques da forma que analisaremos a seguir:

DISPONÍVEL

São entendidos como disponibilidades, dentre outros, o numerário de caixa, os saldos em contas bancárias de livre movimentação e os saldos de contas que representam ativo de liquidez imediata tais como certos títulos governamentais, títulos de mercado aberto e os numerários em trânsito por qualquer motivo.

Caixa:

Função: registra o movimento de dinheiro em poder da empresa.

Funcionamento:

D - pelo recebimento em dinheiro.

C - pelos pagamentos em dinheiro.

Saldo: devedor por natureza.

Bancos Conta Movimento e Bancos aplicações financeiras:

Função: registrar o movimento de dinheiro da empresa em poder do banco.

Funcionamento: D - pelos depósitos efetuados pela empresa ou pelos avisos de créditos efetuados pelos bancos.

C - pelos cheques emitidos ou pelos avisos de débitos efetuados pelo banco.

Saldo: devedor por natureza.

CLIENTES

Compreendem as contas representativas de valores a receber, decorrente da atividade de veiculação de publicidade.

Clientes Diversos:

Função: registrar movimentos como aqueles que adquirem espaço para veicular publicidade à prazo.

Funcionamento: D - pela emissão da Nota Fiscal contra o cliente.

C - pelo resgate ou quitação da duplicata pelo cliente.

Saldo: devedor por natureza.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:

Este grupo registra os mesmos valores circulantes do grupo anterior, porém, quando conversível em dinheiro, após o exercício seguinte.

ATIVO IMOBILIZADO:

São contas que representam os imóveis, as instalações, os móveis e demais equipamentos necessários ao funcionamento da empresa comercial, bem como as correções monetárias e as depreciações respectivas.

Contas Retificadora do Ativo Imobilizado:

As contas credoras que representam a depreciação de bens de uso da empresa, sujeitos, a desgaste, a amortização de marcas e patentes e a exaustão relativa a exploração de minas, jazidas e florestas.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE:

Nesse grupo são classificados as obrigações assumidas pela empresa, se o

Encargos Sociais:

As contas componentes deste grupo representam a obrigação da empresa relativo às obrigações sociais de INSS, COFINS, PIS e FGTS.

Obrigações Sociais a Recolher:

INSS a Recolher:

As obrigações de previdência social resultantes dos salários pagos ou creditados pela sociedade deverão ser registrados nessa conta, com base em faixa salariais e respectivos percentuais incidentes. Tais encargos englobam as contribuições ao INSS, calculados com base na Folha de Pagamento de Salários e a autônomos e são recolhidos por meio de guias próprias, ou seja, específicas (GPS).

Confins a Recolher:

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar 70/91, é devida pela pessoa jurídica em geral e nos casos de prestadores de serviços de radiodifusão gratuita incide Cofins cumulativo à

alíquota de 3%. A base de cálculo é o faturamento mensal, assim considerada a receita bruta de vendas, não integrando a base de cálculo do IPI, vendas de serviços canceladas e descontos incondicionais.

FGTS a Recolher:

É uma obrigação da empresa incidente sobre a Folha de Pagamento a alíquota de 8%, sobre o salário bruto, mais adicionais e, nos casos de demissão de empregado, multa de 50% sobre saldo em conta vinculada.

PIS a Recolher:

Esta conta representa o saldo a recolher do PIS (Programa de Integração Social), que é calculado com base o faturamento à alíquota de 0,65% tal qual a COFINS.

Funcionamento: D – pelos pagamentos ou compensação com créditos respectivos

C – pela provisão de cada imposto ou contribuição a recolher

As contas são credoras por natureza.

Retenções a recolher: Registram as retenções de impostos e contribuições que esta entidade é mera repassadora de recursos daqueles que prestaram serviços à empresa ou por imposição legal esta ficou obrigada a reter.

D – pelos pagamentos feitos

C – pelas provisões

Impostos e contribuições a recolher: As contas deste grupo tem a função de registrar o IRPJ, a C. S., Contribuição Previdenciária s/Receita quando devidos.

As contas são credoras por natureza.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No Balanço Patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos e resultado de exercícios futuros representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil pertencente aos sócios.

Capital Social:

Compreende e representa valores aportados pelos sócios, o montante do capital subscrito e, por dedução, a parcela ainda não integralizada.

Capital Social a Realizar:

Entende-se como um montante subscrito pelos acionistas, ainda não realizada em dinheiro ou bens, conforme o caso.

RESERVAS DE CAPITAL:

São constituídas com valores recebidos pelas empresas e que não transitam pelo Resultado como Receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

RESERVA DE LUCRO:

Compreende todas as contas constituídas pela apropriação de lucros de empresas.

LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS:

O lucro líquido é formado do Resultado Líquido depois da dedução do Imposto de Renda e da parte do resultado destinada aos participantes do lucro, de conformidade com a Lei e com a decisão dos sócios.

A parte do lucro, sem nenhuma destinação específica será registrada em conta de Lucros Acumulados.

Se ocorrer resultado negativo, seu valor será considerado em conta de (-) Prejuízos Acumulados, como elemento retificado do Patrimônio Líquido, desde que não absorvido por lucros e reservas.

Esta conta representa a interligação entre o balanço e a Demonstração do Resultado do Exercício.

CONTAS DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO :

A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período.

Na determinação do resultado do exercício serão computadas:

A) As receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda;

B) Os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Nota: A conta "Receita de serviços" é a principal fonte de receita decorrente da atividade operacional da Rádio FM Medianeira, que registra os valores referente a veiculação de publicidades.

As contas de custos e despesas, formam o custo do exercício, incluindo não só o custo das vendas de serviços mas como todas as despesas operacionais.

CUSTOS DE SERVIÇOS VENDIDOS:

Natureza das contas é devedora.

Tem como regra o registro de dispêndios pagos ou incorridos que estão diretamente ligados à atividade de radiodifusão prestados pela Rádio FM Medianeira.

DESPESAS GERAIS:

São, geralmente, registradas dispêndios que não se enquadram em custos.

RECEITAS OPERACIONAIS:

São as receitas obtidas no exercício da atividade principal da empresa: Veiculação de publicidade. A contabilização das receitas de vendas de serviços é feita pelo seu valor bruto, inclusive impostos, sendo que tais impostos, as devoluções e abatimentos são registrados em contas devedoras específicas, as quais serão classificadas como contas redutoras de vendas.

APURAÇÃO DE RESULTADOS:

Elas formam um grupo auxiliar para agrupamento de valores calculados ao final do exercício. Essas contas são abertas e logo fechadas, servindo somente de meio para encerramento do Balanço.

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

CNPJ: 04.387.509/0001-90 **Nire:** 41206313270 **Scp:**

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário

Natureza do Livro: LIVRO DIARIO

Identificação do arquivo(hash): 97.82.3E.1F.59.C5.C9.D1.68.AE.4F.4C.59.CE.7B.1A.80.77.14.77-

Consulta Realizada em: 11/06/2018 10:49:09

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
RECEITA OPERACIONAL	R\$ 0,00	R\$ 82.608,60
Receita de Anúncio Veiculados	R\$ 0,00	R\$ 82.608,60
Receita de Anúncios Veiculados FM	R\$ 0,00	R\$ 82.608,60
(-) DECUÇÕES	R\$ 0,00	R\$ (4.254,33)
(-) (-) Impostos Incidentes s/ Serviço	R\$ 0,00	R\$ (4.254,33)
(-) (-) COFINS	R\$ 0,00	R\$ (2.478,27)
(-) (-) PIS Faturamento	R\$ 0,00	R\$ (536,94)
(-) (-) Contribuição Previdencia s/ Receita Bruta	R\$ 0,00	R\$ (1.239,12)
RECEITA LIQUIDA	R\$ 0,00	R\$ 78.354,27
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	R\$ 0,00	R\$ (27.160,26)
(-) Serviços Prestados p/ Terceiros	R\$ 0,00	R\$ (6.000,00)
(-) Serviços Prestados - PJ	R\$ (0,00)	R\$ (6.000,00)
(-) Despesas c/ Ocupação	R\$ 0,00	R\$ (13.884,00)
(-) Aluguel	R\$ (0,00)	R\$ (13.884,00)
(-) Outros Custos	R\$ 0,00	R\$ (7.276,26)
(-) Contribuição a Entidade de Classe	R\$ (0,00)	R\$ (6.434,56)
(-) Água	R\$ (0,00)	R\$ (841,70)
LUCRO BRUTO	R\$ 0,00	R\$ 51.194,01
RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 0,00	R\$ 51.194,01
(-) PROVISÕES	R\$ 0,00	R\$ (6.344,34)
(-) Imposto de Renda s/ Lucro Presumido	R\$ 0,00	R\$ (3.965,21)
(-) Imposto de Renda s/ lucro Presumido	R\$ (0,00)	R\$ (3.965,21)
(-) CSLL sobre Lucro Presumido	R\$ 0,00	R\$ (2.379,13)
(-) CSLL sobre lucro presumido	R\$ (0,00)	R\$ (2.379,13)
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	R\$ 0,00	R\$ 44.849,67
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 0,00	R\$ 44.849,67

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 97.82.3E.1F.59.C5.C9.D1.68.AE.4F.4C.59.CE.7B.1A.80.77.14.77-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 1 de 1

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 04.387.509/0001-90
Número de Ordem do Livro: 1
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA
NIRE	41206313270
CNPJ	04.387.509/0001-90
Número de Ordem	1
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	MEDIANEIRA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	17/04/2001
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2017
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1196

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	1
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1196
Data de inicio	01/01/2017
Data de término	31/12/2017

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 97.82.3E.1F.59.C5.C9.D1.68.AE.4F.4C.59.CE.7B.1A.80.77.14.77-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41206313270	CNPJ 04.387.509/0001-90	
NOME EMPRESARIAL RADIO FM MEDIANEIRA LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2017 a 31/12/2017
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO	NÚMERO DO LIVRO 1
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 97.82.3E.1F.59.C5.C9.D1.68.AE.4F.4C.59.CE.7B.1A.80.77.14.77	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	62845888600	LAFAYETTE VILELLA DE MORAES NETO: 62845888600	3773479931051571526	30/01/2018 a 30/01/2019	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	04387509000190	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA:04387509000190	2715252145917849318	23/04/2018 a 23/04/2019	Sim

NÚMERO DO RECIBO:
97.82.3E.1F.59.C5.C9.D1.68.AE.4F.4C.
59.CE.7B.1A.80.77.14.77-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 11/06/2018 às 13:47:10

1D.0B.EA.58.5C.2C.6E.4E
41.40.BF.51.9A.0C.12.BC

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MEDIANEIRA

CARTORIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
AV. PEDRO SOCCOL, 1630 - CENTRO
MEDIANEIRA/PR - 85884-000

TITULAR
CARLOS ALBERTO PAGANI
JURAMENTADOS
ADRIANA BORDIN HELFENSTEIN
VINICIUS RUPP

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de FALÊNCIA e RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

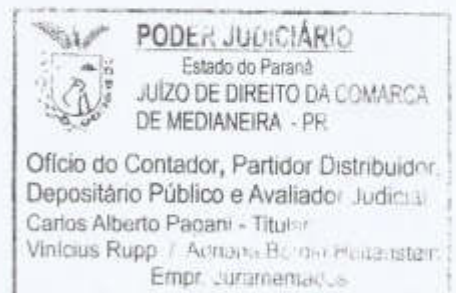
RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

CNPJ 04.387.509/0001-90, no período compreendido entre a presente data e os últimos 30 anos que a antecedem.



MEDIANEIRA/PR, 04 de Maio de 2018, 14:52:42

VINICIUS RUPP





CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PEDRO SOCCOL	NÚMERO 452	COMPLEMENTO SALA 01
CEP 85.884-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MEDIANEIRA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **10/05/2018** às **14:32:11** (data e hora de Brasília).

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **RADIO FM MEDIANEIRA LTDA**
CNPJ: **04.387.509/0001-90**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:21:52 do dia 30/04/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/10/2018.

Código de controle da certidão: **3E1C.78E9.0BB3.832B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins, que toda movimentação fiscal, econômica e financeira da **Rádio FM Medianeira LTDA**, inscrita no CNPJ. nº 04.387.509/0001-90 é exercida e assumida pela empresa **Buritis FM LTDA**, nome de fantasia: **Transamérica Buritis**, inscrita no CNPJ. nº 17.407.881/0001-62.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente, para que susta seus devidos efeitos.

Buritis – MG, 09 de maio de 2018



Domingos Sales Palma
Contador - CRC-MG 45924
CPF 350 260 066-04

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 017981588-15

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.387.509/0001-90**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 28/08/2018 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Contribuinte: RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA

Nr.Certidão/Ano.: 3015 2018

CPF/CNPJ.....:04.387.509/0001-90

Data de Emissão.:04/05/2018

Cod. Contribuinte...:RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA

Validade.....:02/08/2018

Logradouro...:Av. PEDRO SOCCOL

Nr.: 452 Bairro.:CENTRO

Cidade.....: MEDIANEIRA

UF...:PR

Finalidade...:CONSULTA

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, em nome do(a) requerente NÃO CONSTA DEBITOS referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Divida Ativa, até a presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal inscrever e cobrar debitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, não existem debitos em nome do requerente, nesta data.

A presente certidão é válida até o dia 02/08/2018, e cópia da mesma só terá validade se conferida com a original.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no seguinte endereço eletrônico:

www.medianeira.pr.gov.br/cidadao

Código de Autenticidade: 11091541011091

Agência Nacional
de Telecomunicações

MARCO POLO GAMBOGI ALVARENGA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» **Nada Consta**

menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA**CNPJ:** 04.387.509/0001-90

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:46:52 do dia 18/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04387509/0001-90
Razão Social: RADIO FM MEDIANEIRA SC LTDA
Endereço: AV PEDRO SOCCOL 452 / CENTRO / MEDIANEIRA / PR / 85884-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/06/2018 a 17/07/2018

Certificação Número: 2018061810083279821534

Informação obtida em 18/06/2018, às 14:56:04.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 04.387.509/0001-90

Certidão nº: 149223942/2018

Expedição: 30/04/2018, às 11:30:54

Validade: 26/10/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO FM MEDIANEIRA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.387.509/0001-90**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



DECLARAÇÃO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS DE CONCESSIONÁRIAS

A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando canal 220, Frequência 91,9 MHz, na cidade de Buritis, Estado Minas Gerais, através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que encontra-se ciente das cláusulas que regulam as relações da concessionária com o Poder Concedente, caso seu pedido de Renovação de Outorga seja atendido, Artigo 3º, §1º, Decreto 88.066/1983, de 26/01/1983.

Buritis, 08 de Maio de 2018.

Lucas Paloschi

CPF: 899.468.711-49

Procurador

**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088**



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 220 § 4º

A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, utilizando canal 220, Freqüência 91,9 MHz, na cidade Buritis, Estado Minas Gerais através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que não infringe as condições contidas no § 4º do artigo 220 da Constituição Federal, "in verbis" e Lei nº 9.294/1996, legislação estas que regulam a matéria:

Art. 220 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição observando o disposto nesta Constituição.

- § 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estarão sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre, que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

Buritis, 08 de Maio de 2018

Lucas Paloschi

CPF: 899.468.711-49

Procurador

**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088**



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 220, § 5º

A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ: 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando canal 220, Frequência 99,1 MHz, na cidade Buritis, Estado Minas Gerais, através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que não infringe as condições contidas no §5º do artigo 220 da Constituição Federal, "in verbis":

Art. 220 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição observando o disposto nesta Constituição.

...

§ 5º- Os meios de Comunicação Social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

...

Buritis, 08 de Maio de 2018

Lucas Paloschi

CPF: 899.468.711-49

Procurador

**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088**



**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 221, II, da
Constituição Federal.**

Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ 04.387.509/0001-90,
executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada,
utilizando canal 220, Frequência 91,9 MHz, na cidade de Buritis, Estado de
Minas Gerais, através de seu representante legal, declara para fins de
Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei,
que atende ao cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura
nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente
em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do Artigo 221, II, da
Constituição Federal.

Buritis, 08 de Maio de 2018

Lucas Paloschi

CPF: 899.468.711-49

Procurador

**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088**



**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 221, IV, da
Constituição Federal.**

A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando canal 220, Frequência 91,9 MHz, na cidade de Buritis, Estado Minas Gerais, através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que atende ao cumprimento dos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do Artigo 221, IV, da Constituição Federal.

Buritis, 08 de Maio de 2018

Lucas Paloschi

CPF: 899.468.711-49

Procurador

**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088**



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PERCENTUAIS DE PROGRAMAÇÃO

A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando canal 220, Frequência 91,9 MHz, na cidade Buritis, Estado Minas Gerais, através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que cumpre em sua grade de programação os seguintes percentuais de programas:

- Máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado propaganda comercial.
- Mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso.
- O cumprimento da obrigação de transmitir 05 (cinco) horas semanais de programas educacionais.

Buritis, 08 de Maio de 2018

Lucas Paloschi

CPF: 899.468.711-49

Procurador

**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088**



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO.

A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ: 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando canal 220, Frequência 91,9 MHz, na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que tem como responsável pela gestão das atividades da área editorial e pela direção de programação, Lucas Paloschi, Brasileiro, CPF: 899.468.711-49.

Buritis, 08 de Maio de 2018

Lucas Paloschi

CPF: 899.468.711-49

Procurador

**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088**



**DECLARAÇÃO DE ACATAMENTO AOS LIMITES FIXADOS
PELO DECRETO-LEI 236, DE 1967.**

A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando Frequência: 220, na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que não excederá aos limites fixados no Art. 12 do Decreto - lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação de sua outorga.

Buritis, 08 de Maio de 2018

Lucas Paloschi
CPF: 899.468.711-49
Procurador

**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088**



DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO.

A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando Frequência: 91,9 MHz, na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço nesta localidade que pleiteia a renovação de outorga.

Buritis, 08 de Maio de 2018

Rádio FM Medianeira Ltda.
Lucas Paloschi
CPF: 899.468.711-49
Procurador

Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38) 3662-2088

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA	
Nome Fantasia: MEDIANEIRA FM	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 04.387.509/0001-90	Número do Fistel: 50405228198
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/12/2008	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PEDRO SOCCOL	Complemento: - SALA 01	
Bairro: CENTRO	Numero: 452	
Município: Medianeira	UF: PR	CEP: 85884000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA FREI CANECA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 20	
Município: Criciúma	UF: SC	CEP: 88801650

Endereço do Transmissor		
Logradouro: FAZENDA NENÉM GONTIJO	Complemento: Zona Rural	
Bairro: RANCHO NORONHA	Numero: S/N	
Município: Buritis	UF: MG	CEP: 38660000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Buritis	UF: MG	CEP: 38660000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Buritis	UF: MG
Latitude: -15.56389	Longitude: -46.41917

Parâmetros Técnicos			
Canal: 220	Frequência: 91.9 MHz	Classe: A3	ERP: 15kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 691503400						Número Indicativo: ZYX542					
Data Último Licenciamento: 30/04/2010						Número da Licença: 000003/2010-MG					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -15.564				Longitude: -46.42				Cota da base: 894.9 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 027381200422						Modelo:					
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment						Potência de Operação: .850 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8						Fabricante: KMP - CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA					
Comprimento da Linha: 80.00 m			Atenuação: 1.096 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50.00 ohms		
Antena Principal											
Modelo: DRU4220						Fabricante: IDEAL INDUSTRIA E COMECIO DE ANTENAS LTDA					
Ganho: 6.00 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 350 °		Polarização: Vertical		HCl: 65.5 m		ERP Máximo: 2.46 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0.3	50°: 0.6	60°: 1	70°: 1.6	80°: 2.3	90°: 2.8	100°: 3.3	110°: 3.3
120°: 3.3	130°: 3.2	140°: 3.1	150°: 2.9	160°: 2.5	170°: 2.5	180°: 2.5	190°: 2.9	200°: 2.9	210°: 2.9	220°: 3	230°: 3.1
240°: 3.4	250°: 3.3	260°: 3.1	270°: 3	280°: 2.8	290°: 2.5	300°: 2.2	310°: 1.6	320°: 1	330°: 0.4	340°: 0.2	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 025100902884						Modelo: EX500					
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 0.500 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 2.46 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	177	Portaria	MC	03/04/2006	10/04/2006	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	287	Portaria	MC	28/05/2009	02/06/2009	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	167	Decreto Legislativo	CN	17/06/2008	18/06/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	3220	Ato	CMPRL	17/06/2009	18/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535000810102017 10	02	Despacho	ORLE	02/01/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							



Rua Maranhão, nº 166, 11º Andar - Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP 30150-330
Telefone: (31) 2101-6100 - <http://www.anatel.gov.br>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.010623/2018-53

Importante: O Acesso Externo do SEI (www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Intercorrente, podendo utilizar a segunda opção para responder este Ofício. Página de Pesquisa Pública do SEI: www.anatel.gov.br/seipesquisa

Ofício nº 2910/2018/SEI/GR04OR/GR04/SFI-ANATEL

Ao Senhor
JOZIAS DE LIMA
Gerente
Rádio Medianeira FM SC Ltda
Av. Minas Gerais, 620 - Centro
CEP: 38660-000 - Buritis/MG

Assunto: Solicitação de Licenciamento de Estação.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.010623/2018-53.

Prezado Senhor,

1. Em cumprimento aos termos do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel e o Ministério das Comunicações, cuja renovação foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 18 de agosto de 2014, encaminhamos a Vossa Senhoria os documentos a seguir relacionados:

- a) Despacho decisório de alteração técnica;
- b) Dados técnicos aprovados.

2. Ressaltamos que é obrigatório o licenciamento da estação, que deverá ser realizado pela própria emissora, diretamente na plataforma Mosaico, opção Licenciar Estação.

3. Esclarecemos, ainda, conforme o Art. 45 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que as licenças serão substituídas quando sobrevierem alterações em quaisquer dos seus dizeres.

4. Adicionalmente, informamos que o **Peticionamento Eletrônico** do SEI para usuário externo já está disponível, verifique as orientações e condições acessando www.anatel.gov.br, opção "**Processo Eletrônico (SEI)**" > "**Usuário Externo (SEI)**". **Importante:** O Acesso Externo do SEI (www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Intercorrente (em andamento).

Anexos: I - Despacho Decisório de Alteração Técnica (SEI nº 2671074)
II - Dados Técnicos Aprovados (SEI nº 2671066)

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Lúcio Nunes, Gerente Regional no Estado de Minas Gerais, Substituto(a)**, em 03/05/2018, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com



fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2671142** e o código CRC **A0ED59DD**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.010623/2018-53

SEI nº 2671142



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DESPACHO DECISÓRIO Nº 28/2018/SEI/GR04OR/GR04/SFI

Processo nº 53500.010623/2018-53

Interessado: Radio FM Medianeira S/C Ltda.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DESPACHO Nº 28

Em 27 de abril de 2018

Processo nº 53500.010623/2018-53

O GERENTE REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 247, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), e

CONSIDERANDO o disposto no Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2012 celebrado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e o Ministério das Comunicações, cujo extrato foi publicado no [Diário Oficial da União de 29/06/2012, Seção 3, Página 117](#), observado seu 1º Termo Aditivo, cujo extrato foi publicado no [Diário Oficial da União de 18/08/2014, Seção 3, Página 106](#);

CONSIDERANDO a atribuição de competências estabelecida na [Portaria nº 448, de 4 de junho de 2013](#), do Conselho Diretor da Anatel;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a entidade RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA., outorgada do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Buritis/MG, a operar sua estação transmissora na execução do referido serviço, conforme descrição constante do documento SEI nº 2671066.

Art. 2º Para a efetivação do que foi autorizado é necessário anexar o Laudo de Vistoria das instalações, elaborado por profissional habilitado, no Sistema Mosaico-SCR para fins de licenciamento da estação.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Lúcio Nunes, Gerente Regional no Estado de Minas Gerais, Substituto(a)**, em 03/05/2018, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.

A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2671074** e o código CRC **4BB5FFDC**.



Referência: Processo nº 53500.010623/2018-53

SEI nº 2671074

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA			
Nome da Pessoa Jurídica: Rádio FM Medianeira Ltda.			
CNPJ	04.387.509/0001-90	CEP DA SEDE	85.884-000
Endereço da Sede: Av. Pedro Soccol, 452 – Sala 01 – Centro – Medianeira/ PR.			
E-mail de contato:	lucaspaloschi@gmail.com		
Serviço a ser renovado	(X) Radiodifusão Sonora	(X) em Frequência Modulada	
		() em ondas curtas	
		() em ondas tropicais	
() Radiodifusão de Sons e Imagens			
Localidade da renovação	Buritiz	UF	MG

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO	
Nome completo:	Marco Polo Gambogi Alvarenga
Nº de registro do CREA:	36.748/D - MG
E-mail de contato:	gmp@gmponline.com.br


Eu, Marco Polo Gambogi Alvarenga, inscrita no CPF sob nº 143.447.346-53, na qualidade de profissional habilitado contratado da pessoa jurídica acima qualificada, venho encaminhar este LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA para fins de renovação de outorga relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, ainda, as declarações a seguir e encaminhando o formulário e os documentos constantes do ANEXO deste laudo.

DECLARAÇÕES


Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização concedida pelo Ministério, com ressalva as diferenças referentes às coordenadas geográficas e sistema de transmissão que já estão registradas no sistema MOSAICO aguardando aprovação, e
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


 Engº Marco Polo Gambogi Alvarenga
 CREA: 36.748/D - MG

De acordo,
 Buritis, 09 de abril de 2018,



 Lucas Paloschi
 CPF: 899.468.711-49
 Procurador

ANEXO

FORMULÁRIO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA					
LOCALIZAÇÃO					
Endereço: Fazenda Nenen Gontijo, Rancho Noronha s/n, Zona Rural					
Município	Buritis	UF	MG	CEP	38660-000
Coordenadas Geográficas		Latitude	15°33'51.69"S		Canal/Frequência
		Longitude	46°25'11.42"O		Classe
220 / 91,9 MHz					
A3					
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS					
Sistema Irradiante		Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas LTDA			
		Modelo: DRU4220			
		Polarização: () Horizontal (X) Vertical () Circular () Elíptica			
		Azimute de Orientação (°NV): 10			
		Nº de elementos: 4			
Linha de transmissão principal:		Altura do centro geométrico até a base da torre (solo) 65,5 metros			
		Fabricante: KMP-Cabos Especiais e Sistemas LTDA			
Transmissor principal		Modelo: LCF 7/8"			
		Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment			
		Modelo: ETG 1000			
		Potência de operação (KW): 0,85			
Transmissor Auxiliar		Homologação: 02738-12-00422			
		Fabricante: SintekNext Sistemas Eletronicos LTDA			
		Modelo: EX500 FM			
		Potência de operação (KW): 0,50			
Possui algum equipamento de gravação de áudio ?		Homologação: 02510-09-02884			
		SIM			
ESTÚDIO					
Endereço: Av. Minas Gerais, 620 - Centro					
Município:	Buritis	UF	MG		
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS					
(a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART devidamente quitada e assinada pelo profissional habilitado contratado e pelo representante legal da entidade contratante.					

Observação: em caso de haver linha de transmissão auxiliar ou sistema irradiante auxiliar preencher os quadros abaixo:

Sistema Irradiante Auxiliar	Fabricante: TEEL-Tele-Eletronica LTDA
	Modelo: TEVP2L
	Polarização: () Horizontal (X) Vertical () Circular () Elíptica
	Azimute de Orientação (°NV): 10
	Nº de elementos: 2
Altura do centro geométrico até a base da torre (solo) 22 metros	
Linha de transmissão auxiliar	Fabricante: KMP-Cabos Especiais e Sistemas LTDA
	Modelo: LCF 7/8"



LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA			
Nome da Pessoa Jurídica: Rádio FM Medianeira Ltda.			
CNPJ	04.387.509/0001-90	CEP DA SEDE	85.884-000
Endereço da Sede: Av. Pedro Soccol, 452 – Sala 01 – Centro – Medianeira/ PR.			
E-mail de contato:	lucaspaloschi@gmail.com		
Serviço a ser renovado	(X) Radiodifusão Sonora	(X) em Frequência Modulada	
		() em ondas curtas	
		() em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de Sons e Imagens		
Localidade da renovação	Buritis	UF	MG

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO	
Nome completo:	Marco Polo Gambogi Alvarenga
Nº de registro do CREA:	36.748/D - MG
E-mail de contato:	gmp@gmponline.com.br

Eu, Marco Polo Gambogi Alvarenga, inscrita no CPF sob nº 143.447.346-53, na qualidade de profissional habilitado contratado da pessoa jurídica acima qualificada, venho encaminhar este LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA para fins de renovação de outorga relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, ainda, as declarações a seguir e encaminhando o formulário e os documentos constantes do ANEXO deste laudo.

DECLARAÇÕES

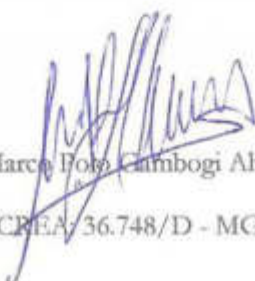
Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38) 3662-2088



Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:


- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização concedida pelo Ministério, com ressalva as diferenças referentes às coordenadas geográficas e sistema de transmissão que já estão registradas no sistema MOSAICO aguardando aprovação, e
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


Engº Marco Polo Gambogi Alvarenga
CREA/ 36.748/D - MG

De acordo,

Buritís, 08 de Maio de 2018,



Lucas Paloschi
CPF: 899.468.711-49

Procurador


**Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritís, MG.
Telefone: (38)3662-2088**

DECLARAÇÃO PORTARIA 287 DE 28 DE MAIO 2009

- (a) A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando canal 220, Frequência 91,9 MHz, na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que se encontra com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na legislação vigente, constante na respectiva licença de funcionamento da estação, com ressalva as diferenças referentes às coordenadas geográficas e sistema de transmissão que já estão registradas no sistema MOSAICO e aguardam aprovação.
- (b) Declara também que a referida entidade está apta a ter sua outorga renovada por novo decênio, de acordo com disposto no Decreto nº 88.066 de 26 de janeiro de 1983.

Buritis, 08 de maio de 2018

Assinaturas:



Marco Polo Gambogi Alvarenga
CREA: 36.748/D
CPF: 143 447 346-53



Lucas Paloschi
CPF: 899.468.711-49
Procurador



GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS

Av. Afonso Pena 3924 - Salas 503/504 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.130-009
Telefones: (31) 9976- 9359, (31) 3223-1369, FAX (31) 3225-4074
e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Leinº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Via da Obra/Serviço
Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201800000004445343

1. Responsável Técnico

MARCO POLO GAMBONI ALVARENGA
Título profissional:
ENGENHEIRO INDUSTRIAL - ELETRICA;

RNP: 1405246863

Registro: 04.0.0000036748

Empresa contratada:
GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA

Registro: 29952

2. Dados do Contrato

Contratante: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.
Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Nº: 000620

Cidade: BURITIS

Bairro: CENTRO

UF: MG

CEP: 38660000

Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Celebrado em: 02/04/2018

Valor: 2.000,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: FAZENDA NENEN GONTIJO - RANCHO NORONHA

Nº: 000000

Complemento: SEM NÚMERO

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: BURITIS

UF: MG

CEP: 38660000

Data de início: 02/04/2018 Previsão de término: 30/04/2018

Finalidade: OUTRO-DETALHAR CAMPO 5 OBSERV.

Proprietário: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

CNPJ: 04.387.509/0001-90

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

Quantidade:

Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

FORMULAÇÃO DE LAUDO DE VISTORIA.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS-SME

8. Assinaturas

Declaro ser verdadeiras as informações acima

Marco Polo Gamboni Alvarenga 10 de *set* de 2018

MARCO POLO GAMBONI ALVARENGA RNP: 1405246863

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA. CNPJ: 04.387.509/0001-90

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confra.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ 2.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO,



www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Valor da ART: 82,94

Registrada em: 10/04/2018

Valor Pago: 82,94

Nosso Número: 000000004347775

INSTRUÇÕES:

ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-36748/DTIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201800000004445343 ATENCAO: NAO RECEBER
APÓS A DATA DE VENCIMENTO.1A VIA

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.
Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 02832.133009 04347.775175 3 75000000008294

Nome do Pagador(CPF/CNPJ/Endereço)
GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA CPF/CNPJ: 03492260000110
AV AFONSO PENA 3924 - 614 - CRUZEIRO, BELO HORIZONTE - MG CEP:30130009
Sacador-Avalista
Nome/Razão
28321330004347775
Nº Documento
28321330004347775
Data de Vencimento
20/04/2018
Valor do Documento
82,94
(*) Valor Pago
Nome do Beneficiário(CPF/CNPJ/Endereço)
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONO CPF/CNPJ: 17.254.509.0001-63
AV ALVARES CABRAL 1600 - BELO HORIZONTE - MG CEP: 30170001
Agência/Código do Beneficiário
3394-4 / 5780-0

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 02832.133009 04347.775175 3 75000000008294

Autoatendimento
Recibo de Pagamento
Título de Cobrança
Banco: 237 Agência: 3432 Máquina: 061716
Data: 10/04/2018 Hora: 14:52 N.Trans: 555
Debito: C.Corrente
Agência: 3432 Conta: 0015603-8
Nome: GMP ENGENHARIA E SERVICOS LTDA
CPF/CNPJ: 003.492.260/0001-10
Data Informada do vencimento: 20/04/2018
Data para debito: 10/04/2018
Identificacao:
00190.00009 02832.133009 04347.775175 3
Protocolo:
0001903
Banco Destinatário:
001 - BANCO DO BRASIL S.A.
Razao Social Beneficiário:
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONO
Nome Beneficiário:
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONO
CPF/CNPJ Beneficiário: 017.254.509/0001-63
Razao Social Sacador Avalista:
CPF/CNPJ Sacador Avalista:
Instituicao Receptora:
237 - BANCO BRADESCO S.A.

Data de Vencimento
20/04/2018
Agência/Código do Beneficiário
3394-4 / 5780-0
Nome-Numero
28321330004347775
(*) Valor do Documento
82,94
(-) Desconto/Abatimento

Nome do Pagador:GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENG
CPF/CNPJ Pagador: 003.492.260/0001-10
Valor: 82,94
Desconto: 0,00
Abatimento: 0,00
Bonificacao: 0,00
Multa: 0,00
Juros: 0,00
Valor total: 82,94
Descricao:
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA



DECLARAÇÃO PORTARIA 287 DE 28 DE MAIO 2009

- (a) A Rádio FM Medianeira Ltda., CNPJ 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, utilizando canal 220, Freqüência 91,9 MHz, na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, através de seu representante legal, declara para fins de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que se encontra com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na legislação vigente, constante na respectiva licença de funcionamento da estação, com ressalva as diferenças referentes às coordenadas geográficas e sistema de transmissão que já estão registradas no sistema MOSAICO e aguardam aprovação.
- (b) Declara também que a referida entidade está apta a ter sua outorga renovada por novo decênio, de acordo com disposto no Decreto nº 88.066 de 26 de janeiro de 1983.

Buritis, 08 de Maio de 2018

Assinaturas:



Marco Polo Gambogi Alvarenga

CREA: 36.748/D

CPF: 143 447 346-53



Lucas Paloschi

CPF: 899.468.711-49

Procurador

Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
Telefone: (38)3662-2088

[Menu Principal](#)

BOM DIA
Ricardo Henrique Pereira Nolasco
Sistemas
Interativos

[SRD](#) » [Relatórios](#) » [Outorga](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MG

Município: Buritis

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	Buritis	26/12/2008	26/12/2018
REDE DINAMICA DE COMUNICACOES LTDA	Buritis	17/08/1988	

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 05/12/2019

Hora: 09:54:18

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

[Menu Principal](#)**BOM DIA**
Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Sistemas**
InterativosSRD >>> Consultas >>> Geral | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: MG
Município: Buritis
Frequência: 91,9 MHz
Classe: B1
Canal: 220**Distrito:**
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA
Nome Fantasia: MEDIANEIRA FM
Nº Estação: 691503400
Primeiro
Licenciamento: 30/04/2010 15:21:12**Fistel:** 50405228198
CNPJ: 04.387.509/0001-90
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 30/04/2010 15:21:12☒ **Dados do Plano Básico**☒ **Dados da Outorga**☐ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="10/04/2006"/>	Outorga	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="18/06/2008"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="02/06/2009"/>	Aprovação de Local	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="18/06/2009"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência	<input type="text" value="Jur."/>

☒ **Característica da Estação Instalada**☒ **Dados do Licenciamento**[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA**

CNPJ: **04.387.509/0001-90**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:01:59 do dia 05/12/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/01/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

**BOM DIA**
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 04.387.509/0001-90

RADIO FM MEDIANEIRA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOZIAS DE LIMA	483.391.489-15	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
LAURO PALOSCHI	167.434.400-78	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data:** 05/12/2019**Hora:** 10:02:25


[Menu Principal](#)

 SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**
[internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#) | [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 483.391.489-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOZIAS DE LIMA	483.391.489-15	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 05/12/2019

Hora: 10:02:38



BOM DIA
Ricardo Henrique Pereira Nolasco
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 167.434.400-78

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LAURO PALOSCHI	167.434.400-78	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco** Data: **05/12/2019** Hora: **10:02:50**

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.387.509/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/04/2001
NOME EMPRESARIAL RADIO FM MEDIANEIRA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MEDIANEIRA FM			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV PEDRO SOCCOL		NÚMERO 452	COMPLEMENTO SALA 01
CEP 85.884-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MEDIANEIRA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/12/2019** às **10:13:05** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 01250.036266/2018-49		
Entidade: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA	CNPJ: 04.387.509/0001-90	
Executante do serviço de radiodifusão sonora FM	Localidade: Buritis	UF: MG
Validade da Outorga: Vencida	Período: 26/12/2018 a 26/12/2028	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	(3107428) fls. 1,2 Assinado por procurador
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	(4935436) fls. 4-6

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	(3107428) fls. 6-26 Contrato; 1ª a 6ª alt.
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	(3107428) fl. 27 Último ato: 6ª alt.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	(3107428) fls. 28-39
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	(3107509) fl. 1

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	(4935491)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	F (3107509) fl. 3
			E (3107509) fl. 5
			M (3107509) fl. 6
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	(4935436) fl. 3
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	(3107509) fl. 3 (3107509) fl. 9
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	(3107509) fl. 10
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	(3107509) fls. 27-34 Laudo + ART Assinados por procurador.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Ricardo Henrique P. Nolasco CARGO: Chefe de Serviço	05.12.2019

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 24419/2019/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.036266/2018-49

Assunto: **EXIGÊNCIA.** Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Buritis, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 26.12.2018 a 26.12.2028.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador(a), mesmo que munido(a) de procuração.

3.2. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, (**sendo vedada a assinatura por procurador(a) da entidade, mesmo que munido(a) de procuração**), que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018 - FM](#)

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 05/12/2019, às 15:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4935650** e o código CRC **655D906A**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas
dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 46830/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 05 de dezembro de 2019.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA. (CNPJ Nº 04.387.509/0001-90)
Av. Pedro Soccol, nº 452, Sala 01, Centro
85884 000 - Medianeira/PR

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.036266/2018-49.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 24419/2019/SEI-MCTIC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 4935769), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 05/12/2019, às 15:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4935726** e o código CRC **5B62CD45**.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 4935726

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>			
<i>CNPJ:</i>		<i>CEP da sede:</i>	
<i>Endereço da sede:</i>			
<i>E-mail de contato:</i>			
<i>Serviço a ser renovado:</i>	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
<i>Período da renovação:</i>			
<i>Localidade da renovação:</i>		<i>UF:</i>	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Data de Envio:

10/12/2019 09:03:06

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

controladoria@radio105fm.net
gillosso@radio105fm.net
financeiro@radio102fmsc.com.br
amandafinanceiro@radio105fm.net
financeiro@radio105fm.net

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga
Prezado(a),

Ref: 01250.036266/2018-49

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Requerimento_4935769_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA_2019_detalhado.pdf
Oficio_4935726.html
Nota_Tecnica_4935650.html



Buritis, 17 de dezembro de 2019.

Ilmo Sr.

Dr. João Tabalita Ferreira

Coordenador de Renovação de Outorgas e Alt. de Caract. Tec. dos Serv. de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios – Bloco R

Brasília – DF


CEP 70.044-900

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 01250.036266/2018-49

Rádio FM Medianeira S/C Ltda, pessoa jurídica inscrita no C.N.P.J sob o nº 04.387.509/0001-90, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada no Município de Buritis, estado de Minas Gerais, tomou conhecimento do teor do Ofício nº 46830/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTI e Nota Técnica nº 24419/2019/SEI-MCTIC.

Nesta oportunidade encaminham-se o Laudo de Vistoria Técnica e documento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART correspondente, julgando pleno atendimento à exigência, e, solicita o prosseguimento do Processo em questão.

Respeitosamente,



JOSIAS DE LIMA
CPF: 483.391.489-15
GERENTE

**Buritis FM EIRELI ME – Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
CNPJ: 17.407.881/0001-62**

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica: RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA

CNPJ: 04.387.509/0001-90 **CEP da sede:** 85.884-000

Endereço da sede: AVENIDA PEDRO SOCCOL Nº 452 SALA 01

E-mail de contato: opec@clubefmburitis.com.br

Serviço a ser renovado: ☒ (X) Radiodifusão sonora ☐ () em frequência modulada
☐ () em ondas curtas
☐ () em ondas médias
☐ () em ondas tropicais
☐ () Radiodifusão de sons e imagens

Período da renovação: 17/06/2018 À 17/06/2028

Localidade da renovação: BURITIS

UF: MG

Eu, Jozias de Lima, inscrito no CPF sob o nº 483.391.489-15, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (lei da ficha limpa).

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.



JOSIAS DE LIMA
CPF: 483.391.489-15
GERENTE

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE

Razão Social: RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA
CNPJ: 04.387.509/0001-90
Endereço Sede: AVENIDA PEDRO SOCCOL Nº 452 – SALA 01
Município: MEDIANEIRA **UF:** PR **CEP:** 85884-000
E-mail contato: opec@clubefinburitis.com.br

EMISSORA

Serviço: ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
☐ Radiodifusão de Sons e Imagens
☐ Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia digital
Canal: 220 **Classe:** A3 **Prefixo:** ZYX542
Frequência (MHz): (*) **Vídeo (TV)** **Áudio (FM/TV)** 91,9MHz
Potência (kW): 0,850
Localidade da Outorga: BURITIS **UF:** MG

PROFISSIONAL HABILITADO(VISTORIADOR)

Nome completo: MARCO POLO GAMBOGI ALVARENGA
CREA nº: 36.748/D **UF:** MG
E-mail de contato: gmp@gmponline.com.br

(*) – Não se aplica a TVD.

4
Hh

VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOCALIZAÇÃO

Endereço:	FAZENDA NENÉM GONTIJO				
Município:	BURITIS		UF:	MG	CEP: 38017-220
Coordenadas Geográficas medidas	Latitude :	15	°	33	' 52 , 00 " S (S/N)
	Longitude:	46	°	25	' 11 , 00 " O (L/O)

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Sistema Irradiante Principal:	Fabricante:	IDEAL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ANTENAS				
	Modelo:	DRU4220				
	Polarização:	Horizontal	X	Vertical	Circular	Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):	10				
	Nº de elementos:	4				
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m): 65,5					
Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)	Fabricante:					
	Modelo:					
	Polarização:	Horizontal		Vertical	Circular	Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):					
	Nº de elementos:					
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):					
Linha de Transmissão Principal:	Fabricante:	KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA				
	Modelo:	LCF7/8"				
	Comprimento medido (m):	80				
Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)	Fabricante:					
	Modelo:					
	Comprimento medido (m):					
Transmissor Principal:	Fabricante:	ELENOS S.R.L.BROADCAST EQUIPMENT				
	Modelo:	ETG 1000i				
	Homologação:	027381200422				
	Potência de operação medida (kW):	0,855				
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)	Áudio (FM/TV)			91,900050
Transmissor Auxiliar: (se houver)	Fabricante:	SINTECK SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA				
	Modelo:	EX500				
	Homologação:	025100902884				
	Potência de operação medida (kW):	0,490				
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)	Áudio (FM/TV)			91,899900

(*) - Não se aplica a TVD.

ESTÚDIO PRINCIPAL

Endereço: AVENIDA MINAS GERAIS Nº 620

Município: BURITIS

UF: MG **CEP:** 38.660-000

ESTÚDIO AUXILIAR(SE HOVER)

Endereço:

Município:

UF:

CEP:

RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

Watímetro BIRD Mod 43 Presc 2,0%

Frequencímetro Linear MFJ 8860, 1 Hz ps

Analizador de Espectro, mod OPT UK-6, presc.1,0%

GPS - GARMIN mod12XL FCC ID IPH 17800 3,0 metros

Bússola - ENGINEER - mod DIRECIONAL presc. 0,01%

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

LAUDO DE VISTORIA TEVE COMO SUPORTE A LICENÇA DE ESTAÇÃO EMITIDA EM 05/06/2019

RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

Nomedo Vistoriador:

MARCO POLO GAMBOGI ALVARENGA

CREA/ MG Nº:

36.748/D

Local / Data:

BURITIS-13/12/2019

Assinatura:

Assinatura manuscrita

ANEXOS

DECLARAÇÕES

PROFISSIONAL HABILITADO

DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente;
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria técnica são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora no dia 12/12/2019;
- (c) atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.

Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis.

Local: Belo Horizonte

Data: 13/12/2019

Nome do Profissional Habilitado: Marco Polo Gambogi Alvarenga

CREA/MG Nº: 36.748/D


Assinatura do Profissional Habilitado

ENTIDADE

Declaro que o Sr. Marco Polo Gambogi Alvarenga (nome do vistoriador), esteve nesta cidade de Buritis, no Estado de Minas Gerais, no(s) dia(s) 12/12/2019 vistoriando as instalações de nossa emissora de **frequênciamodulada** / televisão / televisão digital.

Local: Buritis

Data: 13/12/2019

Nome do Representante Legal: Jozias de Lima

Cargo que exerce na Entidade: Gerente


Assinatura do Representante Legal

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

[Anexar ART devidamente quitada e assinada pelo Profissional Habilitado e pelo Representante Legal da Entidade]





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201900000005748942

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

1. Responsável Técnico

MARCO POLO GAMBONI ALVARENGA

Título profissional:

ENGENHEIRO INDUSTRIAL - ELETRICA;

RNP: 1405246863

Registro: 04.0.0000036748

Empresa contratada:

GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA

Registro: 29952

2. Dados do Contrato

Contratante: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS

Cidade: BURITIS

Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Celebrado em: 16/12/2019

Valor: 1.000,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Bairro: CENTRO

UF: MG

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Nº: 000620

CEP: 38660000

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: FAZENDA NENEN GONTIJO - RANCHO NORONHA

Complemento: SEM NÚMERO

Cidade: BURITIS

Data de início: 16/12/2019 Previsão de término: 30/12/2019

Finalidade: OUTRO-DETALHAR CAMPO 5 OBSERV.

Proprietário: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

Bairro: ZONA RURAL

UF: MG

Nº: 000000

CEP: 38660000

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Quantidade: Unidade:

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

1.00 un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

LAUDO DE VISTORIA PARA PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS-SME

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Marco Polo Gamboni Alvarenga de *dezembro* de *2019*

MARCO POLO GAMBONI ALVARENGA

RNP: 1405246863

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Valor da ART: 85,96

Registrada em: 17/12/2019

Valor Pago: 85,96

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ 851.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO.



www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Nosso Número: 0000000005538944



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA ME			Protocolo: PRC1900746666			
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada						
NIRE (Sede) 41206313270	CNPJ 04.387.509/0001-90	Data de Ato Constitutivo 02/10/2008	Início de Atividade 17/04/2001			
Endereço Completo Avenida PEDRO SOCCOL, Nº 452, SALA 01, CENTRO - Medianeira/PR - CEP 85884-000						
Objeto Social A) EXECUÇÃO, EM QUALQUER PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL, DOS SERVIÇOS DE TV A CABO, ASSIM COMPREENDIDO COMO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ABERTO A CORRESPONDÊNCIA PÚBLICA, E QUE CONSISTE NA DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS DE VÍDEO E/OU ÁUDIO A ASSINANTES, MEDIANTE TRANSPORTE POR MEIOS FÍSICOS, B) EXECUÇÃO, EM QUALQUER PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL, DOS SERVIÇOS RÁDIO DIFUSÃO SONORA, RÁDIO DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS (TELEVISÃO) INCLUINDO REPETIÇÃO, RETRANSMISSÃO E GERAÇÃO DE SINAIS DE TELEVISÃO, SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS MULTIPONTO MULTICANAL (MMDS), QUE SE UTILIZA DE FAIXA DE MICROONDAS PARA TRANSMITIR SINAIS A SEREM RECEBIDOS EM PONTOS DETERMINADOS DENTRO DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, EXPLORAÇÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL, ATRAVÉS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES OUTORGADAS PELO PODER PÚBLICO, DE CONFORMIDADE COM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PRECISTOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.						
Capital Social R\$ 12.000,00 (doze mil reais) Capital Integralizado R\$ 12.000,00 (doze mil reais)		Porte ME (Microempresa)	Prazo de Duração Indeterminado			
Dados do Sócio		CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
Nome JOSIAS DE LIMA		483.391.489-15	R\$ 6.000,00	Sócio	S	
Nome LAURO PALOSCHI		167.434.400-78	R\$ 6.000,00	Sócio	N	
Dados do Administrador		CPF	Término do mandato			
Nome JOSIAS DE LIMA		483.391.489-15				
Último Arquivamento Data 02/10/2008	Número 20084183136	Ato/eventos 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	Situação ATIVA Status CONVERTIDA DE SOCIEDADE CIVIL			

Esta certidão foi emitida automaticamente em 19/12/2019, às 09:18:35 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código QMVXXMJ9.



PRC1900746666

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

MR.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA - PARANÁ

CNPJ: 76.206.481/0001-58

SECRETARIA DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO TÉCNICO

CERTIDÃO NEGATIVA

(NADA CONSTA)

Contribuinte: RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA
CPF/CNPJ.....: 04.387.509/0001-90
Código Contribuinte...: 130192
Logradouro...: Av. PEDRO SOCCOL
Complemento...:
Cidade.....: MEDIANEIRA

Nr.Certidão/Ano.: 12232/2019
Data de Emissão.: 11/12/2019
Validade...: 10/03/2020

Nr.: 452 Bairro.: CENTRO

UF.: PR

Atividade Principal.:
Finalidade...: CONSULTA

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, em nome do(a) requerente **NÃO CONSTA DÉBITOS** referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, não existem débitos em nome do requerente, nesta data.

A presente certidão é válida até o dia 10/03/2020, e cópia da mesma só terá validade se conferida com a original.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no seguinte endereço eletrônico:

<http://cidadao.medianeira.pr.gov.br:5656/cidadao/>

Código de Autenticidade: 746915943746915

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA - ESTADO DO PARANÁ - BRASIL
Rua Argentina, 1546 - Centro - Fone (45) 3264-8600 - CEP 85884-000 - Medianeira - Paraná
CNPJ: 76.206.481/0001-58

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MEDIANEIRA

CARTORIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
AV. PEDRO SOCCOL, 1630 - CENTRO
MEDIANEIRA/PR - 85884-000

TITULAR
CARLOS ALBERTO PAGANI
JURAMENTADOS
ADRIANA BORDIN HELFENSTEIN
KAMILA CRISTINA BONATTO

Certidão Negativa


Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição e FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

CNPJ 04.387.509/0001-90, no período compreendido entre a presente data e os últimos 30 anos que a antecederem.




KAMILA CRISTINA BONATTO

	PODER JUDICIÁRIO Estado do Paraná Comarca de Medianeira
Ofício do Contador, Distribuidor, Partidor Depositário Público e Avaliador Carlos Alberto Pagani - Titular Adriana Bordin Helfenstein - Empr. Juramentada Kamila Cristina Bonatto - Empr. Juramentada	

Ado



À COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA E DE ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO DA COORDENAÇÃO – GERAL DE PÓS OUTORGAS DO DEPARTAMENTO DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL DA SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - MCTIC.

Assunto: solicita juntada de documentos.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49 - Renovação de Outorga.

A RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Pedro Soccol, 452, Sala 01, Centro, CEP 85884-000, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 04.387.509/0001-90, vem respeitosamente, por sua advogada (**procuração SEI 200195**), à presença de Vossa Senhoria, **REITERAR** seu interesse na renovação da permissão que lhe foi outorgada para executar o serviço de radiodifusão em frequência modulada, na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, e, em consequência, para fins de atualização instrutória, requerer a juntada dos documentos abaixo nominados:

1. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado onde se localiza a sede da requerente;
2. prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
3. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
4. certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;
5. comprovante de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL;



6. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da requerente;
7. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata), expedida pelo distribuidor da sede da requerente;
8. certidão **simplificada** da junta comercial atualizada, confirmando os quadros societário e diretivo da requerente;
9. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, (assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador da requerente), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovam a boa situação financeira da requerente.

Por oportuno, a Requerente informa que a permissão de que trata este processo também é objeto de requerimento de transferência para a empresa BURITIS FM LTDA. no processo de nº 01250.028362/2018-13, em análise nessa Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas.

2

Dessa forma, a requerente ainda solicita que este processo seja analisado concomitantemente com o pedido de transferência, cuja documentação está, nessa mesma data, sendo alvo de atualização.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 28 de abril de 2020.


ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA
OAB/DF nº 1.540



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 021752249-19

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.387.509/0001-90**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 05/08/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 04.387.509/0001-90

Certidão n°: 8073352/2020

Expedição: 07/04/2020, às 16:59:13

Validade: 03/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que RADIO FM MEDIANEIRA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 04.387.509/0001-90, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.387.509/0001-90

Razão Social: RADIO FM MEDIANEIRA SC LTDA

Endereço: AV PEDRO SOCCOL 452 / CENTRO / MEDIANEIRA / PR / 85884-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/03/2020 a 10/07/2020

Certificação Número: 2020031303252995900682

Informação obtida em 07/04/2020 16:42:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA
CNPJ: 04.387.509/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:54:42 do dia 07/04/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/10/2020.

Código de controle da certidão: **89F0.CFC8.0B20.C135**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE
DANIELA MOREIRA BARROSSistemas
InterativosBOLETO » **Nada Consta**[menu](#) [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:50:49 do dia 13/04/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/05/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA - PARANÁ
CNPJ: 76.206.481/0001-58
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO TÉCNICO

CERTIDÃO NEGATIVA
(NADA CONSTA)

Contribuinte: RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA
CPF/CNPJ.....: 04.387.509/0001-90
Código Contribuinte...: 130192
Logradouro...: Av. PEDRO SOCCOL
Complemento...:
Cidade.....: MEDIANEIRA

Nr.Certidão/Ano.: 3740/2020
Data de Emissão.: 22/04/2020
Validade...: 21/07/2020
Nr...: 452 Bairro.: CENTRO
UF...: PR

Atividade Principal.:
Finalidade....: CONSULTA

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, em nome do(a) requerente **NÃO CONSTA DÉBITOS** referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, não existem débitos em nome do requerente, nesta data.

A presente certidão é válida até o dia 21/07/2020, e cópia da mesma só terá validade se conferida com a original.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no seguinte endereço eletrônico:

<http://cidadao.medianeira.pr.gov.br:5656/cidadao/>

Código de Autenticidade: 561411388561411

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA - ESTADO DO PARANÁ - BRASIL
Rua Argentina, 1546 - Centro - Fone (45) 3264-8600 - CEP 85884-000 - Medianeira - Paraná
CNPJ: 76.206.481/0001-58



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MEDIANEIRA

CARTORIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
AV. PEDRO SOCCOL, 1630 - CENTRO
MEDIANEIRA/PR - 85884-000

TITULAR
CARLOS ALBERTO PAGANI
JURAMENTADA
KAMILA CRISTINA BONATTO

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de FALÊNCIA e RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

CNPJ 04.387.509/0001-90, no período compreendido entre a presente data e os últimos 30 anos que a antecederem.

MEDIANEIRA/PR, 22 de Abril de 2020, 11:51:44

CARLOS ALBERTO PAGANI
Assinado Digitalmente

RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

Folha: 003

CNPJ: 04387509000190
AV PEDRO SOCCOL, 452 - CENTRO - Medianeira/PR
Balanco Patrimonial encerrado em 31/12/2019

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa

Caixa 7.960,08D

=Caixa *****7.960,08D

=Caixa e Equivalentes de Caixa *****7.960,08D

Contas a Receber

Clientes

Cliente Diversos 15.908,20D

=Clientes *****15.908,20D

=Contas a Receber *****15.908,20D

=Total - ATIVO CIRCULANTE *****23.868,28D

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imobilizado

Bens Tangíveis

Maquinas e Equipamentos 11.300,00D

=Bens Tangíveis *****11.300,00D

(-) Depreciação Acumulada

(-) Deprec. de Máquinas e Equipamentos 5.650,08C

=(-) Depreciação Acumulada *****5.650,08C

=Imobilizado *****5.649,92D

=Total - ATIVO NÃO CIRCULANTE *****5.649,92D

=Total - ATIVO *****29.518,20D

PASSIVO E PATRIMÔNIO

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações Tributárias

Impostos a Recolher

PIS 16,25C

COFINS 75,00C

CSLL a recolher 72,00C

IRPJ A recolher 60,00C

=Impostos a Recolher *****223,25C

=Obrigações Tributárias *****223,25C

=Total - PASSIVO CIRCULANTE *****223,25C

PATRIMÔNIO LIQUIDO

Capital Social

Capital Social Subscrito

Capital Social Subscrito 12.000,00C

=Capital Social Subscrito *****12.000,00C

=Capital Social *****12.000,00C

Reservas

Reservas de Lucros

Reservas de Lucros 44.849,67C

=Reservas de Lucros *****44.849,67C

=Reservas *****44.849,67C

Lucro/Prejuízos Acumulados

Lucros Acumulados

Lucro do Exercício 2.968,15C

=Lucros Acumulados *****2.968,15C

(-) Prejuízos Acumulados

(-) Prejuízo Acumulado 30.522,87D

=(-) Prejuízos Acumulados *****30.522,87D


=Lucro/Prejuízos Acumulados *****27.554,72D

=Total - PATRIMÔNIO LIQUIDO *****29.294,95C

=Total - PASSIVO E PATRIMÔNIO *****29.518,20C

Medianeira, 31 de dezembro de 2019

JOZIAS DE LIMA
Sócio - Administrador
CPF: 48339148915
RG: 35510109


DANIEL SALES PALMA
CPF: 087.964.046-47
Contador CRC: 109658-O / MG
RG: 16622416


Descrição	Classificação	Exercício Atual
RECEITAS		
RECEITAS		
Receitas Operacionais		
Receita de Serviços	3.1.1.02	4.500,00C
Deduções da Receita	3.1.1.03	164,25D
=Receitas Operacionais		*****4.335,75C
=T o t a l - RECEITAS		*****4.335,75C
=T o t a l - RECEITAS		*****4.335,75C
CUSTOS E DESPESAS		
DESPESAS		
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	4.2.1.01	1.130,00D
=Despesas Operacionais		*****1.130,00D
Provisão sobre lucro		
Provisões	4.2.3.01	237,60D
=Provisão sobre lucro		*****237,60D
=T o t a l - DESPESAS		*****1.367,60D
=T o t a l - CUSTOS E DESPESAS		*****1.367,60D

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS-----> 4.335,75C
 DESPESAS + CUSTO-----> 1.367,60D
 LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: *****2.968,15

Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrativo, realizado em 31 de dezembro de 2019

JOZIAS DE LIMA
 Sócio - Administrador
 RG: 35510109


 DANIEL SALES PALMA
 Contador
 CPF:087.964.046-47 CRC: 109658-O MG
 Rua Ceará, N° 626, Centro, Buritis MG



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA ME		Protocolo: PRC2001988346			
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41206313270	CNPJ 04.387.509/0001-90	Data de Ato Constitutivo 02/10/2008	Início de Atividade 17/04/2001		
Endereço Completo Avenida PEDRO SOCCOL, Nº 452, SALA 01, CENTRO - Medianeira/PR - CEP 85884-000					
Objeto Social A) EXECUÇÃO, EM QUALQUER PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL, DOS SERVIÇOS DE TV A CABO, ASSIM COMPREENDIDO COMO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ABERTO A CORRESPONDÊNCIA PÚBLICA, E QUE CONSISTE NA DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS DE VÍDEO E/OU ÁUDIO A ASSINANTES, MEDIANTE TRANSPORTE POR MEIOS FÍSICOS, B) EXECUÇÃO, EM QUALQUER PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL, DOS SERVIÇOS RÁDIOFUSÃO SONORA, RÁDIOFUSÃO DE SOMS E IMAGENS (TELEVISÃO) INCLUINDO REPETIÇÃO, RETRANSMISSÃO E GERAÇÃO DE SINAIS DE TELEVISÃO, SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS MULTIPONTO MULTICANAL (MMDS), QUE SE UTILIZA DE FAIXA DE MICROONDAS PARA TRANSMITIR SINAIS A SEREM RECEBIDOS EM PONTOS DETERMINADOS DENTRO DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, EXPLORAÇÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL, ATRAVÉS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES OUTORGADAS PELO PODER PÚBLICO, DE CONFORMIDADE COM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PRECISTOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.					
Capital Social R\$ 12.000,00 (doze mil reais) Capital Integralizado R\$ 12.000,00 (doze mil reais)		Porte ME (Microempresa)	Prazo de Duração Indeterminado		
Dados do Sócio	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
Nome JOSIAS DE LIMA	483.391.489-15	R\$ 6.000,00	Sócio	S	
Nome LAURO PALOSCHI	167.434.400-78	R\$ 6.000,00	Sócio	N	
Dados do Administrador		CPF	Término do mandato		
Nome JOSIAS DE LIMA		483.391.489-15			
Último Arquivamento	Número	Ato/eventos	Situação		
Data 02/10/2008	20084183136	002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	ATIVA Status CONVERTIDA DE SOCIEDADE CIVIL		

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/04/2020, às 14:33:04 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código T3ESR52X.



PRC2001988346

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

<https://www.tjpr.jus.br/enderecos-e-informacoes?>[p_p_id=36&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&_36_struts_action=%2Fwiki%2Fview&p_r_p_1858](https://www.tjpr.jus.br/enderecos-e-informacoes?p_p_id=36&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&_36_struts_action=%2Fwiki%2Fview&p_r_p_1858)

Fórum da Fazenda e Falências e Recuperações Judiciais*	
Endereço: Rua da Glória, nº 362	
Varas da Fazenda Pública	Telefone
Geral -	(41) 3200-4700
Vara de Falências e Recuperações Judiciais	
1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais – 6º andar	(41) 3561-7950
2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais – 7º andar	(41) 3561-7951

0 Anexos (<https://www.tjpr.jus.br/enderecos-e-informacoes?>[p_p_id=36&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&_36_struts_action=%2Fwiki%2Fview_page_attachments&p_r_p_185834411_nodeName=Lista+de+Telefo](https://www.tjpr.jus.br/enderecos-e-informacoes?p_p_id=36&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&_36_struts_action=%2Fwiki%2Fview_page_attachments&p_r_p_185834411_nodeName=Lista+de+Telefo)
[informacoes%3Fp_p_id%3D36%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dpop_up%26p_p_mode%3Dview%26p_r_p_185834411_title%3DF%25C3%25B3rum%2Bda%2BFa](https://www.tjpr.jus.br/enderecos-e-informacoes?p_p_id=36&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&_36_struts_action=%2Fwiki%2Fview_page_attachments&p_r_p_185834411_nodeName=Lista+de+Telefo)
[7476](https://www.tjpr.jus.br/enderecos-e-informacoes?p_p_id=36&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&_36_struts_action=%2Fwiki%2Fview_page_attachments&p_r_p_185834411_nodeName=Lista+de+Telefo) Visualizações

Média (0 Votos)

☆☆☆☆

Comentários



RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

Folha: 003

CNPJ: 04387509000190
AV PEDRO SOCCOL, 452 - CENTRO - Medianeira/PR
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa	
Caixa	
Caixa	7.960,08D
=Caixa	*****7.960,08D
=Caixa e Equivalentes de Caixa	*****7.960,08D
Contas a Receber	
Clientes	
Cliente Diversos	15.908,20D
=Clientes	*****15.908,20D
=Contas a Receber	*****15.908,20D
=Total - ATIVO CIRCULANTE	*****23.868,28D

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imobilizado	
Bens Tangíveis	
Maquinas e Equipamentos	11.300,00D
=Bens Tangíveis	*****11.300,00D
(-) Depreciação Acumulada	
(-) Deprec. de Máquinas e Equipamentos	5.650,08C
=(-) Depreciação Acumulada	*****5.650,08C
=Imobilizado	*****5.649,92D
=Total - ATIVO NÃO CIRCULANTE	*****5.649,92D
=Total - ATIVO	*****29.518,20D

PASSIVO E PATRIMÔNIO

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações Tributárias	
Impostos a Recolher	
PIS	16,25C
COFINS	75,00C
CSLL a recolher	72,00C
IRPJ A recolher	60,00C
=Impostos a Recolher	*****223,25C
=Obrigações Tributárias	*****223,25C
=Total - PASSIVO CIRCULANTE	*****223,25C

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	
Capital Social Subscrito	
Capital Social Subscrito	12.000,00C
=Capital Social Subscrito	*****12.000,00C
=Capital Social	*****12.000,00C
Reservas	
Reservas de Lucros	
Reservas de Lucros	44.849,67C
=Reservas de Lucros	*****44.849,67C
=Reservas	*****44.849,67C
Lucro/Prejuízos Acumulados	
Lucros Acumulados	
Lucro do Exercício	2.968,15C
=Lucros Acumulados	*****2.968,15C
(-) Prejuízos Acumulados	
(-) Prejuízo Acumulado	30.522,87D
=(-) Prejuízos Acumulados	*****30.522,87D
=Lucro/Prejuízos Acumulados	*****27.554,72D
=Total - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	*****29.294,95C
=Total - PASSIVO E PATRIMÔNIO	*****29.518,20C

Medianeira, 31 de dezembro de 2019

JOZIAS DE LIMA
Sócio - Administrador
CPF: 48339148915
RG: 35510109

DANIEL SALES PALMA
CPF: 087.964.046-47
Contador CRC: 109658-O / MG
RG: 16622416

Descrição	Classificação	Exercício Atual
RECEITAS		
RECEITAS		
Receitas Operacionais		
Receita de Serviços	3.1.1.02	4.500,00C
Deduções da Receita	3.1.1.03	164,25D
=Receitas Operacionais		*****4.335,75C
=Total - RECEITAS		*****4.335,75C
=Total - RECEITAS		*****4.335,75C
CUSTOS E DESPESAS		
DESPESAS		
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	4.2.1.01	1.130,00D
=Despesas Operacionais		*****1.130,00D
Provisão sobre lucro		
Provisões	4.2.3.01	237,60D
=Provisão sobre lucro		*****237,60D
=Total - DESPESAS		*****1.367,60D
=Total - CUSTOS E DESPESAS		*****1.367,60D


RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----->	4.335,75C
DESPESAS - CUSTO----->	1.367,60D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	*****2.968,15

Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrativo, realizado em 31 de dezembro de 2019



JOZIAS DE LIMA
Sócio - Administrador
RG: 35510109



DANIEL SALES PALMA
Contador
CPF: 087.964.046-47 CRC: 109658-O MG
Rua Ceará, Nº 626, Centro, Buritis MG



Buritis, 06 de maio de 2020.

Ilma Sra.

Luciana Maria Monteiro de Lima

Coordenadora - Geral de Pós-Outorga,

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão Serviço de Alterações de Características Técnicas

Referência: Ofício nº3755/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Processo Nº: 01250.036.266/2018-49

Assunto: Renovação de outorga

Rádio FM Medianeira S/C Ltda, pessoa jurídica inscrita no C.N.P.J sob o nº 04.387.509/0001-90, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Buritis, estado de Minas Gerais, tomou conhecimento do teor do Ofício nº: 3755/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTI e Nota Técnica nº: 2111/2020/SEI-MCTIC.

Em atendimento ao Ofício em epígrafe, por seu representante Técnico, encaminhamos a nova licença emitida pela Anatel, em 06/05/2020, em anexo, respondendo assim as exigências descritas nesta.

Os dados referentes aos comprovantes da Linha de Transmissão Auxiliar, fabricante, Modelo, não constam na licença expedida, entretanto, em anexo, seguem também as telas do Sistema Mosaico referente a estes itens solicitados.

Não obstante comunicamos da impossibilidade de apresentar a resposta no prazo de 30 dias apresentado do pela Nota Técnica, visto que esta dependia da execução de projeto e da emissão da nova licença, período curto especificado, o que fez seu atendimento fora do prazo.

Respeitosamente,


P/P MARCO POLO GAMBÓGI ALVARENGA
REPRESENTANTE TÉCNICO
CREA –MG : 36748/D


**Buritis FM EIRELI ME – Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
CNPJ: 17.407.881/0001-62**

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 04.387.509/0001-90, estabelecida na Avenida Pedro Soccol nº 452, centro, MEDIANEIRA/PR, representada por seu sócio gerente **JOZIAS DE LIMA**, brasileiro, casado, empresário, RG n 3.551.010-9 SSP/PR, CPF nº 483.391.489-15, residente e domiciliado em Medianeira/PR.

OUTORGADOS/PODERES: Pelo presente Instrumento de Procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador os Srs. **LUCAS PALOSCHI**, brasileiro, solteiro, empresário, CPF nº 899.468.711-49, RG nº 1063445892 - SSP/RS, residente e domiciliado na Av. Minas Gerais, nº 620, centro, BURITIS/MG, Fone: (38) 3662-2088, e-mail: lucas@transaméricaburitis.com.br; e **OSCAR FRANCISCO PALOSCHI**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/DF sob nº 12.773, CPF nº 621.882.320-20, com escritório profissional em Brasília/DF, Fone: (61) 9231-6519, e-mail: oscar.advogado@gmail.com; a quem outorgam os poderes para o fim específico de representá-la em todos os Órgãos Públicos Federais e Estaduais, em especial junto ao Ministério das Comunicações e Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, inclusive perante os seus Departamentos e Órgãos Técnicos, em todos os assuntos pertinentes e de interesse da outorgante **que se referirem as permissões para executar e explorar os serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Buritis/MG obtida através da Concorrência nº 35/2001, cujo contrato de Adesão de Permissão foi celebrado com a União em 24/12/2008, extrato publicado dia 26/12/2008 no DOU Seção 3, pág. 110; podendo requerer a renovação e também a transferência da outorga para outra empresa;** requerer mudança de classe e aumento de potência, licenciamento para funcionamento de estação, alteração de local e de equipamentos; apresentar defesa e documentos, interpor recursos ou representações, constituir advogado, tudo requerer, firmar termos e compromissos, pagar taxas, preços públicos e emolumentos, requerer cópia de documentos, ter vista de processos administrativos, efetuar o cadastramento no CADSEI, alterar senha, acessar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), enfim, todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

Medianeira/PR, 14 de abril de 2016.


RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA
JOZIAS DE LIMA - Sócio-Gerente



SELO 7f9hc.90m9E.hajAk-MScRh.YYpS
Consulte em www.funarpen.com.br
TABELIONATO DE NOTAS - 1º OFÍCIO
Rua Paraguai nº 1771, Fone: 45.3264-1108
Comarca de Medianeira - Paraná
Reconheço como VERDADEIRA, a(s) firma(s) de:*****
JOZIAS DE LIMA.....
Medianeira, 28 de Junho de 2018
Em Testemunho _____ da verdade

Carlos Hugo Schneider - Tabelião
Alvaro Celestino Benetti - Escrevente
Norci Canabde Casan - Escrevente
Emerson Laureano Benetti - Escrevente





NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA				CNPJ 04387509000190
Nº DA ESTAÇÃO 691503400	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 15° 33' 52.0" S	LONGITUDE 46° 25' 11.0" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO FAZENDA NENÉM GONTIJO, nº S/N.	DISTRITO *****	
BAIRRO RANCHO NORONHA	MUNICÍPIO Buritis	UF MG

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO:	Buritís	UF:	MG
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	91.9 MHz	CANAL:	220
CLASSE:	A3	COTA BASE DA TORRE:	894.9
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYX542		
NOME FANTASIA:	MEDIANEIRA FM	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Buritís		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	AVENIDA MINAS GERAIS	BAIRRO:	CENTRO
MUNICÍPIO:	Buritís	UF:	MG
NUMERO:	620	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equ	MODELO:	ETG1000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	.850 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos Eletr	MODELO:	SP 300 ágil
CÓDIGO:	002480300528	POTÊNCIA:	0.300 kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Ideal Industria e Comercio de	MODELO:	DRU4220
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	6.00
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	10 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	65.5 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.	MODELO:	TEVP - 2L
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3
DESCRIÇÃO:	Está sendo mudado somente a e	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	40.5 m	BEAM TILT:	***** graus

RDS

Código PI:

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 06/05/2020 10:00:41

APLICAÇÃO

Emitido Em
05/06/2019

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIwNWVimjYzN2MwMdc2Yg==>

TELAS DO SISTEMA MOSAICO PARA CONHECIMENTO – 06/05/2020

Spectrum-E SRD Formulário FM

Não seguro | sistemas.anatel.gov.br/se/eapp/forms/b/fm.php?id=57dbac1ea7ccc&wfId=b_yradiodifusao_ext&view=D&pr...

Apps OneDrive GMP

MOSAICO Início | SRD: Sistema de Controle de Radiodifusão | ID: 57dbac1ea7ccc

Entidade Administrativo Endereços Plano Básico Estação Principal Estação Auxiliar RDS

Dados da Entidade

CNPJ 04387509000190

Clique [AQUI](#) para Editar os dados da Entidade.

Nome Entidade RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

Nome Fantasia MEDIANEIRA FM

DDD

Telefone

Email para Contato

Tipo Usuário Integral

Tipo Orgão Adm Privada

Responsável Técnico

CPF

Nome Responsável

E-mail

Dados da Outorga

TELAS DO SISTEMA MOSAICO DA ESTAÇÃO AUXILIAR DO SISTEMA IRRADIANTE DA EMISSORA.

01

MOSAICO Início | SRD: Sistema de Controle de Radiodifusão | ID: 57dbac1ea7ccc

Entidade Administrativo Endereços Plano Básico Estação Principal Estação Auxiliar RDS

Transmissor Auxiliar

Código Equipamento 002480300528

Equipamento não possui código de homologação ☐

Fabricante Auaed Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

Modelo SP 300 ágil

Potência de Operação 0.300 kW

02

Transmissor Auxiliar 2

Código Equipamento	<input type="text"/>	Buscar
Equipamento não possui código de homologação <input type="checkbox"/>		
Fabricante	<input type="text"/>	
Modelo	<input type="text"/>	
Potência de Operação	<input type="text"/>	KW

Linha de Transmissão Auxiliar

Fabricante	KMP Cabos Especiais e Sistemas Ltda	
Modelo	LCF 7/8	
Comprimento da Linha	58	m
Atenuação	1.096	dB/100m
Perdas Acessórias	0.5	dB
Impedância	50	ohms

03

Antena Auxiliar

Fabricante	TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.	
Modelo	TEVP - 2L	
Ganho	3	dBd
Beam-Tilt	0	
Orientação NV	0	
Polarização	Vertical	
HCI	40.5	m
Nulos	<input type="text"/>	
Observações	Está sendo mudado somente a estação auxiliar. Esta está nas coordenadas geográficas: 15°S 37° 34.34" e 46° W 25° 27.22", no fundo do estúdio principal.	

← Fechar

➤ Enviar

➤ Validação



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas
dos Serviços de Radiodifusão
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos
Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas

OFÍCIO Nº 18140/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 13 de maio de 2020.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90)
Rua Frei Caneca, nº 20 - Bairro Centro
CEP: 88801-650 - Criciúma/SC

Assunto: Renovação de Outorga. Reiteração de exigência. **Processo n.**
º 01250.036266/2018-49.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Reitero os termos do Ofício n.º 3755/2020/SEI-MCTIC (cópia anexa), que encaminhou cópia da Nota Técnica n.º 2111/2020/SEI-MCTIC (cópia anexa), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério.
2. Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir de 01/06/2020 (Portaria nº 1915/2020), para o cumprimento daquelas exigências.
3. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
4. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 14/05/2020, às 15:05



(horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5483105** e o código CRC **2D934463**.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 5483105

Data de Envio:

14/05/2020 16:55:48

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

controladoria@radio105fm.net
gillosso@radio105fm.net
financeiro@radio102fmsc.com.br
amandafinanceiro@radio105fm.net
financeiro@radio105fm.net

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 01250.036266/2018-49

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5483105.html
Oficio_5095886.html
Nota_Tecnica_5095825.html



Ilma Sra. Buritis,
Luciana Maria Monteiro de Lima
Coordenadora - Geral de Pós-Outorga,
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão Serviço de Alterações de Características Técnicas

21 de maio de 2020

Referência: Ofício nº3755/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC
Por consequência:

Ofício nº18140/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Processo Nº: 01250.036.266/2018-49

Assunto: Renovação de outorga

Rádio FM Medianeira S/C Ltda, pessoa jurídica inscrita no C.N.P.J sob o nº 04.387.509/0001-90, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Buritis, estado de Minas Gerais, tomou conhecimento do teor do Ofício nº18140/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTI e Nota Técnica nº: 2111/2020/SEI-MCTIC.


Em atendimento ao assunto, por seu representante Técnico, encaminhamos:

- 1- Nova licença emitida, Anatel 06/05/2020. *(Para facilitar análise *)*
- 2- Nota Técnica nº: 2111/2020/SEI-MCTIC (*)
- 3- Telas do Sistema Mosaico (*)
- 4- O Laudo de Vitória, Portaria SERAD Nº.4775 de 14/09/2018

Da Licença de Funcionamento; os dados referentes a Linha de Transmissão Auxiliar, seu fabricante e Modelo, não foram assinalados pela ANATEL, também não o foram as coordenadas geográficas, entretanto, em anexo, seguem também as telas do Sistema Mosaico referente a estes itens solicitados.

Como é de seu conhecimento, a emissão da licença é de competência da ANATEL e não temos gestão sobre a mesma.

Respeitosamente,


Jozias de Lima
CPF: 483.391.489-15
Gerente

**Buritis FM EIRELI ME – Av. Minas Gerais 620, Centro – Buritis, MG.
CNPJ: 17.407.881/0001-62**



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA				CNPJ 04387509000190
Nº DA ESTAÇÃO 691503400	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 15° 33' 52.0" S	LONGITUDE 46° 25' 11.0" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO FAZENDA NENÉM GONTIJO, nº S/N.	DISTRITO *****	
BAIRRO RANCHO NORONHA	MUNICÍPIO Buritis	UF MG

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO:	Buritís	UF:	MG
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	91.9 MHz	CANAL:	220
CLASSE:	A3	COTA BASE DA TORRE:	894.9
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYX542		
NOME FANTASIA:	MEDIANEIRA FM	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Buritís		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	AVENIDA MINAS GERAIS	BAIRRO:	CENTRO
MUNICÍPIO:	Buritís	UF:	MG
NUMERO:	620	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equ	MODELO:	ETG1000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	.850 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos Eletr	MODELO:	SP 300 ágil
CÓDIGO:	002480300528	POTÊNCIA:	0.300 kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Ideal Industria e Comercio de	MODELO:	DRU4220
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	6.00
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	10 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	65.5 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.	MODELO:	TEVP - 2L
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3
DESCRIÇÃO:	Está sendo mudado somente a e	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	40.5 m	BEAM TILT:	***** graus

RDS

Código PI:

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 06/05/2020 10:00:41

APLICAÇÃO

Emitido Em
05/06/2019

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIwNWVimjYzN2MwMdc2Yg==>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas**NOTA TÉCNICA Nº 2111/2020/SEI-MCTIC**Processo n.º: **01250.036266/2018-49.**Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria técnica de estação de radiofrequência, operando no canal 220 (duzentos e vinte), classe A3, encaminhado pela **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.387.509/0001-90, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de BURITIS/MG, apresentado para fins de renovação da outorga.

Os autos foram encaminhados, através de Despacho Interno (Evento SEI nº 5068396), para análise do laudo técnico apresentado às folhas 4-9 (Evento SEI nº 5029586).

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do laudo técnico apresentado foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>– As seguintes características técnicas de operação da estação informadas no laudo de vistoria técnica encontram-se em desacordo com o autorizado pelo poder concedente:</p> <ul style="list-style-type: none"> fabricante/modelo da antena auxiliar; altura centro de irradiação (H_{CI}) da antena auxiliar; azimute de orientação da antena auxiliar; polarização da antena auxiliar; fabricante/modelo da linha de transmissão auxiliar; comprimento da linha de transmissão auxiliar. 	<p>– Apresentar Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração, em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963), nos termos da Portaria SERAD n.º 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.</p> <p>Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:</p> <p>Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD n.º 4775-SEI de 14/09/2018</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora Geral de Pós-Outorga, para decisão.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Antonio Karnas, Engenheiro**, em 07/02/2020, às 14:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 10/02/2020, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5095825** e o código CRC **7E470198**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 5095825

TELAS DO SISTEMA MOSAICO PARA CONHECIMENTO – 06/05/2020

Spectrum-E SRD Formulário FM

Não seguro | sistemas.anatel.gov.br/se/eapp/forms/b/fm.php?id=57dbac1ea7ccc&wfId=b_radiodifusao_ext&view=D6pr...

MOSAICO Início > SRD: Sistema de Controle de Radiodifusão > ID: 57dbac1ea7ccc

Entidade Administrativo Endereços Plano Básico Estação Principal Estação Auxiliar RDS

Dados da Entidade

CNPJ 04367509000190 Buscar

Clique AQUI para Editar os dados da Entidade.

Nome Entidade RADIO FM MEDIANEIRA LTDA

Nome Fantasia MEDIANEIRA FM

DDD

Telefone

Email para Contato

Tipo Usuário Integral

Tipo Orgão Adm Privada

Responsável Técnico

CPF

Nome Responsável

E-mail

Dados da Outorga

TELAS DO SISTEMA MOSAICO DA ESTAÇÃO AUXILIAR DO SISTEMA IRRADIANTE DA EMISSORA.

01

MOSAICO Início > SRD: Sistema de Controle de Radiodifusão > ID: 57dbac1ea7ccc

Entidade Administrativo Endereços Plano Básico Estação Principal Estação Auxiliar RDS

Transmissor Auxiliar

Código Equipamento 002480300528 Buscar

Equipamento não possui código de homologação ☐

Fabricante Aual Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

Modelo SP 300 ágil

Potência de Operação 0.300 kW

02

Transmissor Auxiliar 2

Código Equipamento	<input type="text"/>	Buscar
Equipamento não possui código de homologação <input type="checkbox"/>		
Fabricante	<input type="text"/>	
Modelo	<input type="text"/>	
Potência de Operação	<input type="text"/>	kW

Linha de Transmissão Auxiliar

Fabricante	KMP Cabos Especiais e Sistemas Ltda	
Modelo	LCF 7/8	
Comprimento da Linha	58	m
Atenuação	1.096	dB/100m
Perdas Acessórias	0.5	dB
Impedância	50	ohms

03

Antena Auxiliar

Fabricante	TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.	
Modelo	TEVP - 2L	
Ganho	3	dBi
Beam-Tilt	0	
Orientação NV	0	
Polarização	Vertical	
HCI	40.5	m
Nulos	<input type="text"/>	
Observações	Está sendo mudado somente a estação auxiliar. Esta está nas coordenadas geográficas: 15°S 37° 34.34" e 46° W 25° 27.22", no fundo do estúdio principal.	

[← Fechar](#)[➤ Enviar](#)[➤ Validação](#)

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE

Razão Social:	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA		
CNPJ:	04387509000190		
Endereço Sede:	Avenida Pedro Soccol, 452 Sala 01 - Centro		
Município:	Medianeira	UF: PR	CEP: 85.884-000
E-mail contato:			

EMISSORA

Serviço:	<input checked="" type="checkbox"/>	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		
	<input type="checkbox"/>	Radiodifusão de Sons e Imagens		
	<input type="checkbox"/>	Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia digital		
Canal:	220	Classe: A3	Prefixo:	ZYX542
Frequência (MHz): (*)	Vídeo (TV)		Áudio (FM/TV)	91,9
Potência (kW) :	0,850			
Localidade da Outorga:	Buritis			UF: MG

PROFISSIONAL HABILITADO (VISTORIADOR)

Nome completo:	Marco Polo Gambogi Alvarenga		
CREA n°:	MG - 36.748/D	UF:	MG
E-mail de contato:			

(*) - Não se aplica a TVD.

VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOCALIZAÇÃO

Endereço:	Fazenda Neném Gontígio									
Município:	Buritis						UF:	MG	CEP:	38660-000
Coordenadas Geográficas medidas	Latitude :	15	°	33	'	52	,	00	"	S (S/N)
	Longitude:	46	°	25	'	11	,	00	"	O (L/O)

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Sistema Irradiante Principal:	Fabricante: Ideal Industria e Comercio de Antenas Ltda									
	Modelo: DRU4220									
	Polarização:	Horizontal	X	Vertical		Circular		Elíptica		
	Azimute de orientação medido (°NV): 10									
	Nº de elementos: 4									
Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m): 65,5									
	Fabricante: Teel Tele Eletrônica LTDA.									
	Modelo: TEVP - 2L									
	Polarização:	Horizontal	X	Vertical		Circular		Elíptica		
	Azimute de orientação medido (°NV): 0									
Linha de Transmissão Principal:	Nº de elementos: 2									
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m): 40,5									
	Fabricante: KMP - CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA									
	Modelo: LCF 7/8									
	Comprimento medido (m): 80.0									
Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)	Fabricante: KMP Cabos Especiais e Sistemas Ltda									
	Modelo: LCF 7/8									
	Comprimento medido (m): 58.0									
Transmissor Principal:	Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment									
	Modelo: ETG1000i									
	Homologação: 027381200422									
	Potência de operação medida (kW): 0,850									
	Frequência medida (MHz): (*) Video (TV) Áudio (FM/TV) 91,9									
Transmissor Auxiliar: (se houver)	Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda									
	Modelo: SP 300 ágil									
	Homologação: 002480300528									
	Potência de operação medida (kW): 0,300									
	Frequência medida (MHz): (*) Video (TV) Áudio (FM/TV) 91,9									

(*) - Não se aplica a TVD.

Laudo de Vistoria Técnica (FM-TV) - pág. 2

ESTÚDIO PRINCIPAL

Endereço: Avenida Minas Gerais nº 620, Centro

Município: Buritis

UF: MG

CEP: 38.660-000

ESTÚDIO AUXILIAR (SE HOUVER)

Endereço:

Município:

UF:

CEP:

RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

Aparelho	Modelo	Precisão
Watímetro BIRD	43	2,0%
Frequencímetro MJF INTERPRISES, INC	MFJ 886	0,1 Hz p
Analizador de Spectro	OPT UK-6	1,0%
Bússola	ENGINEER - DIRECIONAL	0,01%
GPS	GARMIN 12XL FCC ID IPH 17800	3,0 metros

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Atende Ofício nº18140/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTI

RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

Nome do Vistoriador: Marco Polo Gambogi Alvarenga

CREA/ Nº: MG 36.748/D

Local / Data: Buritis 22 de Maio de 2020

Assinatura:

ANEXOS

DECLARAÇÕES

PROFISSIONAL HABILITADO

DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente;

(b) todas as informações deste laudo de vistoria técnica são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora no dia 21 / 05 / 2020 ;

(c) atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.

Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis.

Local: Buritis, Minas Gerais

Data: 21 / maio / 2020

Nome do Profissional Habilitado: Marco Polo Gambogi Alvarenga

CREA/ MG Nº: 36.748/D


Assinatura do Profissional Habilitado

ENTIDADE

Declaro que o Sr. Marco Polo Gambogi Alvarenga, esteve nesta cidade de Buritis, no Estado de Minas Gerais, no(s) dia(s) 21 de maio de 2020 vistoriando as instalações de nossa emissora de frequência modulada.

Local: Buritis, Minas Gerais

Data: 21 / 05 / 2020

Nome do Representante Legal: Jozias de Lima - CPF: 483.391.489-15

Cargo que exerce na Entidade: Diretor


Assinatura do Representante Legal

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

[Anexar ART devidamente quitada e assinada pelo Profissional Habilitado e pelo Representante Legal da Entidade]



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

Via da Obra/Serviço
Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14202000000006036280

1. Responsável Técnico

MARCO POLO GAMBOSI ALVARENGA
Título profissional:
ENGENHEIRO INDUSTRIAL - ELETRICA;

RNP: 1405246863

Registro: 04.0.0000036748

Empresa contratada:
GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA

Registro: 29952

2. Dados do Contrato

Contratante: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Nº: 000620

Cidade: BURITIS

Bairro: CENTRO

UF: MG

CEP: 38660000

Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Celebrado em: 20/05/2020

Valor: 2.000,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS

Nº: 000620

Cidade: BURITIS

Bairro: CENTRO

UF: MG

CEP: 38660000

Data de início: 20/05/2020 Prazo de término: 05/06/2020

Finalidade: OUTRO-DETALHAR CAMPO 5 OBSERV.

Proprietário: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

CNPJ: 04.387.509/0001-90

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

Quantidade: Unidade:

1.00 un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

FORMULAÇÃO DE LAUDO DE VISTORIA DO PROJETO DO SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS-SME

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Marco Polo Gambosi Alvarenga de *março* de *2020*

MARCO POLO GAMBOSI ALVARENGA RNP: 1405246863

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA. CNPJ: 04.387.509/0001-90

Valor da ART: 88,78

Registrada em: 21/05/2020

Valor Pago: 88,78

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$2.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO.

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



Nosso Número: 000000005796177



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Via do Profissional
Página 1/1

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14202000000006036280

1. Responsável Técnico

MARCO POLO GAMBONI ALVARENGA
Título profissional:
ENGENHEIRO INDUSTRIAL - ELETRICA;

RNP: 1405246863

Registro: 04.0.0000036748

Empresa contratada:
GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA

Registro: 29952

2. Dados do Contrato

Contratante: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.
Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS

CNPJ: 04.387.509/0001-90
Nº: 000620

Cidade: BURITIS

Bairro: CENTRO
UF: MG

CEP: 38660000

Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Celebrado em: 20/05/2020

Valor: 2.000,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS

Nº: 000620

Cidade: BURITIS

Bairro: CENTRO
UF: MG

CEP: 38660000

Data de início: 20/05/2020 Prazo de término: 05/06/2020

Finalidade: OUTRO-DETALHAR CAMPO 5 OBSERV.

Proprietário: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

CNPJ: 04.387.509/0001-90

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

Quantidade: Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

1.00 un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

FORMULAÇÃO DE LAUDO DE VISTORIA DO PROJETO DO SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS-SME

8. Assinaturas

Declaro ser verdadeiras as informações acima

Marco Polo Gamboni Alvarenga de *2020*

MARCO POLO GAMBONI ALVARENGA RNP: 1405246863

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA. CNPJ: 04.387.509/0001-90

Valor da ART: 88,78

Registrada em: 21/05/2020

Valor Pago: 88,78

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confes.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$2.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO,

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

CREA-MG

Nosso Número: 0000000005796177



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

Via do Contratante
Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14202000000006036280

1. Responsável Técnico

MARCO POLO GAMBONI ALVARENGA

Título profissional:
ENGENHEIRO INDUSTRIAL - ELETRICA;

RNP: 1405246863

Registro: 04.0.0000036748

Empresa contratada:
GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA

Registro: 29952

2. Dados do Contrato

Contratante: **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**

Logradouro: **AVENIDA MINAS GERAIS**

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Nº: 000620

Cidade: **BURITIS**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MG**

CEP: 38660000

Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

Celebrado em: **20/05/2020**

Valor: **2.000,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **AVENIDA MINAS GERAIS**

Nº: 000620

Cidade: **BURITIS**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MG**

CEP: 38660000

Data de início: **20/05/2020** Previsão de término: **05/06/2020**

Finalidade: **OUTRO-DETALHAR CAMPO 5 OBSERV.**

Proprietário: **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**

CNPJ: 04.387.509/0001-90

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

Quantidade:

Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

1.00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

FORMULAÇÃO DE LAUDO DE VISTORIA DO PROJETO DO SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS-SME

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Marco Polo Gamboni Alvarenga de *maio* de *2020*

MARCO POLO GAMBONI ALVARENGA

RNP: 1405246863

RADIO FM MEDIANEIRA LTDA.

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Valor da ART: **88,78**

Registrada em: **21/05/2020**

Valor Pago: **88,78**

Nosso Número: **000000005796177**

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confes.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ **R\$2.000,00**. ÁREA DE ATUAÇÃO:
TELECOMUNICAÇÃO,

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - FM**

Processo nº 01250.036266/2018-49

Canal: 220 Frequência:
91,9 MHz

CNPJ: 04.387.509/0001-90

Localidade: BURITIS

UF: MG

Entidade: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA	SIM	NÃO	DOCUMENTO/ PÁGINA
1) Trata-se de migração do Serviço de OM para FM?		X	
1.1) Se a resposta do "Item 1" foi			

<p>"NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:</p> <p>A frequência do Serviço de OM já foi devolvida ao Poder Concedente?</p>			
<p>1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:</p> <p>A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de OM?</p> <p>obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</p>			
<p>2) A estação de FM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?</p>	X		VIDE MOSAICO
<p>2.1) Se a resposta do "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se:</p> <p>No caso de migração de OM para FM, a estação de OM foi alguma vez licenciada?</p>			

Responder as afirmativas abaixo, marcando com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	DOCUMENTO/PÁGINA
3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.	S	VIDE SIGEC

4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.	S	VIDE SIACCO
5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA (Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998 e Portaria SERAD nº 4.775/2018).		
5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.3) Transmissores.		
5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ($\pm 2000 \text{ Hz}$); g) Homologação/Certificação.	S	5615083 - PÁG. 8-15 5029586 - PÁG. 4-9
5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ($\pm 2000 \text{ Hz}$); g) Homologação/Certificação.	S	5615083 - PÁG. 8-15 5029586 - PÁG. 4-9
5.4) Antena.		
5.4.1) Antena Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.5) Linha de Transmissão.		

5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador).	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.7) Declaração do profissional habilitado.		
5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.7.2) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente."	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas."	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis."	S	5615083 - PÁG. 8-15
5.8) Declaração da entidade:		

<p>"Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração.</p>	S	5615083 - PÁG. 8-15
<p>5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria.</p>	S	5615083 - PÁG. 8-15
<p>6) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</p> <p>Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018.</p>	S	5615083 - PÁG. 8-15
<p>6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração, em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).</p>	S	5615083 - PÁG. 8-15

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES:



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Antonio Karnas, Engenheiro**, em 07/07/2020, às 09:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5660503** e o código CRC **C3BCFB34**.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 5660503

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 570/2020/SEI-MC

Processo n.º: **01250.036266/2018-49.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria técnica de estação de radiofrequência, operando no canal 220 (duzentos e vinte), classe A3, encaminhado pela **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.387.509/0001-90, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de BURITIS/MG, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, evento(s) SEI n.º 5615083 e 5029586, atesta que a estação operava, na data de confecção do(s) referido(s) laudo(s), com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão - CORAC informando que o(s) laudo(s) técnico(s) da estação exigido(s) nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está(ão) em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Antonio Karnas, Engenheiro**, em 07/07/2020, às 09:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 07/07/2020, às 19:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 07/07/2020, às 21:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5660550** e o código CRC **AF28CC1F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 5660550

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

DESPACHO

Processo nº: **01250.036266/2018-49**

Interessado: **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA**

Assunto: **Renovação de Outorga**

À CORAC,

Tendo em vista que a análise do(s) laudo(s) técnico(s) apresentado(s) concluiu que a entidade se encontra devidamente instalada em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga, conforme teor da Nota técnica nº 570/2020/SEI-MC, encaminhamos o processo à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas de Serviços de Radiodifusão - CORAC para prosseguimento da análise jurídica do pedido de Renovação de Outorga.

Brasília, 07 de julho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 07/07/2020, às 19:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 07/07/2020, às 21:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5660566** e o código CRC **3CADC638**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Data de Envio:

21/07/2020 11:19:27

De:

MC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

Informações

Mensagem:

Processo nº 01250.036266/2018-49

Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.387.509/0001-90, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Buritis, estado de Minas Gerais, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Zimbra

corac@mctic.gov.br

Re: Informações

De : cgfi@mctic.gov.br

Ter, 21 de jul de 2020 12:00

Remetente : lilian misquita <lilian.misquita@mctic.gov.br>**Assunto :** Re: Informações**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

À Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão – CORAC

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.387.509/0001-90, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Atenciosamente.

De: "coror" <coror@mctic.gov.br>**Para:** "Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas" <cgfi@mctic.gov.br>**Enviadas:** Terça-feira, 21 de julho de 2020 11:19:28**Assunto:** Informações

Processo nº 01250.036266/2018-49

Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.387.509/0001-90, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Buritis, estado de Minas Gerais, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira**SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC**

Ramal: 6811



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA**

CNPJ: **04.387.509/0001-90**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:52:32 do dia 10/03/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/04/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » » **Consolidado Participação e Composição**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 04.387.509/0001-90

RADIO FM MEDIANEIRA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOZIAS DE LIMA	483.391.489-15	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
LAURO PALOSCHI	167.434.400-78	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 10/03/2021

Hora: 14:53:07

BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 483.391.489-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOZIAS DE LIMA	483.391.489-15	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 10/03/2021

Hora: 14:53:25

BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 167.434.400-78

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LAURO PALOSCHI	167.434.400-78	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 10/03/2021

Hora: 14:53:38



MOSAICO

Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

Estação

Número da Estação

691503400

Indicativo da Estação

ZYX542

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

30/04/2010

Data Último Licenciamento

06/05/2020

Número da Licença

53500.021441/2019-99

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
9999	287	Portaria	MC	28/05/2009	02/06/2009

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Razã
9999	167	Decreto Legislativo	CN	17/06/2008	18/06/2008	Delib
9999	3220	Ato	CMPRL	17/06/2009	18/06/2009	Auto
535000810102017	02	Despacho	ORLE	02/01/2018		Auto
535000106232018	28	Despacho	ER04	27/04/2018		Auto
53500.015004/201	2536	Ato	ORLE	16/04/2019	09/05/2019	Auto

Id solicitação: 57dbac1ea7ccc

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA	
Nome Fantasia: MEDIANEIRA FM	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 04.387.509/0001-90	Número do Fistel: 50405228198
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/12/2008	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PEDRO SOCCOL	Complemento: - SALA 01	
Bairro: CENTRO	Numero: 452	
Município: Medianeira	UF: PR	CEP: 85884000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA FREI CANECA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 20	
Município: Criciúma	UF: SC	CEP: 88801650

Endereço do Transmissor		
Logradouro: FAZENDA NENÉM GONTIJO	Complemento:	
Bairro: RANCHO NORONHA	Numero: S/N	
Município: Buritis	UF: MG	CEP: 38660000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Buritis	UF: MG	CEP: 38660000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Buritis	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 220	Frequência: 91.9 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 2.4646kW
HCI: 65.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 691503400	Número Indicativo: ZYX542
Data Último Licenciamento: 05/06/2019	Número da Licença: 53500.021441/2019-99

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 15°33'52" S	Longitude: 46°25'11" W	Cota da base: 894.9 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG1000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: .850 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA		
Comprimento da Linha: 80.00 m	Atenuação: 1.096 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU4220	Fabricante: Ideal Industria e Comercio de Antenas Ltda				
Ganho: 6.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 10 °	Polarização: Vertical	HCI: 65.5 m	ERP Máxima: 2.46 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0.13	40°: 0.3	45°: 0.44	50°: 0.6	55°: 0.78
60°: 1	65°: 1.28	70°: 1.6	75°: 1.96	80°: 2.3	85°: 2.56	90°: 2.8	95°: 3.08	100°: 3.3	105°: 3.33	110°: 3.3	115°: 3.31
120°: 3.3	125°: 3.26	130°: 3.2	135°: 3.16	140°: 3.1	145°: 3.02	150°: 2.9	155°: 2.69	160°: 2.5	165°: 2.48	170°: 2.5	175°: 2.48
180°: 2.5	185°: 2.7	190°: 2.9	195°: 2.93	200°: 2.9	205°: 2.89	210°: 2.9	215°: 2.94	220°: 3	225°: 3.04	230°: 3.1	235°: 3.26
240°: 3.4	245°: 3.38	250°: 3.3	255°: 3.2	260°: 3.1	265°: 3.05	270°: 3	275°: 2.91	280°: 2.8	285°: 2.66	290°: 2.5	295°: 2.37
300°: 2.2	305°: 1.92	310°: 1.6	315°: 1.3	320°: 1	325°: 0.68	330°: 0.4	335°: 0.28	340°: 0.2	345°: 0.09	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 300 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 0.300 kW

Transmissor Auxiliar 2	

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP Cabos Especiais e Sistemas Ltda		
Comprimento da Linha: 58 m	Atenuação: 1.096 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo: TEVP - 2L	Fabricante: TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.				
Ganho: 3 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 40.5 m	ERP Máxima: 2.46 kW

RDS	
Código PI:	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	177	Portaria	MC	03/04/2006	10/04/2006	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	287	Portaria	MC	28/05/2009	02/06/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	167	Decreto Legislativo	CN	17/06/2008	18/06/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	3220	Ato	CMPRL	17/06/2009	18/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535000810102017 10	02	Despacho	ORLE	02/01/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
535000106232018 53	28	Despacho	ER04	27/04/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.015004/201 9-36	2536	Ato	ORLE	16/04/2019	09/05/2019	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo	

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO FM
MEDIANEIRA S/C LTDA., PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE
DE BURITIS, ESTADO DE MINAS GERAIS.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de dezembro do ano dois mil e oito, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa, e a RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA., CNPJ n.º 04.387.509/0001-90, representada por seu Procurador, Lauro Paloschi, RG n.º 1.549.871 SSP/DF, CPF/MF n.º 167.434.400-78, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 177, de 3 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 167, de 17 de junho de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 18 de junho de 2008, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Rádio FM Medianeira S/C Ltda., o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência n.º 035/2001-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

 HC

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



HC

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

[Assinatura] HC

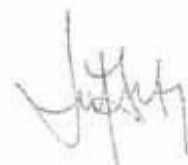
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 90.450,00 (noventa mil, quatrocentos e cinquenta reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

 HC

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.


Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

 12

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.


Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 161, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE IELMO MARINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 407, de 28 de agosto de 2006, que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.
Senador GABRIEL ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 162, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE DOUTOR SEVERIANO - RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 405, de 28 de agosto de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano - RN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

http://www.in.gov.br e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 809, CEP 70610-640, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fones: 0800 725 6787

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.
Senador GABRIEL ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 163, DE 2008

Aprova o ato que outorga o concessão outorga à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda móvel na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 17, de 18 de julho de 2006, que outorga por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorga à Fundação João XXIII para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda móvel na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.
Senador GABRIEL ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 164, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA ALTERNATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urubici, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 585, de 15 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Alternativa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urubici, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.
Senador GABRIEL ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 165, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO APEIUNENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - AARC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.005, de 7 de dezembro de 2006, que outorga autorização à Associação Apeunense de Radiodifusão Comunitária - AARC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.
Senador GABRIEL ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL MODELO - ACCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhão, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 295, de 28 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Modelo - ACCM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhão, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.
Senador GABRIEL ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 167, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM MEDIANEIRA SC LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 177, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio FM Medianeira SC Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.
Senador GABRIEL ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 168, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA GUARANI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 151, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.
Senador GABRIEL ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 169, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CULTURAL RAMAL LIVRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 747, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Ramal Livre para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2008.
Senador GABRIEL ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

FM { Curitiba/MG
Cascília/SC
Navegantes/SC

04.387.509/0001-90
Avenida Pedro Soccol, 452 - Sala 01 -
Centro - Medianeira/PR - CEP: 85.884-000

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 30 / 04 / 06	
Página: 69	Seção: 1
ANOTADO POR: Rex	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 177 , DE 3 DE ABRIL DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000516/2001, Concorrência nº 035/2001-SSR/MC e do PARECER CONJUR/MC/JSN/N.º 0404 - 2.29 / 2006, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 01250.036266/2018-49		
Entidade: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA	CNPJ: 04.387.509/0001-90	
Executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Localidade: Buritis	UF: MG
Validade da Outorga: vencida	Período: 26/12/2018 a 26/12/2028	

1. REQUISITOS MÍNIMOS

1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	EVENTO SEI Nº
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que:	OK	5029586 págs. 2,3
<i>a) os sócios e dirigentes da Entidade outorgada respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;</i>	OK	5029586 págs. 2,3
<i>b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;</i>	OK	5029586 págs. 2,3
<i>c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;</i>	OK	5029586 págs. 2,3
<i>d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</i>	OK	5029586 págs. 2,3
<i>e) a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;</i>	OK	5029586 págs. 2,3
<i>f) nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou</i>		5029586

for condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	5029388 págs. 2,3
1.1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	6761485 pág. 2-4

	2. RELATIVOS À ENTIDADE		
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	EVENTO SEI Nº
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	3107428 págs. 6-26 Contrato; 1ª a 4ª alt.
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	5445716 pág. 3 Último ato arquivado: 4ª alt.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	5445718
	2.1.4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	5445715
	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	4935491
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	F 5445713 pág. 4
			E 5445713 pág. 1
			M 5445714
	2.1.7. Prova de regularidade de	OK	6761485

REGULARIDADE FISCAL	recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	0701403
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	5445713 pág. 4
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	5445713 pág. 3

3. APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

3.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	EVENTO SEI Nº
<p>3.1.1. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	Não se aplica	Não se aplica
3.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	Não se aplica	Não se aplica

Observações:

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 11/03/2021, às 13:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6761503** e o código CRC **CE76A641**.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 6761503

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 2776/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
2. Inicialmente, os autos foram remetidos à Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares – COESA para manifestação quanto a regularidade técnica da entidade.
3. Em atendimento, a COESA exarou a Nota Técnica nº 570/2020/SEI-MC, asseverando que o laudo de vistoria (exigível à época) estava em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para a Renovação de Outorga (SEI 5660550).
4. Por meio da Nota Técnica nº 24419/2019/SEI-MCTIC, acompanhada do Ofício nº 46830/2019, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI 4935650 e SEI 4935726).
5. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 01250.000876/2020-29 e nº 01250.019092/2020-74).

ANÁLISE

6. É cediço que as outorgas do serviço de radiodifusão sonora podem ser renovadas pelo Poder Executivo, inclusive com a participação do Congresso Nacional, na forma do art. 223 da Constituição Federal.
7. Trata-se de direito cujo exercício está condicionado ao preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, alterada pela Lei nº 13.424/2017; na Lei nº 5.785/1972; no Decreto-Lei nº 236/1967; no Decreto nº

52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020; bem como na Portaria nº 1.459/SEI-MCOM.

8. As outorgas do serviço de radiodifusão sonora poderão ser renovadas, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020.

9. Vê-se, portanto, que não há limitação quanto ao número máximo de períodos a serem renovados pelo Poder Público.

10. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos, a habilitação jurídica das entidades, a qualificação econômico-financeira delas, bem como a respectiva regularidade fiscal e trabalhista. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do [art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#), acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

11. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião dos procedimentos de renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

12. No caso em apreço, conferiu-se à entidade "Rádio FM Medianeira Ltda" a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 177, de 3 de abril de 2006, e Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicados respectivamente no Diário Oficial da União do dia 10 de abril de 2006 e do dia 18 de junho de 2006 (SEI 6761934, págs. 7,8).

13. O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2008 (SEI 6761934, págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 26 de dezembro de 2018, levando-se em consideração a data da publicação do extrato do contrato e o prazo de 10 (dez) anos previsto para execução do serviço de radiodifusão sonora.

14. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em 28 de junho de 2018, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 3107428).

15. Logo, entende-se que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera nos doze meses anteriores ao término do respectivo prazo de validade da outorga, conforme exigido pelo art. 4º da Lei n.º 5.785/1972, alterada pela Lei n.º 13.424/2017.

16. Por sua vez, a documentação apresentada pela entidade e pelos sócio/diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 6761503).

17. Sobre o assunto, ressalta-se que a mencionada documentação foi conhecida, para fins de instrução processual, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, na forma do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº Decreto nº 10.405/2020. Tal postura coaduna com os postulados da celeridade e economia processual.

18. Em relação à habilitação jurídica, a entidade juntou requerimento de

renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 15, § 2º, do supramencionado Decreto n.º 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 (SEI 6761503). Colacionou-se, ainda, o seu ato constitutivo e as respectivas alterações, cujos registros ou arquivamentos foram levados a efeito perante o órgão competente. Na cláusula quinta de seu contrato social e na cláusula oitava da última alteração contratual, há previsão da execução do serviço de radiodifusão entre o rol de atividades a serem desempenhadas (SEI 6761503). Acostou-se, também, certidão emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 6761503).

19. Logo, entende-se que a habilitação jurídica da entidade, para fins de renovação da outorga do serviço de radiodifusão, restou devidamente demonstrada, na forma do art. 15, § 1º e § 2º, e do art. 113, incisos I e II, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020.

20. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal (SEI 6761503). Colacionou-se, ainda, certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 6761503). Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (SEI 6761503). Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (SEI 6761503). Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 6761503).

21. Logo, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira, fiscal e trabalhista, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020.

22. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 10 de março de 2021 (SEI 6761485, págs. 2-4).

23. Além da permissão objeto de análise do presente feito, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas seguintes localidades: Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio administrador Jozias de Lima integra o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de

radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas localidades de Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio Lauro Paloschi compõe o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas mesmas localidades.

24. Portanto, em nenhum caso, há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos sócios e dirigentes.

25. Ressalta-se, ainda, que, por meio de consulta ao Sistema Mosaico/ANATEL, verificou-se que o primeiro licenciamento da estação da entidade se deu em 30 de abril de 2010 e o último em 6 de maio de 2020 (SEI 6761485, pág. 5).

26. Em consulta ao referido sistema, não se vislumbrou a aplicação da penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 6761485, pág. 8). Por meio de Despacho Interno, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 5719640).

27. Sendo assim, esta Secretária de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG.

CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 11/03/2021, às 13:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 11/03/2021, às 13:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 11/03/2021, às 13:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 12/03/2021, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6761594** e o código CRC **4CF83FE9**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE 2021.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria n.º 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº _____ - MCOM

Brasília, _____ de _____ de 2021.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 2776/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, acompanhado da Portaria n.º XXXX, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ n.º 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria n.º 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo n.º 01250.036266/2018-49

SEI n.º 6761594

Ofício Interno nº 1815/2021/MCOM

Brasília, 12 de março de 2021

A Senhora
Carolina Scherer Ricca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica 2776/2021/SEI-MCOM (6761594)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica 2776/2021/SEI-MCOM (6761594), que trata do pedido formulado pela RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis, estado de Minas Gerais, para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 15/03/2021, às 16:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6782524** e o código CRC **6C34E26D**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 1815/2021/@setor@ - Processo nº 01250.036266/2018-49 - Nº SEI: 6782524



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

NOTA n. 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADOS: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME - MEDIANEIRA FM

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

1. A Secretaria de Radiodifusão solicita análise e manifestação desta Consultoria Jurídica sobre a regularidade do processo administrativo em epígrafe, que trata da renovação da outorga deferida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.

2. Sem embargo da conclusão final alcançada pela Secretaria, solicitamos esclarecimentos do órgão quanto à declaração acostada aos autos no Doc. SEI nº 3107509 (Protocolo 01250.036268/2018-38), segundo a qual "*toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda*", a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à qualificação econômico financeira da entidade, requisito essencial para renovação da outorga.

3. Registramos que a Secretaria, na **NOTA TÉCNICA Nº 2776/2021/SEI-MCOM**, concluiu pela presença do referido requisito legal, mas não se pronunciou sobre a declaração supracitada, conforme se segue:

20. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal (SEI [6761503](#)). Colacionou-se, ainda, certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI [6761503](#)). Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (SEI [6761503](#)). Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (SEI [6761503](#)). Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [6761503](#)).

21. Logo, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira, fiscal e trabalhista, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020.

4. Diante do exposto, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para que preste os esclarecimentos necessários, a fim de que possamos prosseguir na análise do assunto.

À consideração superior.

Brasília, 05 de abril de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 608292967 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 05-04-2021 17:08. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00462/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Aprovo a NOTA n. 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborada pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Conforme os termos da referida NOTA, é necessário que a Secretaria de Radiodifusão- SERAD preste os esclarecimentos necessários quanto à qualificação econômico financeira da entidade, uma vez que representa requisito essencial para renovação da outorga.
3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 06 de abril de 2021.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 608754121 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 06-04-2021 08:50. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00463/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADOS: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME - MEDIANEIRA FM

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 06 de abril de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 608859247 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 06-04-2021 11:37. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

DESPACHO

Processo nº: **01250.036266/2018-49**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento da Nota 125/2021 (6947155), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 06/04/2021, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6947661** e o código CRC **50C67034**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI-MCOM nº 6947661

DESPACHO

Processo nº: 01250.036266/2018-49

Referência: Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 6947155

Interessado: Rádio FM Medianeira Ltda.

Assunto: Renovação de outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas (CGPO) para providências cabíveis.

Brasília, 06 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 06/04/2021, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6968772** e o código CRC **FF63674D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI-MCOM nº 6968772

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 4232/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis/MG, referente ao seguinte período: 26/12/2018 a 26/12/2028.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 2776/2021/SEI-MCOM, concluiu pela possibilidade do seu deferimento e envio dos autos à Consultoria Jurídica junto a esta Pasta, para exame e manifestação acerca do assunto (SEI 6761594).

3. Ato contínuo, a Conjur, nos termos da Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, restituiu os autos à Serad aduzindo o seguinte, tal qual como escrito (SEI 6947155):

"[...] 2. Sem embargo da conclusão final alcançada pela Secretaria, solicitamos esclarecimentos do órgão quanto à declaração acostada aos autos no Doc. SEI nº 3107509 (Protocolo 01250.036268/2018-38), segundo a qual "toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda", a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à qualificação econômico financeira da entidade, requisito essencial para renovação da outorga."

4. Com efeito, resta concluído que, para o prosseguimento do pleito, se faz necessária nova intimação da Interessada, para que esta **se manifeste quanto a declaração juntada aos autos de que "toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda"**.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 08/04/2021, às 17:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6997087** e o código CRC **7F6A774B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 6997087



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 7780/2021/MCOM

Brasília, 08 de abril de 2021.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ Nº 04.387.509/0001-90)
Rua Frei Caneca, nº 20, Centro
88801-650 - Criciúma/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.036266/2018-49.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4232/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir de 30/06/2021, conforme estabelecido pela Portaria MCOM nº 2.344, de 06/04/2021.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**,
Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,
em 08/04/2021, às 17:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no
art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
6997259 e o código CRC **E2266736**.

Data de Envio:

08/04/2021 17:56:12

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mctic.gov.br>

Para:

controladoria@radio105fm.net
gillosso@radio105fm.net
financeiro@radio102fmsc.com.br
amandafinanceiro@radio105fm.net
financeiro@radio105fm.net

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 01250.036266/2018-49

INTERESSADA: - RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_6997259.html
Nota_Tecnica_6997087.html

Data de Envio:

05/05/2021 12:34:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

controladoria@radio105fm.net
gillosso@radio105fm.net
financeiro@radio102fmsc.com.br
amandafinanceiro@radio105fm.net
financeiro@radio105fm.net

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADA: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Considerando a suspensão de prazos da qual trata a Portaria MCOM nº 2.344, de 16 de abril de 2021, o prazo para o atendimento desta exigência fica prorrogado por 30 dias, contado a partir de 30/06/2021.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_6997259.html
Nota_Tecnica_6997087.html



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA			CNPJ 04387509000190	
Nº DA ESTAÇÃO 691503400	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 15° 33' 51.98" S	LONGITUDE 46° 25' 10.99" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO FAZENDA NENÉM GONTIJO, nº S/N.			DISTRITO *****	
BAIRRO RANCHO NORONHA			MUNICÍPIO Buritis	UF MG

LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Buritis	UF:	MG
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	91.9 MHz	CANAL:	220
CLASSE:	A3	COTA BASE DA TORRE:	894.9
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYX542		
NOME FANTASIA:	MEDIANEIRA FM	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Buritis		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	AVENIDA MINAS GERAIS	BAIRRO:	CENTRO
MUNICÍPIO:	Buritis	UF:	MG
NUMERO:	620	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG1000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	.850 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	MODELO:	SP 300 agile
CÓDIGO:	002480300528	POTÊNCIA:	0.300 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
CÓDIGO:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Ideal Industria e Comercio de Antenas Ltda	MODELO:	DRU4220
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	6.00
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	10 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	65.5 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.	MODELO:	TEVP - 2L
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3
DESCRIÇÃO:	Está sendo mudado somente a e	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	40.5 m	BEAM TILT:	***** graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	KMP - CABOS ESPECIAIS E	MODELO:	LCF 7/8
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	SISTEMAS LTDA	MODELO:	LCF 7/8
RDS			
Código PI:	*****		
	XXXXXXXXXX		
IMPRESSO EM: 02/06/2021 15:04:40			

APLICAÇÃO

Emitido Em
05/06/2019Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIwNWVlMjYzN2MwMDc2Yg==>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de

Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 6975/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis/MG, referente ao seguinte período: 26/12/2018 a 26/12/2028.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 4232/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 7780/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Registre-se, por oportuno, que ainda não houve resposta por parte da Entidade à exigência em questão.

3. Ocorre que, por recomendação da Casa Civil da Presidência da República, faz-se necessária a complementação da documentação já apresentada, nos termos do art. 15, § 3º, incisos I ao VII, do Decreto nº 52.795/63; e do art. 222, § 1º, da Constituição Federal. Sendo assim, resta concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63.

3.2. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios/diretores, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certidão de reservista; (c) cédula de identidade; (d) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (e) carteira profissional; (f) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (g) passaporte.

Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

3.3. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/06/2021, às 09:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7514327** e o código CRC **8EE31655**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 7514327



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 12357/2021/MCOM

Brasília, 02 de junho de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ Nº 04.387.509/0001-90)

Email: opec@clubefmburitis.com.br

Rua Frei Caneca, nº 20, Centro

88801-650 - Criciúma/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.036266/2018-49.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 6975/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021.

2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**,
Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,
em 07/06/2021, às 09:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7514506** e o código CRC **113F726F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 12357/2021/MCOM - Processo nº 01250.036266/2018-49 - Nº SEI: 7514506

Data de Envio:

10/06/2021 12:00:50

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

controladoria@radio105fm.net
gillosso@radio105fm.net
financeiro@radio102fmsc.com.br
amandafinanceiro@radio105fm.net
financeiro@radio105fm.net

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 01250.036266/2018-49

INTERESSADA: - RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Anexos:

Oficio_7514506.html
Nota_Tecnica_7514327.html

**À COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL DA
COORDENAÇÃO – GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-
OUTORGA DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES -
MCOM.**

Processo nº: 01250.036266/2018-49

REF.: Ofício nº 7780/2021/MCOM, DE 08/04/2021 e Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, DE 08/04/2021.

Assunto: Renovação de outorga comercial. Cumpre exigência.

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede na
1 Avenida Pedro Soccol, 452, Sala 01, Centro, CEP 85884-000, na cidade de Medianeira, Estado do
Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 04.387.509/0001-90, permissionária de serviço de radiodifusão
em frequência modulada, vem, respeitosamente, por sua advogada (**procuração SEI 200195**),
diante de Vossa Senhoria, a tempo e modo, prestar os esclarecimentos requeridos na Nota
Técnica supracitada referentes à Declaração acostada aos autos do processo
01250.036268/2018-38 (Petição 3107509-pág.4), anexado ao processo em epígrafe, no qual se
solicita a renovação da outorga da Peticionária para o período de 26/12/2018 a 26/12/2028.

Preliminarmente, esclareça-se que quase simultaneamente ao pedido de
renovação a Peticionária solicitou a transferência da outorga para a **BURITIS FM LTDA.** O
pedido de transferência foi protocolado em 17/05/2018, ou seja, 1 mês e 13 dias anteriores ao
pedido de renovação da outorga (protocolado em 28/06/2018), o que resultou na preparação
concomitante dos documentos que deveriam instruir um e outro processo. Além disso, foram
nomeados os mesmos procuradores para os dois eventos.

Assim, a Declaração que deveria fazer parte de um conjunto de documentos foi equivocadamente juntada a outro, indo compor o acervo documental do processo de renovação e, não, do processo de transferência.

A Declaração em comento, da lavra do profissional de contabilidade que presta serviços para a empresa **BURITIS FM LTDA.**, embora não inserida no rol de documentos necessários à instrução do pedido de transferência, tinha por escopo informar à essa Pasta que, caso fosse transferida a outorga em questão, a empresa cessionária reunia todas as condições fiscais, econômica e financeira para assumir, pelo restante do prazo, a execução do serviço que fora permitido à **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**

Face ao exposto, e considerando que a Declaração em tela foi juntada aos autos do processo de renovação, com o qual não guarda qualquer correlação, e também por não ser documento essencial à instrução do pedido de transferência, a Peticionária requer a esse


2

egrégio Órgão que **desconsidere** o referido documento.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Brasília, 11 de junho de 2021.



ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA
OAB/DF 1.540

Data de Envio:

21/06/2021 14:47:10

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

controladoria@radio105fm.net
gillosso@radio105fm.net
financeiro@radio102fmsc.com.br
amandafinanceiro@radio105fm.net
financeiro@radio105fm.net

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADA: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_7514327.html
Oficio_7514506.html



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 13809/2021/MCOM

Brasília, 23 de junho de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ Nº 04.387.509/0001-90)

Email: opec@clubefmburitis.com.br

Rua Frei Caneca, nº 20, Centro

88801-650 - Criciúma/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.036266/2018-49.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 6975/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 12357/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada no parágrafo 3º, da referida Nota. Registre-se, por oportuno, que ainda não houve resposta por parte da Entidade à exigência em questão.

2. Portanto, reencaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 6975/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021.

3. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

4. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**,
Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,
em 23/06/2021, às 15:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no §
3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
7695228 e o código CRC **544514CF**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 13809/2021/MCOM - Processo
nº 01250.036266/2018-49 - Nº SEI: 7695228

Data de Envio:

24/06/2021 10:31:39

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

controladoria@radio105fm.net
gillosso@radio105fm.net
financeiro@radio102fmsc.com.br
amandafinanceiro@radio105fm.net
financeiro@radio105fm.net

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADA: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7695228.html
Nota_Tecnica_7514327.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de

Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 8148/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis/MG, referente ao seguinte período: 26/12/2018 a 26/12/2028.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 6975/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 12357/2021/MCOM à Entidade, com vistas à complementação da documentação, por recomendação da Casa Civil da Presidência da República. Contudo, por um lapso de análise, algumas declarações não constaram da lista de documentos exigidos.

3. Desta feita, solicita-se a complementação da referida Nota Técnica tendo em vista que a exigência ora formulada, se trata de documentos imprescindíveis sem os quais o pleito não poderá prosseguir. Para uma melhor contextualização, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63.

3.1.2. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios/diretores, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certidão de reservista; (c) cédula de identidade; (d) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (e) carteira profissional; (f) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (g) passaporte.

Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

3.1.3. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador

e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)

3.1.4. Declaração de inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/07/2021, às 18:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7825929** e o código CRC **30DA0DB8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 7825929



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 14431/2021/MCOM

Brasília, 05 de julho de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ Nº 04.387.509/0001-90)

Email: opec@clubefmburitis.com.br

Rua Frei Caneca, nº 20, Centro

88801-650 - Criciúma/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.036266/2018-49.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 8148/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**,
Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,
em 07/07/2021, às 18:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no §



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7825945** e o código CRC **367915FA**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 14431/2021/MCOM - Processo nº 01250.036266/2018-49 - Nº SEI: 7825945

Data de Envio:

05/07/2021 13:51:15

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrcom@mcom.gov.br>

Para:

CGFM <rubens.reis@mctic.gov.br>

CGFM <tacio.souza@mctic.gov.br>

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

Processo nº: 01250.036266/2018-49

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**À COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL
DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO DEPARTAMENTO DE
OUTORGA E PÓS-OUTORGA DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO
DAS COMUNICAÇÕES.**

Processo nº 01250.036266/2018-49

Assunto: Renovação de Outorga. FM. Buritis/MG.

Ref.: OFÍCIO Nº 13809/2021/MCOM e 12357/2021/MCOM que encaminham a NOTA
TÉCNICA Nº 6975/2021/SEI-MCOM.

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA., já qualificada no processo em epígrafe,
no qual requer a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão
sonora em frequência modulada no município de Buritis, Estado de Minas Gerais,
referente ao período de **26/12/2018 a 26/12/2028**, vem, respeitosamente, perante
essa Coordenação, por sua advogada (procuração CADSEI), em atendimento aos
expedientes em referência, requerer a juntada aos autos dos seguintes documentos:

- declaração, firmada pelo representante legal da Peticionária, de que a mesma atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795, de 1963; e
- comprovação da condição de brasileiros natos dos sócios e administradores, feita por meio da apresentação de cédula de identidade.

No que respeita ao certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos), documentos esses também solicitados na Nota Técnica nº

6975/2021/SEI-MCOM, cabe-nos tecer as considerações a seguir.

Com a regulamentação da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, que disciplinou a renovação das outorgas dos serviços de radiodifusão, pelo Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, o imposto sindical passou a compor o rol de documentos instrutórios do pedido de renovação, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea “b”, do referido diploma regulamentar. Confira-se:

“Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação da concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao DENTEL, no período compreendido entre 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

§ 1º Para cada concessão ou permissão deverá ser formulado um requerimento que obedecerá a modelo próprio (modelo A) e será obrigatoriamente instruído com os seguintes documentos:

2

.....

II - Documentos relativos à concessionária ou permissionária, expedidos, revalidados ou firmados em data não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à apresentação do requerimento de renovação:

.....

b) certificado de quitação ou de regularidade de situação com o Imposto de Renda, Previdência Social (INPS) e imposto Sindical;” (negritei)

O imposto sindical constituía-se em valor equivalente a um dia de salário que deveria ser pago, anualmente, mais especificamente no mês de março, por todos aqueles que participavam de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão.

Esse imposto, instituído pelo então presidente Getúlio Vargas, nos termos do Decreto-lei nº 2.377, de 8 de julho de 1940, foi incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (art. 57) em 1943. Em 1967, conforme redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, passou a ser denominado, mais apropriadamente, de contribuição sindical, mantendo as demais características.

Revogado o Decreto nº 71.136, de 1972, pelo Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que deu nova regulamentação à Lei nº 5.785, de 1972, e à renovação das concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão), o documento, já com a denominação de “contribuição sindical”, passou a ser exigido, no art. 3º, § 1º, alínea “a”, do referido Decreto nº 88.066, de 1983, da seguinte forma:

“Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

§ 1º Para cada concessão ou permissão caberá um requerimento que obedecerá a modelo próprio e será, obrigatoriamente, acompanhado de:

.....

b) certificado de quitação com a Contribuição Sindical relativo ao empregador e empregados, ou comprovantes de recolhimento referentes aos últimos 5 (cinco) exercícios;

Em que pese a Constituição Federal, em seu art. 8º, inciso V, ter estabelecido a liberdade de associação ou de sindicalização e, categoricamente, estatuído que ninguém seria obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato,

é certo que, por força das disposições contidas no Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a CLT, a contribuição sindical permaneceu sendo compulsória para empregados e empregadores até 2017, quando foi promovida, nos termos da Lei nº 13.467, de 13 de julho daquele ano, a reforma trabalhista que, dentre as várias mudanças introduzidas na CLT, tornou opcional o recolhimento da referida contribuição, determinando ainda que para o recolhimento da contribuição deveria haver prévia e expressamente autorização por parte do contribuinte.

Confira-se a atual redação dos artigos 578, 579 e 587 da CLT:

*“Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das **categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais** representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que **prévia e expressamente autorizadas**.*

4

*“Art. 579. O desconto da contribuição sindical **está condicionado à autorização prévia e expressa** dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação.”*

*“Art. 587. Os **empregadores que optarem** pelo recolhimento da contribuição sindical deverão fazê-lo no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a se estabelecer após o referido mês, na ocasião em que requererem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.” (grifos nossos)*

No mesmo de ano em que se sucedeu a reforma trabalhista, a Lei nº 5.785, de 1972, chamada lei da renovação das outorgas, foi substancialmente modificada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, que entre outras alterações deu nova redação ao seu art. 4º.

Desse modo, a fim de adequar a legislação infralegal às novas disposições legais, o Poder Executivo, promoveu, por meio do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, as modificações que se faziam necessárias, revogando o Decreto nº 88.066, de 1983, e alterando o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, fazendo nele constar, nos artigos 110 a 115, as novas regras que passaria a regulamentar a renovação das outorgas.

A revogação do Decreto nº 88.066, de 1983, que trazia no rol de documentos obrigatórios para a instrução dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão o *certificado de quitação com a Contribuição Sindical relativo ao empregador e empregados, ou comprovantes de recolhimento referentes aos últimos 5 (cinco) exercícios*, tornou consonante a legislação reguladora dos procedimentos de renovação com a reforma trabalhista promovida pela Lei nº 13.467, de 2017, e adequada à Constituição Federal.

5

Dessa forma, não cabe agora, passados 4 (quatro) anos da revogação do Decreto nº 88.066, de 1983, pela mera vontade do agente da administração, “repristiná-lo”, melhor dizendo, fazê-lo renascer, para dele extrair-se exigências documentais varridas da legislação pátria.

Ainda que, por hipótese, o Decreto nº 88.066, de 1983, não tivesse sido revogado, não se poderia requerer a apresentação do *certificado de quitação com a Contribuição Sindical relativo ao empregador e empregados, ou comprovantes de recolhimento referentes aos últimos 5 (cinco) exercícios*, vez que deixando de ser compulsória a contribuição sindical, exigi-la das entidades executantes dos serviços de radiodifusão, nos custosos procedimentos de renovação de suas outorgas, seria o mesmo que obrigar essas entidades e seus empregados a sindicalizar, apenas com a função de obter o documento para a instrução dos respectivos processos, o que, mais que ilegal, seria inconstitucional à vista do que dispõe o art. 8º da CF.

Assim, o documento contestado não pode, agora, ser exigido das entidades para fins de renovação de sua outorga por nenhum ato, **seja legal ou**

infralegal, sob pena de estar a Administração infringindo preceito constitucional em vigor.

É certo que o art. 112, do Decreto nº 52.795, de 1963, **com a redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017**, estabelece que *"As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga."*

Todavia, da mesma forma que os demais artigos alterados, o artigo acima citado, com a redação atual, somente entrou em vigor quando da publicação do Decreto nº 9.138, de 2017, ou seja, **a partir de 23 de agosto de 2017**, não podendo ser arguido para exigir-se documentos que constavam em atos legais ou infralegais revogados e anteriores a ele.

6

Apenas para efeito de argumentação, se por uma absurda hipótese, o art. 112 supracitado pudesse servir de embasamento para as exigências feitas por esta Pasta, com relação à documentação instrutória dos pedidos de renovação anteriores à agosto de 2017, e para vários posteriores à essa data, a disposição a que se refere deve ter interpretação restrita, ou seja, deve ter a interpretação de que, **no exato momento da protocolização dos pedidos de renovação**, anteriores a agosto de 2017, esses pedidos deviam ser *"acompanhados da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento"*, e que, posteriormente, devido a passagem do tempo em que permanecem sendo analisados, caso necessitassem, deveriam ser atualizados **com outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação**, conforme estatui o art. 113, do mesmo Decreto.

A interpretação restrita e literal do artigo seria a forma de evitar-se que, anos após o pedido de renovação quando, por necessidade de atualização da legislação incidente sobre os serviços de radiodifusão, **a documentação exigida para**

habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga, já tivesse sido superada pelo tempo, por revogação explícita ou tácita dos atos nos quais era relacionada, essa Pasta viesse a “repristinar”, no sentido léxico, atos excluídos do direito positivo.

Interpretadas, dessa forma, as disposições regulamentares, evitar-se-ia, por exemplo, que, após 4 anos da revogação do Decreto nº 88.066, de 1983, e mais importante, da alteração das disposições insertas na Consolidação das Leis do Trabalho, as pessoas jurídicas executantes de serviços de radiodifusão, cujos pedidos de renovação de outorga anteriores a agosto de 2017 ainda estivessem em tramitação nesse Órgão ou em outro Órgão do Poder Legislativo, fossem obrigadas a filiar-se a sindicatos e pagar as parcelas correspondentes aos anos em que permaneceram desfiladas apenas para obter o *certificado de quitação com a Contribuição Sindical relativo ao empregador e empregados, ou comprovantes de recolhimento referentes aos últimos 5 (cinco) exercícios, com o único intuito de cumprir* as exigências desarrazoadas que, na atualidade, estão sendo feitas por essa Pasta.

7

O mesmo se aplica a outros documentos constantes dos referidos Decretos 52.795, de 1963, e 88.066, de 1983, que por força de revogação explícita ou tácita de suas disposições ou do ato na íntegra, tornarem-se inviáveis.

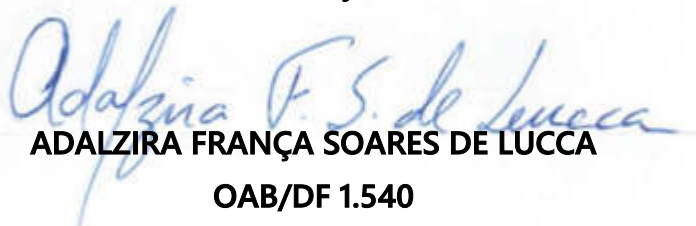
Além disso, a renovação de outorga ora em análise refere-se ao período de **26/12/2018 a 26/12/2028**. Portanto, o pedido da Peticionária deve ser instruído em conformidade com as disposições constantes do art. 112 e 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, **com a redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017.**

Assim, em face de o exposto, requer seja a Peticionária **dispensada** da apresentação do certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos), nos termos solicitados na Nota Técnica nº 6975/2021/SEI-MCOM.

Por fim, a PETICIONÁRIA se coloca à disposição dessa Pasta para apresentar quaisquer outros documentos que se façam necessários à conclusão do feito com a maior brevidade possível.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, DF, 26 de julho de 2021.



ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA
OAB/DF 1.540

DECLARAÇÃO

A **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.387.509/0001-90, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de renovação de sua outorga, que atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

Medianeira, PR, 5 de julho de 2021.



JOZIAS DE LIMA

CPF 483.391.489-15

Administrador

BELLO NATAO DE NOVAS
 agual, 1903 - Tel.: (045) 264-1 000
 MARC DE MEDIANERA - PR
 UTENTICAÇÃO
 E COM O ORIGINAL QUE ME FOI
 ITADO DO DOUFE
 17 MAR 2002 - Medianera-PR
 cia verdade
 CELESTINO BENETTI - Taboleiro
 Escreventes

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

TABELIONATO DE NOTAS
 Rua Paraguai, 1903 - Tel.: (045) 264-1108
 COMARCA DE MEDIANEIRA - PR

AUTENTICAÇÃO
 CONFERE COM O ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO DO FÊ.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
 NOME: JOZIAS DE LIMA
 COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FISICAS
 TODO TERRITÓRIO NACIONAL

NASCIMENTO
 15.10.63

CONTRIBUINTE
 JOZIAS DE LIMA

INSCRIÇÃO NO CPF
 483 391 489

Em testamento da verdade.

27 MAR 2002

Medianeira-PR

CARLOS HUGO SCHNEIDER - Tabelião
ALVARO CELESTINO BENETTI
MORCI CANALLE CASSOL

Escreventes

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Data de Envio:

31/08/2021 11:07:01

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 01250.036266/2018-49

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), executante do serviço de radiodifusão Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Buritis / MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Sáb, 04/09/2021 11:59

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), executante do serviço de radiodifusão Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Buritis / MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento de contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>**Enviado:** terça-feira, 31 de agosto de 2021 11:07**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 01250.036266/2018-49

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), executante do serviço de radiodifusão Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Buritis / MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de

Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 10589/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis/MG, referente ao seguinte período: 26/12/2018 a 26/12/2028.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 8148/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 14431/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 7825929 e 7825945). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.020378/2021-31, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declarações, assinadas pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 01/09/2021, às 10:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/09/2021, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8065660** e o código CRC **22052928**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 8065660



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 18489/2021/MCOM

Brasília, 01 de setembro de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ Nº 04.387.509/0001-90)

Email: opec@clubefmburitis.com.br

Rua Frei Caneca, nº 20, Centro

88801-650 - Criciúma/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.036266/2018-49.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 18.489/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**,
Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,
em 01/09/2021, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no §
3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8065702** e o código CRC **C66A577E**.

Anexos:

- Nota Técnica n.º 18.489/2021/SEI-MCOM

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 18489/2021/MCOM - Processo nº 01250.036266/2018-49 - Nº SEI: 8065702

Data de Envio:

01/09/2021 12:27:26

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

controladoria@radio105fm.net
gillosso@radio105fm.net
financeiro@radio102fmsc.com.br
amandafinanceiro@radio105fm.net
financeiro@radio105fm.net
opcc@clubefmburitis.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADA: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8065702.html
Nota_Tecnica_8065660.html

**À COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO
COMERCIAL DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA DA SECRETARIA DE
RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.**

Processo nº 01250.036266/2018-49

Assunto: Renovação de Outorga. FM. Buritis/MG.

Ref.: OFÍCIO Nº 18489/2021/MCOM que encaminha a NOTA TÉCNICA Nº 10589/2021/SEI-MCOM.

1

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA., já qualificada no processo em epígrafe, no qual requer a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Buritis, Estado de Minas Gerais, referente ao período de **26/12/2018 a 26/12/2028**, vem, respeitosamente, perante essa Coordenação, por sua advogada (procuração CADSEI), em atendimento aos expedientes em referência, requerer a juntada aos autos do seguinte documento:

- Declaração, firmada pelo representante legal da Peticionária, de que:
 - a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; e
 - b) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da lei nº 12.485, de 2011.

Na expectativa de haver atendido, na íntegra, as exigências contidas na Nota Técnica nº 10589/2021/SEI-MCOM, requer seja dado prosseguimento ao

presente processo de renovação de outorga visando à conclusão do feito com a maior brevidade possível.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, DF, 13 de setembro de 2021.



ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA
OAB/DF 1.540

DECLARAÇÃO

A **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.387.509/0001-90, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, por intermédio de seu Administrador e representante legal, o Sr. JOZIAS DE LIMA, CPF nº 483.391.489-15, subscrito abaixo, **DECLARA**, para os devidos fins:

- a) que possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) a inexistência de parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011.

Medianeira, PR, 10 de setembro de 2021.


RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

Jozias de Lima

Id solicitação: 57dbac1ea7ccc

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA	
Nome Fantasia: MEDIANEIRA FM	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 04.387.509/0001-90	Número do Fistel: 50405228198
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/12/2008	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PEDRO SOCCOL	Complemento: - SALA 01	
Bairro: CENTRO	Numero: 452	
Município: Medianeira	UF: PR	CEP: 85884000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA FREI CANECA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 20	
Município: Criciúma	UF: SC	CEP: 88801650

Endereço do Transmissor		
Logradouro: FAZENDA NENÉM GONTIJO	Complemento:	
Bairro: RANCHO NORONHA	Numero: S/N	
Município: Buritis	UF: MG	CEP: 38660000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Buritis	UF: MG	CEP: 38660000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Buritis	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 220	Frequência: 91.9 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 2.4646kW
HCI: 65.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 691503400				Número Indicativo: ZYX542							
Data Último Licenciamento: 05/06/2019				Número da Licença: 53500.021441/2019-99							
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 15°33'52" S		Longitude: 46°25'11" W			Cota da base: 894.9 m						
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 027381200422				Modelo: ETG1000i							
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment				Potência de Operação: .850 kW							
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8				Fabricante: KMP - CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA							
Comprimento da Linha: 80.00 m		Atenuação: 1.096 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: DRU4220				Fabricante: Ideal Industria e Comercio de Antenas Ltda							
Ganho: 6.00 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 10 °		ERP Máxima: 2.46 kW					
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0.13	40°: 0.3	45°: 0.44	50°: 0.6	55°: 0.78
60°: 1	65°: 1.28	70°: 1.6	75°: 1.96	80°: 2.3	85°: 2.56	90°: 2.8	95°: 3.08	100°: 3.3	105°: 3.33	110°: 3.3	115°: 3.31
120°: 3.3	125°: 3.26	130°: 3.2	135°: 3.16	140°: 3.1	145°: 3.02	150°: 2.9	155°: 2.69	160°: 2.5	165°: 2.48	170°: 2.5	175°: 2.48
180°: 2.5	185°: 2.7	190°: 2.9	195°: 2.93	200°: 2.9	205°: 2.89	210°: 2.9	215°: 2.94	220°: 3	225°: 3.04	230°: 3.1	235°: 3.26
240°: 3.4	245°: 3.38	250°: 3.3	255°: 3.2	260°: 3.1	265°: 3.05	270°: 3	275°: 2.91	280°: 2.8	285°: 2.66	290°: 2.5	295°: 2.37
300°: 2.2	305°: 1.92	310°: 1.6	315°: 1.3	320°: 1	325°: 0.68	330°: 0.4	335°: 0.28	340°: 0.2	345°: 0.09	350°: 0	355°: 0
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 002480300528						Modelo: SP 300 ágil					
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda						Potência de Operação: 0.300 kW					
Transmissor Auxiliar 2											

Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo: LCF 7/8				Fabricante: KMP Cabos Especiais e Sistemas Ltda			
Comprimento da Linha: 58 m		Atenuação: 1.096 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo: TEVP - 2L				Fabricante: TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.			
Ganho: 3 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 40.5 m	ERP Máxima: 2.46 kW		

RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	177	Portaria	MC	03/04/2006	10/04/2006	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	287	Portaria	MC	28/05/2009	02/06/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	167	Decreto Legislativo	CN	17/06/2008	18/06/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	3220	Ato	CMPRL	17/06/2009	18/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500081010201710	02	Despacho	ORLE	02/01/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500010623201853	28	Despacho	ER04	27/04/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.015004/2019-36	2536	Ato	ORLE	16/04/2019	09/05/2019	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							



Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação

691503400

Indicativo da Estação

ZYX542

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

30/04/2010

Data Último Licenciamento

06/05/2020

Número da Licença

53500.021441/2019-99

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
		▼	▼		

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
9999	287	Portaria ▼	MC ▼	28/05/2009	02/06/2009

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Razão
9999	167	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	17/06/2008	18/06/2008	Delibe



Início » SRD: Sistema de Controle de Radiodifusão » ID: 57dbac1ea7ccc

MOSAICO

535000106232018	28	Despacho	ER04	27/04/2018		Autori
53500.015004/20	2536	Ato	ORLE	16/04/2019	09/05/2019	Autori

[← Fechar](#)



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA			CNPJ 04387509000190	
Nº DA ESTAÇÃO 691503400	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 15° 33' 51.98" S	LONGITUDE 46° 25' 10.99" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO FAZENDA NENÉM GONTIJO, nº S/N.			DISTRITO *****	
BAIRRO RANCHO NORONHA			MUNICÍPIO Buritis	UF MG

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO:	Buritis	UF:	MG
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	91.9 MHz	CANAL:	220
CLASSE:	A3	COTA BASE DA TORRE:	894.9
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYX542	NUMPROCESSO:	*****
NOME FANTASIA:	MEDIANEIRA FM		
CIDADE DA OUTORGA:	Buritis		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	AVENIDA MINAS GERAIS	BAIRRO:	CENTRO
MUNICÍPIO:	Buritis	UF:	MG
NUMERO:	620	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG1000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	.850 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	MODELO:	SP 300 agile
CÓDIGO:	002480300528	POTÊNCIA:	0.300 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
CÓDIGO:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Ideal Industria e Comercio de Antenas Ltda	MODELO:	DRU4220
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	6.00
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	10 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	65.5 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.	MODELO:	TEVP - 2L
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3
DESCRIÇÃO:	Está sendo mudado somente a e	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	40.5 m	BEAM TILT:	***** graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	KMP - CABOS ESPECIAIS E	MODELO:	LCF 7/8
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	SISTEMAS LTDA	MODELO:	LCF 7/8
RDS			
Código PI:	*****		
	XXXXXXXXXX		

IMPRESSO EM: 31/08/2021 09:28:01

APLICAÇÃO

Emitido Em
05/06/2019Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validade.php?token=02xhc3VMaV/NhbmNhQjcyMDIwVWVlMjYzN2VwMjc2Yg==>



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.387.509/0001-90									
RADIO FM MEDIANEIRA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOZIAS DE LIMA	483.391.489-15	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
LAURO PALOSCHI	167.434.400-78	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 31/08/2021 Hora: 09:37:41

[Menu Principal](#)BOM DIA
Renata Vieira MachadoSistemas
InterativosSIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		483.391.489-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOZIAS DE LIMA	483.391.489-15	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Buritis
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **31/08/2021**Hora: **09:37:59**

[Menu Principal](#)BOM DIA
Renata Vieira MachadoSistemas
InterativosSIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 167.434.400-78											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LAURO PALOSCHI	167.434.400-78	RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Navegantes
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Criciúma
		RADIO FM MEDIANEIRA LTDA	04.387.509/0001-90	Sócio	6	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Buritis

Usuário: [renata.mc - Renata Vieira Machado](#)Data: [31/08/2021](#)Hora: [09:38:22](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA**

CNPJ: **04.387.509/0001-90**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:42:12 do dia 31/08/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/09/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA				CNPJ 04387509000190	
Nº DA ESTAÇÃO 692352333	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 28° 39' 25.88" S	LONGITUDE 49° 21' 43.81" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO ALTOS DO MORRO CHECHINEL, nº S/N.				DISTRITO *****	
BAIRRO *****				MUNICÍPIO Criciúma	UF SC

LOCALIDADE PLANO BASICO:					
MUNICÍPIO:	Criciúma	UF:	SC		
LOCALIDADE:	*****				
FREQUENCIA:	90.3 MHz	CANAL:	212		
CLASSE:	B1	COTA BASE DA TORRE:	260.0		
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYV248				
NOME FANTASIA:	MEDIANEIRA FM	NUMPROCESSO:	*****		
CIDADE DA OUTORGA:	Criciúma				
ESTUDIO PRINCIPAL					
ENDEREÇO:	Alfredo Del Priore	BAIRRO:	Centro		
MUNICÍPIO:	Criciúma	UF:	SC		
NUMERO:	430	COMPLEMENTO:	*****		
ESTUDIO AUXILIAR					
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****		
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****		
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****		
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal				
TIPO:	Diretivo				
TRANSMISSOR PRINCIPAL					
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG 1000		
CÓDIGO:	011800300422	POTÊNCIA:	0.4 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR					
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****		
CÓDIGO:	*****	POTÊNCIA:	***** kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR 2					
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****		
CÓDIGO:	*****	POTÊNCIA:	***** kW		
ANTENA PRINCIPAL					
FABRICANTE:	FLORESTEL LTDA.	MODELO:	FBL-FM/78-2		
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	-0.02		
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	110 graus		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	45 m	BEAM TILT:	.00 graus		
ANTENA AUXILIAR					
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****		
POLARIZAÇÃO:	*****	GANHO:	*****		
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	***** m	BEAM TILT:	***** graus		
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL					
FABRICANTE:	KMP/RF'S	MODELO:	LCF78-50JA		
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR					
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****		
RDS					
Código PI:	*****				
XXXXXXXXXX					



IMPRESSO EM: 30/06/2021 14:15:31

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 01250.036266/2018-49

Entidade: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

CNPJ nº: 04.387.509/0001-90

Localidade: Buritis / MG

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 28/06/2018

Período: 26/12/2018 a 26/12/2028

Tipo de outorga a ser renovada:

() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.

() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	5029586 págs. 2,3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8106235	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de	(X) Sim () Não () Não se aplica	5029586 págs. 2,3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº

outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;			pele Decreto nº 10.775, de 2021.
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5029586 págs. 2,3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5029586 págs. 2,3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5029586 págs. 2,3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5029586 págs. 2,3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5029586 págs. 2,3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7922581	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por	(X) Sim () Não	8106235	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de

prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	() Não se aplica		13 de setembro de 2011.
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	8064805 págs. 7-9	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967

	Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal
HABILITAÇÃO JURÍDICA	3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	() Sim () Não (X) Não se aplica	3107428 págs. 6-26 Contrato; 1ª a 4ª alt.	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963 (revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021).
	4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5445716 pág. 3 Último ato arquivado: 4ª alt.	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.
	5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada	() Sim		- Art. 113, inciso III do Decreto nº

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	() Não (X) Não se aplica	5445718*	52.795, de 1963 (revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021).
	6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5445715	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.
REGULARIDADE FISCAL	7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	4935491	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.
	8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 5445713 pág. 4	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.
			E 5445713 pág. 1	
			M 5445714	
	9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	8064805 pág. 10	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.
	10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	5445713 pág. 4	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.
			5445713 pág. 3	
	11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de	(X) Sim	5445712	- Art. 113, inciso IX

	certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	() Não () Não se aplica	3443713 pág. 2	do Decreto nº 52.795, de 1963.
HABILITAÇÃO JURÍDICA DOS SÓCIOS	<p>12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	(X) Sim () Não () Não se aplica	<p>Conforme SIACCO</p> <p>Jozias de Lima (sócio administrador) 7922583</p> <p>Lauro Paloshi (sócio) 7922585</p>	<p>- Art. 15, § 3º, incisos I ao VII do Decreto nº 52.795, de 1963; e</p> <p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.</p>
REGULARIDADE TÉCNICA	13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8064805 pág. 6	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.

DOCUMENTOS ADICIONAIS EXIGÍVEIS

	Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal
	14. Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento	() Sim () Não (X) Não se aplica	7922579	- Art. 5º do Decreto nº 10.775, de 2021

DOCUMENTOS ADICIONAIS EXIGÍVEIS (C)	dos últimos cinco anos).			
	15. Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	() Sim () Não (X) Não se aplica	7922579	- Art. 5º do Decreto nº 10.775, de 2021

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal
16. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.
17. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.

Observações

* Questionamento feito pela CONJUR, mediante a Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 6947155).
* Esclarecimentos prestados pela Entidade, por meio da Petição s/n (SEI 7600311).

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Assistente**, em 14/09/2021, às 18:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8064818** e o código CRC **210F8A1A**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de

Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE. RESTITUIÇÃO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.

2. Inicialmente, esta Secretaria de Radiodifusão – SERAD exarou a Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC, remetendo os autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para análise jurídico-formal do procedimento administrativo em testilha. Além disso, recomendou-se à autoridade competente o deferimento do pedido de renovação da outorga (SEI 6761594).

3. Ocorre que, por intermédio da Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a unidade consultiva devolveu os autos a esta SERAD, com vistas à prestação de esclarecimentos acerca da declaração juntada aos autos de que *toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda* (SEI 6947155).

4. Por meio de Despachos s/n, os autos foram encaminhados a esta Coordenação-Geral de Pós-Outorga - CGPO, para ciência e adoção das providências cabíveis, em atendimento à manifestação proveniente da Consultoria Jurídica (SEI 6947661 e 6968772).

5. Nesta conformidade, mediante a Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 7780/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI 6997087 e SEI 6997259). Por sua vez, em atendimento à solicitação desta Coordenação-Geral de Pós-Outorga - CGPO, a entidade apresentou a manifestação solicitada, por meio do protocolo nº 53115.015826/2021-85.

6. Por oportuno, registre-se que, no decorrer da diligência acima relatada, em razão da publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021,

que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a entidade foi instada a efetuar a complementação da documentação, por meio da Nota Técnica nº 10589/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 18489/2021/MCOM (SEI 8065660 e 8065702).

7. Em resposta, foi enviada a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolo nº 53115.025670/2021-41).

ANÁLISE

8. Inicialmente, para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever trecho da referida Nota nº 00229/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a saber:

(...) 2. Sem embargo da conclusão final alcançada pela Secretaria, solicitamos esclarecimentos do órgão quanto à declaração acostada aos autos no Doc. SEI nº 3107509 (Protocolo 01250.036268/2018-38), segundo a qual 'toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda', a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à qualificação econômico financeira da entidade, requisito essencial para renovação da outorga.

9. Vê-se, portanto, que, a unidade consultiva solicitou esclarecimentos quanto à declaração juntada aos autos pelo representante legal da Rádio FM Medianeira Ltda, por meio do protocolo nº 01250.036268/2018-38.

10. Em atendimento à aludida Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esclareça-se que, como dito alhures, mediante a Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 7780/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI 6997087 e SEI 6997259). De sua vez, a entidade colacionou aos autos declaração, asseverando o que segue: (SEI 7600311)

Preliminarmente, esclareça-se quase simultaneamente ao pedido de renovação, a Peticionária solicitou a transferência da outorga para a BURITIS FM LTDA. O pedido de transferência foi protocolado em 17/05/2018, ou seja, 1 mês e 13 dias anteriores ao pedido da outorga (protocolado em 28/06/2018), o que resultou na preparação concomitante dos documentos que deveriam instruir um e outro processo. Além do mais, foram nomeados os mesmos procuradores para os dois eventos.

Assim, a Declaração que deveria fazer parte de um conjunto de documentos foi equivocadamente juntada a outro, indo compor acervo documental do processo de renovação e, não, do processo de transferência.

A Declaração em comento, da lavra do profissional de contabilidade que presta serviços para a empresa BURITIS FM LTDA, embora não inserida no rol de documentos necessários à instrução do pedido de transferência, tinha por escopo informar à essa pasta que, **caso fosse transferida a outorga em questão, a empresa cessionária reunia todas as condições fiscais, econômica e financeira para assumir, pelo restante do prazo, a execução do serviço que fora permitido à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**

Face ao exposto, e considerando que a **Declaração em tela foi juntada aos autos do processo de renovação, com o qual não guarda qualquer correlação**, e também por não ser documento essencial à instrução do pedido de transferência, a

Peticionária requer a esse egrégio Órgão que desconsidere o referido documento.
(grifamos)

11. Outrossim, cumpre registrar que tramita na Coordenação de Pós-Outorgas - COPOU o processo administrativo nº 01250.028362/2018-13 por meio do qual a RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, requer autorização desta Pasta para efetuar a transferência direta da outorga à BURITIS FM LTDA, ainda em fase de instrução processual. Verifica-se que o protocolo da petição, por intermédio do qual foi requerida a transferência em questão, se deu, de fato, no dia 17 de maio de 2018.

12. Ademais, não é demais relembrar que o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal, mencionado na Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC, foi emitido com o CNPJ da pessoa jurídica interessada pela renovação ora em análise (SEI 6761503). Ainda nesse sentido, foi colacionada nos autos a declaração de que a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período, nos termos do art. 113, XI, alínea "a", do Decreto nº 52.795, de 1963 (SEI 8106235).

13. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual opina-se pelo deferimento do pedido, com remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação a referida Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC (SEI 6761594).

CONCLUSÃO

14. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Assistente**, em 14/09/2021, às 18:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 14/09/2021, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 14/09/2021, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 17/09/2021, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8109337** e o código CRC **488C0261**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2021.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico n.º _____,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria n.º 177, publicada em 10 de abril de 2006, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Brasília, de

de 2021.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº XXXX, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 8109337

Ofício Interno nº 10386/2021/MCOM

Brasília, 20 de setembro de 2021

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 11129/2021/MCOM/SEI (8109337)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 11129/2021/MCOM/SEI (8109337), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 23/09/2021, às 10:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8129327** e o código CRC **A5C5D4BC**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADOS: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME - MEDIANEIRA FM

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais, pelo período de 26.12.2018 a 26.12.2028.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais, pelo período de 26.12.2018 a 26.12.2028.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2776/2021/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes inicialmente remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 6761594**):

12. No caso em apreço, conferiu-se à entidade "Rádio FM Medianeira Ltda" a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 177, de 3 de abril de 2006, e Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicados respectivamente no Diário Oficial da União do dia 10 de abril de 2006 e do dia 18 de junho de 2006 (SEI [6761934](#), págs. 7,8).

13. O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2008 (SEI [6761934](#), págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 26 de dezembro de 2018, levando-se em consideração a data da publicação do extrato do contrato e o prazo de 10 (dez) anos previsto para execução do serviço de radiodifusão sonora.

3. No requerimento protocolado em 8.5.2018 (SEI nº 3107428, fls. 1/2), posteriormente ratificado em 8.1.2020 (SEI nº 5029586, fls. 2/3), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretária de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG"*.

4. Sem embargo da conclusão final alcançada pela Secretaria, esta Consultoria Jurídica, por meio da **NOTA nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI nº 6947155)**, solicitou esclarecimentos quanto à declaração acostada aos autos, segundo a qual *"toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda" (SEI nº 3107509)*, a fim de que não restassem quaisquer dúvidas quanto à qualificação econômico financeira da entidade, requisito essencial para renovação da outorga.

5. Em resposta, a Secretaria de Radiodifusão emitiu a **NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM (SEI nº 8109337)**, na qual prestou as informações solicitadas.

6. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

8. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

9. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

10. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

11. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

12. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

13. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

14. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

15. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

16. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

17. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

18. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

19. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº

13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "*caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário*".

20. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "*instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta*". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

21. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

23. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 2776/2021/SEI-MCOM**, complementada pela **NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM**.

24. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 26.12.2018 e o pedido foi apresentado em 8.5.2018 (**SEI 3107428, fls. 1/2**). Posteriormente, em 8.1.2020, foi ratificado em formulário padrão disponibilizado pelo Poder Público (**SEI nº 5029586, fls. 2/3**).

25. Anote-se que a petição foi subscrita pelo procurador da interessada, Sr. Lucas Paloschi, cuja procuração, outorgada pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Josias de Lima, foi devidamente acostada aos autos, acompanhada dos atos societários que comprovam a legitimidade do outorgante para o ato (**SEI nº 3107428, fl. 3 e 6/27**). A ratificação do pedido renovatório foi assinada pelo próprio administrador da sociedade.

26. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (**SEI nº 6761503 e nº 8064818**).

27. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: ([Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

I - ([Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

III - ([Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

V - prova de inscrição no CNPJ; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 5445716, fl. 3); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 5445715); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 4935491); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 5445713, fl. 4), às Fazendas estadual (SEI nº 5445713, fl. 1), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 5445714); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 6761485, fl. 1); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 5445713, fl. 3); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 5445712, fl. 2).

29. Observa-se que as certidões venceram em 2020, pois datam do curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

30. Quanto à **qualificação econômico-financeira da entidade**, a Secretaria de Radiodifusão, na **NOTA TÉCNICA nº 2776/2020/SEI-MC**, se pronunciou da seguinte forma:

20. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal (SEI 6761503). Colacionou-se, ainda, certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 6761503). Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (SEI 6761503). Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de

Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (SEI 6761503). Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 6761503).

21. Logo, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira, fiscal e trabalhista, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020.

31. Contudo, consta dos autos declaração, firmada por contador, de que *"toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda"*. Por esse motivo, esta Consultoria Jurídica solicitou esclarecimentos sobre o tema à Secretaria de Radiodifusão, nos termos da **NOTA nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, a fim de afastar qualquer dúvida quanto à presença do requisito atinente à qualificação econômico-financeira.

32. Em resposta, o órgão ratificou sua conclusão pelo deferimento do pedido renovatório e prestou os seguintes esclarecimentos (**NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM**):

10. Em atendimento à aludida Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esclareça-se que, como dito alhures, mediante a Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 7780/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI [6997087](#) e SEI [6997259](#)). De sua vez, a entidade colacionou aos autos declaração, asseverando o que segue: (SEI [7600311](#))

Preliminarmente, esclareça-se quase simultaneamente ao pedido de renovação, a Peticionária solicitou a transferência da outorga para a BURITIS FM LTDA. O pedido de transferência foi protocolado em 17/05/2018, ou seja, 1 mês e 13 dias anteriores ao pedido da outorga (protocolado em 28/06/2018), o que resultou na preparação concomitante dos documentos que deveriam instruir um e outro processo. Além do mais, foram nomeados os mesmos procuradores para os dois eventos.

Assim, a Declaração que deveria fazer parte de um conjunto de documentos foi equivocadamente juntada a outro, indo compor acervo documental do processo de renovação e, não, do processo de transferência.

*A Declaração em comento, da lavra do profissional de contabilidade que presta serviços para a empresa BURITIS FM LTDA, embora não inserida no rol de documentos necessários à instrução do pedido de transferência, tinha por escopo informar à essa pasta que, **caso fosse transferida a outorga em questão, a empresa cessionária reunia todas as condições fiscais, econômica e financeira para assumir, pelo restante do prazo, a execução do serviço que fora permitido à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.***

Face ao exposto, e considerando que a Declaração em tela foi juntada aos autos do processo de renovação, com o qual não guarda qualquer correlação, e também por não ser documento essencial à instrução do pedido de transferência, a Peticionária requer a esse egrégio Órgão que desconsidere o referido documento. (grifamos)

11. Outrossim, cumpre registrar que tramita na Coordenação de Pós-Outorgas - COPOU o processo administrativo nº [01250.028362/2018-13](#) por meio do qual a RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, requer autorização desta Pasta para efetuar a transferência direta da outorga à BURITIS FM LTDA, ainda em fase de instrução processual. Verifica-se que o protocolo da petição, por intermédio do qual foi requerida a transferência em questão, se deu, de fato, no dia 17 de maio de 2018.

12. Ademais, não é demais lembrar que o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal, mencionado na Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC, foi emitido com o CNPJ da pessoa jurídica interessada pela renovação ora em análise (SEI [6761503](#)). Ainda nesse sentido, foi colacionada nos autos a declaração de que a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período, nos termos do art. 113, XI, alínea "a", do Decreto nº 52.795, de 1963 (SEI [8106235](#)).

13. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual opina-

se pelo deferimento do pedido, com remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação a referida Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC (SEI [6761594](#)).

33. Dessa forma, a Secretaria de Radiodifusão entendeu inexistirem irregularidades no caso, porquanto reiterou sua conclusão pelo deferimento do pedido de renovação.

34. No que se refere às **declarações** exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, Josias de Lima (SEI nº 5029586, nº 7922581, nº 8064805 e nº 8106235). Ressalte-se que as declarações que passaram a ser obrigatórias com o advento do Decreto nº 10.775/21, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, também constam do processo (SEI nº 8106235).

35. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

3. Em atendimento, a COESA exarou a Nota Técnica nº 570/2020/SEI-MC, asseverando que o laudo de vistoria (exigível à época) estava em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para a Renovação de Outorga (SEI [5660550](#)).

36. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes junto ao Sistema Mosaico, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

26. Em consulta ao referido sistema, não se vislumbrou a aplicação da penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [6761485](#), pág. 8). Por meio de Despacho Interno, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [5719640](#)).

37. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

22. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 10 de março de 2021 (SEI [6761485](#), págs. 2-4).

23. Além da permissão objeto de análise do presente feito, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas seguintes localidades: Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio administrador Jozias de Lima integra o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas localidades de Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio Lauro Paloschi compõe o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas mesmas localidades.

24. Portanto, em nenhum caso, há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos sócios e dirigentes.

38. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.**

39. Por fim, importa consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em*

compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

40. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 6 de outubro de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 739122334 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 06-10-2021 09:52. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01689/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Aprovo o PARECER n. 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Buritis/MG, no período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00401/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, concedida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada Rádio para que haja a renovação de outorga referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 06 de outubro de 2021.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 740087257 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 06-10-2021 13:25. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01692/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADOS: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME - MEDIANEIRA FM

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 06 de outubro de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 740426933 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 06-10-2021 17:04. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 3825, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 05 de novembro de 2021, publicado no DOU de 08 de novembro de 2021, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Ministro de Estado das Comunicações
Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 17/11/2021, às 10:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



8212605 e o código CRC **148B20E8**.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 8212605

Brasília, 11 de novembro de 2021.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 3825, de 07 de outubro de 2021, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Ministro de Estado das Comunicações
Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 17/11/2021, às 10:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8212620** e o código CRC **AE6DCDFB**.

Ofício Interno nº 11315/2021/MCOM

Brasília, 07 de outubro de 2021

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Portaria nº 9825/2021/MCOM-SEI (8212605) e
Exposição de Motivos (8212620)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM (8109337) e no Parecer Jurídico n. 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (8210120), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 9825/2021/MCOM-SEI (8212605) e Exposição de Motivos (8212620), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 08/10/2021, às 16:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8214606** e o código CRC **D3EE5E80**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 11315/2021/MCOM - Processo nº 01250.036266/2018-49 - Nº SEI: 8214606

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 17/11/2021 15:39:02
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 6761890
Data prevista de publicação: 18/11/2021
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
14009135	ATO PORTARIA MCOM NA 3825.rtf	9c08c955237b1d30 517dace6b5d94d03	9,00	R\$ 297,36
14009136	ATO PORTARIA MCOM NA 4063.rtf	abac57bbc5603b55 9fe6427f1fcad658	11,00	R\$ 363,44
TOTAL DO OFICIO			20,00	R\$ 660,80

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/11/2021 | Edição: 216 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 3.825, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 05 de novembro de 2021, publicado no DOU de 08 de novembro de 2021, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac1ea7ccc

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA	
Nome Fantasia: MEDIANEIRA FM	
Telefone: (34) 0000000	E-mail:
CNPJ: 04.387.509/0001-90	Número do Fistel: 50405228198
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/12/2008	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PEDRO SOCCOL	Complemento: - SALA 01	
Bairro: CENTRO	Numero: 452	
Município: Medianeira	UF: PR	CEP: 85884000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA FREI CANECA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 20	
Município: Criciúma	UF: SC	CEP: 88801650

Endereço do Transmissor		
Logradouro: FAZENDA NENÉM GONTIJO	Complemento:	
Bairro: RANCHO NORONHA	Numero: S/N	
Município: Buritis	UF: MG	CEP: 38660000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA MINAS GERAIS	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Buritis	UF: MG	CEP: 38660000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Buritis	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 220	Frequência: 91.9 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 2.4646kW
HCI: 65.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 691503400	Número Indicativo: ZYX542
Data Último Licenciamento: 05/06/2019	Número da Licença: 53500.021441/2019-99

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 15°33'52" S	Longitude: 46°25'11" W	Cota da base: 894.9 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG1000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: .850 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA		
Comprimento da Linha: 80.00 m	Atenuação: 1.096 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU4220	Fabricante: Ideal Industria e Comercio de Antenas Ltda				
Ganho: 6.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 10 °	Polarização: Vertical	HCI: 65.5 m	ERP Máxima: 2.46 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0.13	40°: 0.3	45°: 0.44	50°: 0.6	55°: 0.78
60°: 1	65°: 1.28	70°: 1.6	75°: 1.96	80°: 2.3	85°: 2.56	90°: 2.8	95°: 3.08	100°: 3.3	105°: 3.33	110°: 3.3	115°: 3.31
120°: 3.3	125°: 3.26	130°: 3.2	135°: 3.16	140°: 3.1	145°: 3.02	150°: 2.9	155°: 2.69	160°: 2.5	165°: 2.48	170°: 2.5	175°: 2.48
180°: 2.5	185°: 2.7	190°: 2.9	195°: 2.93	200°: 2.9	205°: 2.89	210°: 2.9	215°: 2.94	220°: 3	225°: 3.04	230°: 3.1	235°: 3.26
240°: 3.4	245°: 3.38	250°: 3.3	255°: 3.2	260°: 3.1	265°: 3.05	270°: 3	275°: 2.91	280°: 2.8	285°: 2.66	290°: 2.5	295°: 2.37
300°: 2.2	305°: 1.92	310°: 1.6	315°: 1.3	320°: 1	325°: 0.68	330°: 0.4	335°: 0.28	340°: 0.2	345°: 0.09	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 300 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 0.300 kW

Transmissor Auxiliar 2	

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LCF 7/8		Fabricante: KMP Cabos Especiais e Sistemas Ltda	
Comprimento da Linha: 58 m	Atenuação: 1.096 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo: TEVP - 2L			Fabricante: TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.		
Ganho: 3 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 40.5 m	ERP Máxima: 2.46 kW

RDS	
Código PI:	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	177	Portaria	MC	03/04/2006	10/04/2006	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	287	Portaria	MC	28/05/2009	02/06/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	167	Decreto Legislativo	CN	17/06/2008	18/06/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	3220	Ato	CMPRL	17/06/2009	18/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535000810102017 10	02	Despacho	ORLE	02/01/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
535000106232018 53	28	Despacho	ER04	27/04/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.015004/201 9-36	2536	Ato	ORLE	16/04/2019	09/05/2019	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
01250.036266/201 8-49	3825	Portaria	MC	11/11/2021	18/11/2021	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo	

Ofício Interno nº 13360/2021/MCOM

Brasília, 24 de setembro de 2021

Ao Senhor
Marcus Vinícius Queiroz Barbosa
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (8212620)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREC_MCOM (7967830), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (8212620), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 24/11/2021, às 15:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8652835** e o código CRC **1F36F63C**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 13360/2021/MCOM - Processo nº 01250.036266/2018-49 - Nº SEI: 8652835

Brasília, 26 de Janeiro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 3825, de 07 de outubro de 2021, publicada em 18/11/2021, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 1976/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.036266/2018-49.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/01/2022, às 19:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9289969** e o código CRC **67ED45DF**.

Recibo Eletrônico de Protocolo - 3185845

Usuário Externo (signatário): Weberson Wayne Nobrega Peixoto
IP utilizado: 189.6.34.57
Data e Horário: 14/02/2022 14:36:10
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 00001.001185/2022-83

Interessados:

Weberson Wayne Nobrega Peixoto

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:

- Requerimento Ofício de Encaminhamento 3185843

- Documentos Complementares:

- Anexo Renovação de outorga de radiodifusão 3185844

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

EM nº 00025/2022 MCOM

Brasília, 26 de Janeiro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 3825, de 07 de outubro de 2021, publicada em 18/11/2021, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

**NUP: 01250.036266/2018-49 INTERESSADOS: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME - MEDIANEIRA FM
ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais, pelo período de 26.12.2018 a 26.12.2028.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e § 1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais, pelo período de 26.12.2018 a 26.12.2028.
2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2776/2021/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes inicialmente remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 6761594**):

12. No caso em apreço, conferiu-se à entidade "Rádio FM Medianeira Ltda" a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 177, de 3 de abril de 2006, e Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicados respectivamente no Diário Oficial da União do dia 10 de abril de 2006 e do dia 18 de junho de 2006 ([SEI 6761934](#), págs. 7,8).

13. O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2008 (SEI 6761934, págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 26 de dezembro de 2018, levando-se em consideração a data da publicação do extrato do contrato e o prazo de 10 (dez) anos previsto para execução do serviço de radiodifusão sonora.

3. No requerimento protocolado em 8.5.2018 (SEI nº 3107428, fls. 1/2), posteriormente ratificado em 8.1.2020 (SEI nº 5029586, fls. 2/3), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretária de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG"*.
4. Sem embargo da conclusão final alcançada pela Secretaria, esta Consultoria Jurídica, por meio da **NOTA nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI nº 6947155)**, solicitou esclarecimentos quanto à declaração acostada aos autos, segundo a qual *"toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda" (SEI nº 3107509)*, a fim de que não restassem quaisquer dúvidas quanto à qualificação econômico financeira da entidade, requisito essencial para renovação da outorga.
5. Em resposta, a Secretaria de Radiodifusão emitiu a **NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM (SEI nº 8109337)**, na qual prestou as informações solicitadas.
6. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
8. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
9. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
10. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

11. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

12. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

13. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

14. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

15. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

16. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

17. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

18. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

19. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou

permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

20. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

21. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

23. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 2776/2021/SEIMCOM**, complementada pela **NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM**.

24. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 26.12.2018 e o pedido foi apresentado em 8.5.2018 (**SEI 3107428, fls. 1/2**). Posteriormente, em 8.1.2020, foi ratificado em formulário padrão disponibilizado pelo Poder Público (**SEI nº 5029586, fls. 2/3**).

25. Anote-se que a petição foi subscrita pelo procurador da interessada, Sr. Lucas Paloschi, cuja procuração, outorgada pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Josias de Lima, foi devidamente acostada aos autos, acompanhada dos atos societários que comprovam a legitimidade do outorgante para o ato (**SEI nº 3107428, fl. 3 e 6/27**). A ratificação do pedido renovatório foi assinada pelo próprio administrador da sociedade.

26. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 6761503 e nº 8064818).

27. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)
- XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
 - a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
 - b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
 - c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
 - d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
 - e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
 - f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
 - g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 5445716, fl. 3); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 5445715); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 4935491); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 5445713, fl. 4), às Fazendas estadual (SEI nº 5445713, fl. 1), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 5445714); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 6761485, fl. 1); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 5445713, fl. 3); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 5445712, fl. 2).

29. Observa-se que as certidões venceram em 2020, pois datam do curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

30. Quanto à **qualificação econômico-financeira da entidade**, a Secretaria de Radiodifusão, na **NOTA TÉCNICA nº 2776/2020/SEI-MC**, se pronunciou da seguinte forma:

20. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal (SEI 6761503). Colacionou-se, ainda, certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI

6761503). Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (SEI 6761503). Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (SEI 6761503). Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 6761503).

21. Logo, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos quedasabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira, fiscal e trabalhista, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020.

31. Contudo, consta dos autos declaração, firmada por contador, de que *"toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda"*. Por esse motivo, esta Consultoria Jurídica solicitou esclarecimentos sobre o tema à Secretaria de Radiodifusão, nos termos da **NOTA nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, a fim de afastar qualquer dúvida quanto à presença do requisito atinente à qualificação econômico-financeira.

32. Em resposta, o órgão ratificou sua conclusão pelo deferimento do pedido renovatório e prestou os seguintes esclarecimentos (**NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM**):

10. Em atendimento à aludida Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esclareça-se, como dito alhures, mediante a Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 7780/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI [6997087](#) e SEI [6997259](#)). De sua vez, a entidade colacionou aos autos declaração, asseverando o que segue: (SEI [7600311](#))

Preliminarmente, esclareça-se quase simultaneamente ao pedido de renovação, a Peticionária solicitou a transferência da outorga para a BURITIS FM LTDA. O pedido de transferência foi protocolado em 17/05/2018, ou seja, 1 mês e 13 dias anteriores ao pedido da outorga (protocolado em 28/06/2018), o que resultou na preparação concomitante dos documentos que deveriam instruir um e outro processo. Além do mais, foram nomeados os mesmos procuradores para os dois eventos.

Assim, a Declaração que deveria fazer parte de um conjunto de documentos foi equivocadamente juntada a outro, indo compor acervo documental do processo de renovação e, não, do processo de transferência.

A Declaração em comento, da lavra do profissional de contabilidade que presta serviços para a empresa BURITIS FM LTDA, embora não inserida no rol de documentos necessários à instrução do pedido de transferência, tinha por escopo informar à essa pasta que, caso fosse transferida a outorga em questão, a empresa cessionária reunia todas as condições fiscais, econômica e financeira para assumir, pelo restante do prazo, a execução do serviço que fora permitido à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

Face ao exposto, e considerando que a Declaração em tela foi juntada aos autos do processo de renovação, com o qual não guarda qualquer correlação, e também por não ser documento essencial à instrução do pedido de transferência, a Peticionária requer a esse egrégio Órgão que desconsidere o referido documento. (grifamos)

11. Outrossim, cumpre registrar que tramita na Coordenação de Pós-Outorgas - COPOU o processo administrativo nº [01250.028362/2018-13](#) por meio do qual a RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, requer autorização desta Pasta para efetuar a transferência direta da outorga à BURITIS FM LTDA, ainda em fase de instrução processual. Verifica-se que o protocolo da petição, por intermédio do qual foi requerida a transferência em questão, se deu, de fato, no dia 17 de maio de 2018.

12. Ademais, não é demais lembrar que o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal, mencionado na Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC, foi emitido com o CNPJ da pessoa jurídica interessada pela renovação ora em análise (SEI [6761503](#)). Ainda nesse sentido, foi colacionada nos autos a declaração de que a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o

serviço de radiodifusão por novo período, nos termos do art. 113, XI, alínea "a", do Decreto nº 52.795, de 1963 (SEI [8106235](#)).

13. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual opinase pelo deferimento do pedido, com remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação a referida Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC (SEI [6761594](#)).

33. Dessa forma, a Secretaria de Radiodifusão entendeu inexistirem irregularidades no caso, porquanto reiterou sua conclusão pelo deferimento do pedido de renovação.

34. No que se refere às **declarações** exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, Josias de Lima (SEI nº 5029586, nº 7922581, nº 8064805 e nº 8106235). Ressalte-se que as declarações que passaram a ser obrigatórias com o advento do Decreto nº 10.775/21, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, também constam do processo (SEI nº 8106235).

35. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

3. Em atendimento, a COESA exarou a Nota Técnica nº 570/2020/SEI-MC, asseverando que o laudo de vistoria (exigível à época) estava em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para a Renovação de Outorga (SEI [5660550](#)).

36. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes junto ao Sistema Mosaico, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

26. Em consulta ao referido sistema, não se vislumbrou a aplicação da penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [6761485](#), pág. 8). Por meio de Despacho Interno, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [5719640](#)).

37. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

22. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 10 de março de 2021 (SEI [6761485](#), págs. 2-4).

23. Além da permissão objeto de análise do presente feito, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas seguintes localidades: Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio administrador Jozias de Lima integra o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas localidades de Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio Lauro Paloschi compõe o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas mesmas localidades.

24. Portanto, em nenhum caso, há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos sócios e dirigentes.

38. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.**

39. Por fim, importa consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente*

ao serviço objeto da renovação". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

40. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 6 de outubro de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 739122334 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 06-10-2021 09:52. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01689/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Aprovo o PARECER n. 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Buritis/MG, no período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00401/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, concedida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada Rádio para que haja a renovação de outorga referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 06 de outubro de 2021.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/740087257> 1/2 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/740087257>

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 740087257 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 06-10-2021 13:25. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE
- GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01692/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

**INTERESSADOS: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME - MEDIANEIRA FM ASSUNTOS:
RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 06 de outubro de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 740426933 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 06-10-2021 17:04. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM**PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49****INTERESSADO: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA****ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE. RESTITUIÇÃO DOS AUTOS À CONJUR.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
2. Inicialmente, esta Secretaria de Radiodifusão – SERAD exarou a Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC, remetendo os autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para análise jurídico-formal do procedimento administrativo em testilha. Além disso, recomendou-se à autoridade competente o deferimento do pedido de renovação da outorga (SEI 6761594).
3. Ocorre que, por intermédio da Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a unidade consultiva devolveu os autos a esta SERAD, com vistas à prestação de esclarecimentos acerca da declaração juntada aos autos de que *toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda* (SEI 6947155).
4. Por meio de Despachos s/n, os autos foram encaminhados a esta Coordenação-Geral de Pós-Outorga - CGPO, para ciência e adoção das providências cabíveis, em atendimento à manifestação proveniente da Consultoria Jurídica (SEI 6947661 e 6968772).
5. Nesta conformidade, mediante a Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 7780/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI 6997087 e SEI 6997259). Por sua vez, em atendimento à solicitação desta Coordenação-Geral de Pós-Outorga - CGPO, a entidade apresentou a manifestação solicitada, por meio do protocolo nº 53115.015826/2021-85.
6. Por oportuno, registre-se que, no decorrer da diligência acima relatada, em razão da publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a entidade foi instada a efetuar a complementação da documentação, por meio da Nota Técnica nº 10589/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 18489/2021/MCOM (SEI 8065660 e 8065702).
7. Em resposta, foi enviada a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolo nº 53115.025670/2021-41).

8. Inicialmente, para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever trecho da referida Nota nº 00229/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a saber:

(...) 2. Sem embargo da conclusão final alcançada pela Secretaria, solicitamos esclarecimentos do órgão quanto à declaração acostada aos autos no Doc. SEI nº 3107509 (Protocolo 01250.036268/2018-38), segundo a qual 'toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda', a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à qualificação econômico financeira da entidade, requisito essencial para renovação da outorga.

9. Vê-se, portanto, que, a unidade consultiva solicitou esclarecimentos quanto à declaração juntada aos autos pelo representante legal da Rádio FM Medianeira Ltda, por meio do protocolo nº 01250.036268/2018-38.

10. Em atendimento à aludida Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esclareça-se que, como dito alhures, mediante a Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 7780/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI 6997087 e SEI 6997259). De sua vez, a entidade colacionou aos autos declaração, asseverando o que segue: (SEI 7600311)

Preliminarmente, esclareça-se quase simultaneamente ao pedido de renovação, a Peticionária solicitou a transferência da outorga para a BURITIS FM LTDA. O pedido de transferência foi protocolado em 17/05/2018, ou seja, 1 mês e 13 dias anteriores ao pedido da outorga (protocolado em 28/06/2018), o que resultou na preparação concomitante dos documentos que deveriam instruir um e outro processo. Além do mais, foram nomeados os mesmos procuradores para os dois eventos.

Assim, **a Declaração que deveria fazer parte de um conjunto de documentos foi equivocadamente juntada a outro, indo compor acervo documental do processo de renovação e, não, do processo de transferência.**

A Declaração em comento, da lavra do profissional de contabilidade que presta serviços para a empresa BURITIS FM LTDA, embora não inserida no rol de documentos necessários à instrução do pedido de transferência, tinha por escopo informar à essa pasta que, **caso fosse transferida a outorga em questão, a empresa cessionária reunia todas as condições fiscais, econômica e financeira para assumir, pelo restante do prazo, a execução do serviço que fora permitido à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**

Face ao exposto, e considerando que a **Declaração em tela foi juntada aos autos do processo de renovação, com o qual não guarda qualquer correlação**, e também por não ser documento essencial à instrução do pedido de transferência, a Peticionária requer a esse egrégio Órgão que desconsidere o referido documento. (grifamos)

11. Outrossim, cumpre registrar que tramita na Coordenação de Pós-Outorgas - COPOU o processo administrativo nº 01250.028362/2018-13 por meio do qual a RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, requer autorização desta Pasta para efetuar a transferência direta da outorga à BURITIS FM LTDA, ainda em fase de instrução processual. Verifica-se que o protocolo da petição, por intermédio do qual foi requerida a transferência em questão, se deu, de fato, no dia 17 de maio de 2018.

12. Ademais, não é demais lembrar que o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal, mencionado na Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC, foi emitido com o CNPJ da pessoa jurídica interessada pela renovação ora em análise (SEI 6761503). Ainda nesse sentido, foi colacionada nos autos a declaração de que a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período, nos termos do art. 113, XI, alínea "a", do Decreto nº 52.795, de 1963 (SEI 8106235).

13. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual opina-se pelo deferimento do pedido, com remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação a referida Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC (SEI 6761594).

CONCLUSÃO

14. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Assistente**, em 14/09/2021, às 18:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 14/09/2021, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 14/09/2021, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 17/09/2021, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8109337** e o código CRC **488C0261**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE 2021.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico n.º _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA

LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria n.º 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2021.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica n.º 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico n.º _____, acompanhado da Portaria n.º XXXX, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria n.º 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 8109337

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Recursos Logísticos

Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 16 de Fevereiro de 2022.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGAP e CC-PR

ASSUNTO: Processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Buritis/MG, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 25 2022 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 16/02/2022, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3191374** e o código CRC **DA1900BF** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Assessoria Especial

OFÍCIO Nº 442/2022/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 25/2022 MCOM.

Senhor Chefe de Gabinete,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 25/2022 MCOM §191362), do Ministério das Comunicações, que trata da renovação, por dez anos, da permissão outorgada à Rádio FM Medianeira Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis/MG.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
MARINA ELVAS COELHO LUZ
Assessora Especial



Documento assinado eletronicamente por **Marina Elvas Coelho Luz, Assessor(a) Especial**, em 17/02/2022, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3192890** e o código CRC **CE3553E3** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, 17 de fevereiro de 2022.

Referência: OFÍCIO Nº 1976/2022/MCOM, de 26/01/2022 (3185843), por Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto/MCOM ao Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/SAG/CC/PR - Anexo Renovação de Outorga de radiodifusão (3185844)

Exposição de Motivos nº 00025/2022 MCOM, de 26/01/2022 (3191362) do Ministério das Comunicações dirigido ao Senhor Presidente da República, Anexo I (3191366), Parecer de Mérito I (3191367)

Assunto: "Submete o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 3825, de 07 de outubro de 2021, publicada em 18/11/2021, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais".

Trâmite do Processo:

Despacho/DIPUBL/CODOC, de 16/02/2022 (3191374), encaminhado aos protocolos da SAJ/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP/SAJ/SG/PR e CC/PR

OF. nº 447/2022/GM/CC/PR, de 17/02/2022 (3192890), por Marina Elvas Coelho Luz, Assessora Especial da Assessoria Especial da Casa Civil/PR ao Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva/SE/CC/PR

Concluir o Processo na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo de Exposição de Motivos, por sua natureza, são tratados e tramitados via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF), e por ter sido encaminhado por meio do Despacho/DIPUBL/CODOC, de 16/02/2022 (3191374) à SAJ/SG/PR, SAG/CC/PR e CGAP/SAJ/SG/PR, Pastas de competência do assunto.

CLAUDIO CESAR FELIPE
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Cesar Felipe, Chefe de Gabinete**, em 17/02/2022, às 20:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3195151** e o código CRC **CDC7BE70** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 289/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.036266/2018-49**INTERESSADO:** Rádio FM Medianeira Ltda. (CNPJ 04.387.509/0001-90)

REFERÊNCIAS: Exposição de Motivos nº 00025/2022 MCOM, de 26 de janeiro de 2022 (3191362)
 Parecer de Mérito I (3191367) – Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, de 14 de setembro de 2021
 Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 06 de outubro de 2021^[1] (3191366)

ASSUNTO: Renovação da outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Buritis/MG

- Trata-se da [PORTARIA Nº 3.825, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021](#) que renova a outorga da permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Buritis/MG, a partir de 26 de dezembro de 2018, pelo prazo de dez anos, com o uso do canal 220 na frequência de 91,9 MHz, sem direito a exclusividade, para Rádio FM Medianeira Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 04.387.509/0001-90, de acordo com o disposto na alínea “x)” do art. 3229 do Código Brasileiro de Telecomunicações^[2], e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[3].
- O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
- O Ministério das Comunicações (MCOM)^[4] se manifestou favorável ao ato de renovação da outorga de autorização nos termos da Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, de 14 de setembro de 2021 (3191367), com o registro de que entende que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual opina pelo deferimento do pedido com remessa dos autos àquela unidade administrativa em complemento a Nota Técnica nº 2776/2020/SEI/MC (SEI-MCOM 6761594).
- O Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 06 de outubro de 2021 (3191366), se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, concluindo não ter sido vislumbrada irregularidade no presente processo.
- De acordo com o § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com redação dada pelo [Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012](#), compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.
- O quadro societário e diretoria da [Rádio FM Medianeira Ltda.](#) se encontra registrado no SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário^[5], o qual está desatualizado e não alinhado com a Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA de Inscrição Cadastral de Pessoa Jurídica na Receita Federal do Brasil, inclusive com razão social diferente, como apresentado a seguir:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	04.387.509/0001-90
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CIDADE SE LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$12.000,00 (Doze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	KARLA DA SILVA LOSSO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	KARINA DA SILVA LOSSO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.
 Emitido no dia 13/12/2022 às 14:54 (data e hora de Brasília).

- Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro^[6], cujo Relatório do Canal está disponível em:

http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac1ea7ccc&state=FM-C4, já consta em nome da Burity FM Ltda. (CNPJ 17.407.881/0001-62), conforme [PORTARIA MCOM N° 4.897, DE 9 DE MARÇO DE 2020](#) (processo 01250.028362/2018-13), que transfere a permissão outorgada à Rádio FM Medianeira S/C Ltda.

8. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM e a existência da Lista de Verificação de Documentos – Renovação de Outorga Comercial, de 14 de setembro de 2021 (Checklist CORRC_MCOM_COM 8064818), e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, bem como que há a necessidade de que seja providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, esta SAG/CC-PR não têm óbices ao prosseguimento do feito, conforme disposto no § 1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e sugere o encaminhamento do presente processo à Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#).

À consideração superior,

Brasília, na data da assinatura.

LUIZ FELIPE ALVES DE OLIVEIRA
Estagiário

EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO
Assessor

De Acordo,

Brasília, na data da assinatura.

ANA PATRÍZIA GONÇALVES LIRA
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Aprovo,

Brasília, na data da assinatura.

EDUARDO AGGIO DE SÁ
Subchefia

[1] Aprovado pelo Despacho nº 01692/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 06/10/2021 da Consultoria Jurídica do MCOM.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[4] Nos termos do Anexo I do [Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus anulares.

[5] [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[6] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto, Assessor(a)**, em 14/12/2022, às 22:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Alves de Oliveira, Estagiário(a)**, em 15/12/2022, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro, Subchefia Adjunta**, em 17/12/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Aggio de Sá, Subchefia**, em 19/12/2022, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3807207** e o código CRC **E903948B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.036266/2018-49

Nota SAJ - Radiodifusão nº 319 / 2022 / CGINF/SAINF/SAJ/SG/PR

Interessado:	RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA - BURITÍS - MG
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	01250.036266/2018-49

Senhor Subchefe,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se do processo nº 01250.036266/2018-49, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [\[1\]](#), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA - BURITÍS - MG**, CNPJ nº 04.387.509/0001-90, na localidade de Buritis/MG.
2. O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
3. Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

4. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
5. Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.

6. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [\[4\]](#).

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.036266/2018-49, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

LUCAS MENEZES DE SOUZA

Assessor da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES

Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

APROVO.

RODRIGO MATOS RORIZ

Subchefe Adjunto Executivo para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

APROVO.

RENATO DE LIMA FRANÇA

Subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

[1] A “**Frequência Modulada (FM)**” é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Menezes de Souza, Assessor**, em 22/12/2022, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nogueira Fernandes, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 22/12/2022, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato de Lima França, Subchefe**, em 26/12/2022, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3831111** e o código CRC **F4BB4A37** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Hugo Vinicius Alves

De: SAAL - Sancao e Veto
Enviado em: quarta-feira, 18 de janeiro de 2023 09:55
Para: E-Mail da DIDOC
Cc: SAAL - Atos Oficiais
Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)
Anexos: Tabela 02 - 2023.01.13 - Tabela processos Radiodifusão já analisados (aguardando ass Mensagem ao CN).pdf; Tabela 01 - 2023.01.16 - Tabela processos Radiodifusão na SAJ (sem análise completa).xlsx

Categorias: A/C CARLOS HENRIQUE

Bom dia! Prezados,

Em atenção à solicitação do e-mail abaixo, solicitamos a devolução das Exposições de Motivos ao Ministério das Comunicações, conforme os processos indicados nas tabelas e os despachos encaminhados via SUPER.

Atenciosamente,



Subchefia Adjunta de Assuntos Legislativos
Subchefia para Assuntos Jurídicos
Casa Civil
Presidência da República
61 3411-2192/2226/2972/3324
saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 18:50

Para: SAJ - SARAN <saran@presidencia.gov.br>; SAAL - Sancao e Veto <saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br>

Cc: Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>; Talita Santana Santos Barcellos <talita.barcellos@presidencia.gov.br>

Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)

Prezados, boa noite,

Solicito a **DEVOLUÇÃO das Exposições de Motivos/Processos** indicados na Tabela 01 e Tabela 02 (anexos), ao Ministério das Comunicações, conforme e-mail abaixo.

Motivo da devolução: pedido do MCOM, para reavaliação dos processos, considerando mudança no titular da Pasta.

Todos os processos da Tabela 01 já foram devidamente encerrados e encaminhados ao Gabinete no Super-SEI, com Despacho indicando a devolução das Exposições de Motivos.

Com relação aos Processos da Tabela 02 (processos já analisados, que estavam aguardando assinatura nas Mensagens ao Congresso Nacional), indicamos a existência dos seguintes processos de TVs, que **NÃO serão devolvidos, pois já possuem os respectivos Decretos, devidamente publicados:**

53900.046218/2016-07 – EM nº 0029/2022-MCOM

01250.017676/2020-13 – EM nº 0146/2021-MCOM

01250.004044/2019-48 – EM nº 0188/2022-MCOM

53740.000857/2000-31 – EM nº 0189/2021-MCOM

Muito obrigado.

At.te,

De: Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 15:55

Para: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Assunto: Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Daniel,

Em relação aos processos de TV que já têm decreto publicado, entendo que não poderíamos devolver pois o ato do Presidente já ocorreu.

Felipe Nogueira Fernandes

Advogado da União

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Tel.:+55 (61) 3411-2040

De: Felipe Nogueira Fernandes

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 14:34

Para: Daniel Christianini Nery

Assunto: Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezado Daniel,

Solicito a gentileza de providenciar a restituição dos processos de radiodifusão ao MCom, conforme solicitado.

Felipe Nogueira Fernandes

Advogado da União

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Tel.:+55 (61) 3411-2040

De: Wilson Diniz Wellisch <wilson.diniz@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:55

Para: Felipe Nogueira Fernandes

Cc: Caroline Menicucci Salgado; Guilherme Maciel Camioto; Marcus Vinícius Paolucci; Ana Maria dos Santos

Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Bom dia, Dr. Felipe!

Conforme havíamos combinado, seguem processo a serem devolvidos ao MCOM para revisão.

Atenciosamente,



De: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:52

Para: Wilson Diniz Wellisch <wilson.diniz@mcom.gov.br>

Cc: Caroline Menicucci Salgado <caroline.salgado@mcom.gov.br>; Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Wilson,

Segue as tabelas com os processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

A **TABELA 01** indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

A **TABELA 02** apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente.

Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

At.te,

Marcus Paolucci

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 16 de janeiro de 2023 16:46

Para: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>; Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Angelina de Figueiredo Pereira <angelina.pereira@mcom.gov.br>

Cc: Eugenio Cesar Almeida Felippetto <eugenio.felippetto@presidencia.gov.br>; Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>; Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho <cicero.filho@presidencia.gov.br>; Talita Santana Santos Barcellos <talita.barcellos@presidencia.gov.br>; Sergio Viana Cavalcante <Viana@presidencia.gov.br>

Assunto: RES: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezados, boa tarde,

Conforme solicitado e indicado previamente em contato telefônico, encaminho 2 tabelas com processos de radiodifusão, para avaliação do MCOM.

A TABELA 01 indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

Já a TABELA 02 apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente. Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

Nos colocamos à disposição.

At.te,

De: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 15:26

Para: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <eugenio.felippetto@presidencia.gov.br>; Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Assunto: RE: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Ok, fico no aguardo.



Ana Maria dos Santos
Agente Administrativo
Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

+55 61 2027-6302

anamaria.santos@mcom.gov.br

Sala 303, 3º andar - Esplanada dos Ministérios,
Bloco R, CEP: 70044-902 - Brasília/DF - Brasil

gov.br/mcom

govcomunicacoes

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 14:54

Para: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <eugenio.felippetto@presidencia.gov.br>; Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Assunto: Re: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

prezados, boa tarde,

Elaboraremos a tabela e encaminharemos em breve, conforme solicitado.

At.te,

Em 12 de jan. de 2023, em 10:27, Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br> escreveu:

Prezado Daniel,

Seguindo orientação superior, solicito de Vossa Senhoria a possibilidade de envio de uma planilha com os dados dos processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

att,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria Especial de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 23 de janeiro de 2023.

ASSUNTO: Devolução da EXM 25 2022 MCOM

Conforme solicitado, informo a devolução da EXM 25 2022 MCOM via SIDOF.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 23/01/2023, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3904737** e o código CRC **9CA39F27** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 01250.036266/2018-49

INTERESSADA: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 10386/2021/MCOM e do Parecer nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio FM Medianeira Ltda (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028 (SUPER 8109337, 8129327 e 8210120).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 3.825, de 11 de novembro de 2021, no Diário Oficial da União do dia 18 de novembro de 2021, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 8566786). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM (SUPER 8109337).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 11019418, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 20/07/2023, às 10:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 14:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11019361** e o código CRC **CF2735F9**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (11019418)

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

Documento nº 11019361

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 3825, de 7 de outubro de 2021, publicada em 18 de novembro de 2021, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 20/07/2023, às 10:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 14:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11019418** e o código CRC **AA8EC95E**.



EM Nº 110/2023/MCOM

Brasília, 20 de julho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 3825, de 7 de outubro de 2021, publicada em 18 de novembro de 2021, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 08/08/2023, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11022044** e o código CRC **640E9711**.

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

Documento nº 11022044

Ofício Interno nº 38994/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (11022044)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM (8109337) e Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (8210120), encaminho a Exposição de Motivos (11022044), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 02/08/2023, às 16:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11022048** e o código CRC **AE4A6CD0**.

Ofício Interno nº 39843/2023/MCOM

Brasília, 09 de Agosto de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11022044)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP_MCOM (11019361), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11022044), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 09/08/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11053489** e o código CRC **8259653A**.

Brasília, 14 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 3825, de 7 de outubro de 2021, publicada em 18 de novembro de 2021, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 23401/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.036266/2018-49.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 14/08/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11059702** e o código CRC **1A58BE2A**.

Usuário Externo (signatário): Helenucia Bezerra de Araujo
Data e Horário: 27/10/2023 10:35:05
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 01250.036266/2018-49
Interessados:

RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA - BURITIS - MG

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Despacho Coordenação de Renovação de Outorga	4685387
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4685388
- Exposição de Motivos Nº 110/2023/MCOM	4685389
- OFICIO Interno nº 38994/2023/MCOM	4685390
- OFICIO Interno nº 39843/2023/MCOM	4685391
- Exposição de Motivos nº 00413/2023 MCOM	4685392
- OFICIO Nº 23401/2023/MCOM	4685393

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

EM nº 00413/2023 MCOM

Brasília, 14 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 3825, de 7 de outubro de 2021, publicada em 18 de novembro de 2021, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/11/2021 | Edição: 216 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 3.825, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 05 de novembro de 2021, publicado no DOU de 08 de novembro de 2021, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADOS: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME - MEDIANEIRA FM

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais, pelo período de 26.12.2018 a 26.12.2028.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais, pelo período de 26.12.2018 a 26.12.2028.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2776/2021/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes inicialmente remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 6761594**):

12. No caso em apreço, conferiu-se à entidade "Rádio FM Medianeira Ltda" a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 177, de 3 de abril de 2006, e Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicados respectivamente no Diário Oficial da União do dia 10 de abril de 2006 e do dia 18 de junho de 2006 (SEI [6761934](#), págs. 7,8).

13. O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2008 (SEI [6761934](#), págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 26 de dezembro de 2018, levando-se em consideração a data da publicação do extrato do contrato e o prazo de 10 (dez) anos previsto para execução do serviço de radiodifusão sonora.

3. No requerimento protocolado em 8.5.2018 (SEI nº 3107428, fls. 1/2), posteriormente ratificado em 8.1.2020 (SEI nº 5029586, fls. 2/3), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretária de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG"*.

4. Sem embargo da conclusão final alcançada pela Secretaria, esta Consultoria Jurídica, por meio da **NOTA nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI nº 6947155)**, solicitou esclarecimentos quanto à declaração acostada aos autos, segundo a qual *"toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda" (SEI nº 3107509)*, a fim de que não restassem quaisquer dúvidas quanto à qualificação econômico financeira da entidade, requisito essencial para renovação da outorga.

5. Em resposta, a Secretaria de Radiodifusão emitiu a **NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM (SEI nº 8109337)**, na qual prestou as informações solicitadas.

6. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

8. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

9. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

10. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

11. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

12. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

13. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

14. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

15. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

16. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

17. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

18. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

19. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº

13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

20. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

21. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

23. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 2776/2021/SEI-MCOM**, complementada pela **NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM**.

24. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 26.12.2018 e o pedido foi apresentado em 8.5.2018 (**SEI 3107428, fls. 1/2**). Posteriormente, em 8.1.2020, foi ratificado em formulário padrão disponibilizado pelo Poder Público (**SEI nº 5029586, fls. 2/3**).

25. Anote-se que a petição foi subscrita pelo procurador da interessada, Sr. Lucas Paloschi, cuja procuração, outorgada pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Josias de Lima, foi devidamente acostada aos autos, acompanhada dos atos societários que comprovam a legitimidade do outorgante para o ato (**SEI nº 3107428, fl. 3 e 6/27**). A ratificação do pedido renovatório foi assinada pelo próprio administrador da sociedade.

26. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 6761503 e nº 8064818).

27. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; ([Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da [apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

X - ([Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020](#))

XI - declaração de que: ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 5445716, fl. 3); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 5445715); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 4935491); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 5445713, fl. 4), às Fazendas estadual (SEI nº 5445713, fl. 1), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 5445714); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 6761485, fl. 1); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 5445713, fl. 3); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 5445712, fl. 2).

29. Observa-se que as certidões venceram em 2020, pois datam do curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

30. Quanto à **qualificação econômico-financeira da entidade**, a Secretaria de Radiodifusão, na **NOTA TÉCNICA nº 2776/2020/SEI-MC**, se pronunciou da seguinte forma:

20. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal (SEI 6761503). Colacionou-se, ainda, certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 6761503). Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (SEI 6761503). Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de

Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (SEI 6761503). Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 6761503).

21. Logo, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira, fiscal e trabalhista, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020.

31. Contudo, consta dos autos declaração, firmada por contador, de que *"toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda"*. Por esse motivo, esta Consultoria Jurídica solicitou esclarecimentos sobre o tema à Secretaria de Radiodifusão, nos termos da **NOTA nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, a fim de afastar qualquer dúvida quanto à presença do requisito atinente à qualificação econômico-financeira.

32. Em resposta, o órgão ratificou sua conclusão pelo deferimento do pedido renovatório e prestou os seguintes esclarecimentos (**NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM**):

10. Em atendimento à aludida Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esclareça-se que, como dito alhures, mediante a Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 7780/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI [6 9 9 7 0 8 7](#) e SEI [6997259](#)). De sua vez, a entidade colacionou aos autos declaração, asseverando o que segue: (SEI [7600311](#))

Preliminarmente, esclareça-se quase simultaneamente ao pedido de renovação, a Peticionária solicitou a transferência da outorga para a BURITIS FM LTDA. O pedido de transferência foi protocolado em 17/05/2018, ou seja, 1 mês e 13 dias anteriores ao pedido da outorga (protocolado em 28/06/2018), o que resultou na preparação concomitante dos documentos que deveriam instruir um e outro processo. Além do mais, foram nomeados os mesmos procuradores para os dois eventos.

Assim, a Declaração que deveria fazer parte de um conjunto de documentos foi equivocadamente juntada a outro, indo compor acervo documental do processo de renovação e, não, do processo de transferência.

A Declaração em comento, da lavra do profissional de contabilidade que presta serviços para a empresa BURITIS FM LTDA, embora não inserida no rol de documentos necessários à instrução do pedido de transferência, tinha por escopo informar à essa pasta que, caso fosse transferida a outorga em questão, a empresa cessionária reunia todas as condições fiscais, econômica e financeira para assumir, pelo restante do prazo, a execução do serviço que fora permitido à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.

Face ao exposto, e considerando que a Declaração em tela foi juntada aos autos do processo de renovação, com o qual não guarda qualquer correlação, e também por não ser documento essencial à instrução do pedido de transferência, a Peticionária requer a esse egrégio Órgão que desconsidere o referido documento. (grifamos)

11. Outrossim, cumpre registrar que tramita na Coordenação de Pós-Outorgas - COPOU o processo administrativo nº [01250.028362/2018-13](#) por meio do qual a RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, requer autorização desta Pasta para efetuar a transferência direta da outorga à BURITIS FM LTDA, ainda em fase de instrução processual. Verifica-se que o protocolo da petição, por intermédio do qual foi requerida a transferência em questão, se deu, de fato, no dia 17 de maio de 2018.

12. Ademais, não é demais lembrar que o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal, mencionado na Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC, foi emitido com o CNPJ da pessoa jurídica interessada pela renovação ora em análise (SEI [6761503](#)). Ainda nesse sentido, foi colacionada nos autos a declaração de que a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período, nos termos do art. 113, XI, alínea "a", do Decreto nº 52.795, de 1963 (SEI [8106235](#)).

13. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual opina-

se pelo deferimento do pedido, com remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação a referida Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC (SEI [6761594](#)).

33. Dessa forma, a Secretaria de Radiodifusão entendeu inexistirem irregularidades no caso, porquanto reiterou sua conclusão pelo deferimento do pedido de renovação.

34. No que se refere às **declarações** exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, Josias de Lima (SEI nº 5029586, nº 7922581, nº 8064805 e nº 8106235). Ressalte-se que as declarações que passaram a ser obrigatórias com o advento do Decreto nº 10.775/21, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, também constam do processo (SEI nº 8106235).

35. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

3. Em atendimento, a COESA exarou a Nota Técnica nº 570/2020/SEI-MC, asseverando que o laudo de vistoria (exigível à época) estava em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para a Renovação de Outorga (SEI [5660550](#)).

36. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes junto ao Sistema Mosaico, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

26. Em consulta ao referido sistema, não se vislumbrou a aplicação da penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [6761485](#), pág. 8). Por meio de Despacho Interno, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [5719640](#)).

37. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

22. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 10 de março de 2021 (SEI [6761485](#), págs. 2-4).

23. Além da permissão objeto de análise do presente feito, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas seguintes localidades: Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio administrador Jozias de Lima integra o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas localidades de Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio Lauro Paloschi compõe o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas mesmas localidades.

24. Portanto, em nenhum caso, há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos sócios e dirigentes.

38. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.**

39. Por fim, importa consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em*

compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

40. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 6 de outubro de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 739122334 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 06-10-2021 09:52. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01689/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Aprovo o PARECER n. 00410/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Buritis/MG, no período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00401/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, concedida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada Rádio para que haja a renovação de outorga referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 06 de outubro de 2021.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 740087257 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 06-10-2021 13:25. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01692/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.036266/2018-49

INTERESSADOS: RADIO FM MEDIANEIRA LTDA - ME - MEDIANEIRA FM

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 06 de outubro de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250036266201849 e da chave de acesso 2dddb5a6

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 740426933 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 06-10-2021 17:04. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 11129/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE. RESTITUIÇÃO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
2. Inicialmente, esta Secretaria de Radiodifusão – SERAD exarou a Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC, remetendo os autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para análise jurídico-formal do procedimento administrativo em testilha. Além disso, recomendou-se à autoridade competente o deferimento do pedido de renovação da outorga (SEI 6761594).
3. Ocorre que, por intermédio da Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a unidade consultiva devolveu os autos a esta SERAD, com vistas à prestação de esclarecimentos acerca da declaração juntada aos autos de que *toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda* (SEI 6947155).
4. Por meio de Despachos s/n, os autos foram encaminhados a esta Coordenação-Geral de Pós-Outorga - CGPO, para ciência e adoção das providências cabíveis, em atendimento à manifestação proveniente da Consultoria Jurídica (SEI 6947661 e 6968772).
5. Nesta conformidade, mediante a Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 7780/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI 6997087 e SEI 6997259). Por sua vez, em atendimento à solicitação desta Coordenação-Geral de Pós-Outorga - CGPO, a entidade apresentou a manifestação solicitada, por meio do protocolo nº 53115.015826/2021-85.
6. Por oportuno, registre-se que, no decorrer da diligência acima relatada, em razão da publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a entidade foi instada a efetuar a complementação da documentação, por meio da Nota Técnica nº 10589/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 18489/2021/MCOM (SEI 8065660 e 8065702).
7. Em resposta, foi enviada a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolo nº 53115.025670/2021-41).

ANÁLISE

8. Inicialmente, para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever trecho da referida Nota nº 00229/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a saber:

(...) 2. Sem embargo da conclusão final alcançada pela Secretaria, solicitamos esclarecimentos do órgão quanto à declaração acostada aos autos no Doc. SEI nº 3107509 (Protocolo 01250.036268/2018-38), segundo a qual 'toda movimentação fiscal, econômica e financeira da Rádio FM Medianeira Ltda. é exercida e assumida pela empresa Buritis FM Ltda', a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à qualificação econômico financeira da entidade, requisito essencial para renovação da outorga.

9. Vê-se, portanto, que, a unidade consultiva solicitou esclarecimentos quanto à declaração juntada aos autos pelo representante legal da Rádio FM Medianeira Ltda, por meio do protocolo nº 01250.036268/2018-38.

10. Em atendimento à aludida Nota nº 00125/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esclareça-se que, como dito alhures, mediante a Nota Técnica nº 4232/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 7780/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI 6997087 e SEI 6997259). De sua vez, a entidade colacionou aos autos declaração, asseverando o que segue: (SEI 7600311)

Preliminarmente, esclareça-se quase simultaneamente ao pedido de renovação, a Peticionária solicitou a transferência da outorga para a BURITIS FM LTDA. O pedido de transferência foi protocolado em 17/05/2018, ou seja, 1 mês e 13 dias anteriores ao pedido da outorga (protocolado em 28/06/2018), o que resultou na preparação concomitante dos documentos que deveriam instruir um e outro processo. Além do mais, foram nomeados os mesmos procuradores para os dois eventos.

Assim, **a Declaração que deveria fazer parte de um conjunto de documentos foi equivocadamente juntada a outro, indo compor acervo documental do processo de renovação e, não, do processo de transferência.**

A Declaração em comento, da lavra do profissional de contabilidade que presta serviços para a empresa BURITIS FM LTDA, embora não inserida no rol de documentos necessários à instrução do pedido de transferência, tinha por escopo informar à essa pasta que, **caso fosse transferida a outorga em questão, a empresa cessionária reunia todas as condições fiscais, econômica e financeira para assumir, pelo restante do prazo, a execução do serviço que fora permitido à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.**

Face ao exposto, e considerando que a **Declaração em tela foi juntada aos autos do processo de renovação, com o qual não guarda qualquer correlação**, e também por não ser documento essencial à instrução do pedido de transferência, a Peticionária requer a esse egrégio Órgão que desconsidere o referido documento. **(grifamos)**

11. Outrossim, cumpre registrar que tramita na Coordenação de Pós-Outorgas - COPOU o processo administrativo nº 01250.028362/2018-13 por meio do qual a RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, requer autorização desta Pasta para efetuar a transferência direta da outorga à BURITIS FM LTDA, ainda em fase de instrução processual. Verifica-se que o protocolo da petição, por intermédio do qual foi requerida a transferência em questão, se deu, de fato, no dia 17 de maio de 2018.

12. Ademais, não é demais relembrar que o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal, mencionado na Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC, foi emitido com o CNPJ da pessoa jurídica interessada pela renovação ora em análise (SEI 6761503). Ainda nesse sentido, foi colacionada nos autos a declaração de que a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período, nos termos do art. 113, XI, alínea "a", do Decreto nº 52.795, de 1963 (SEI 8106235).

13. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual opina-se pelo deferimento do pedido, com remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação a referida Nota Técnica nº 2776/2020/SEI-MC (SEI 6761594).

14. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Assistente**, em 14/09/2021, às 18:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 14/09/2021, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 14/09/2021, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 17/09/2021, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8109337** e o código CRC **488C0261**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2021.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico n.º _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria n.º 177, publicada em 10 de abril de 2006, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar,

sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2021.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº XXXX, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.036266/2018-49

SEI nº 8109337

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 2776/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.036266/2018-49

INTERESSADO: RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG, referente ao período de 26 de dezembro de 2018 a 26 de dezembro de 2028.
2. Inicialmente, os autos foram remetidos à Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares – COESA para manifestação quanto a regularidade técnica da entidade.
3. Em atendimento, a COESA exarou a Nota Técnica nº 570/2020/SEI-MC, asseverando que o laudo de vistoria (exigível à época) estava em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para a Renovação de Outorga (SEI 5660550).
4. Por meio da Nota Técnica nº 24419/2019/SEI-MCTIC, acompanhada do Ofício nº 46830/2019, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido (SEI 4935650 e SEI 4935726).
5. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 01250.000876/2020-29 e nº 01250.019092/2020-74).

ANÁLISE

6. É cediço que as outorgas do serviço de radiodifusão sonora podem ser renovadas pelo Poder Executivo, inclusive com a participação do Congresso Nacional, na forma do art. 223 da Constituição Federal.
7. Trata-se de direito cujo exercício está condicionado ao preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, alterada pela Lei nº 13.424/2017; na Lei nº 5.785/1972; no Decreto-Lei nº 236/1967; no Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020; bem como na Portaria nº 1.459/SEI-MCOM.
8. As outorgas do serviço de radiodifusão sonora poderão ser renovadas, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e

9. Vê-se, portanto, que não há limitação quanto ao número máximo de períodos a serem renovados pelo Poder Público.

10. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos, a habilitação jurídica das entidades, a qualificação econômico-financeira delas, bem como a respectiva regularidade fiscal e trabalhista. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do [art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#), acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

11. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião dos procedimentos de renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

12. No caso em apreço, conferiu-se à entidade "Rádio FM Medianeira Ltda" a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 177, de 3 de abril de 2006, e Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicados respectivamente no Diário Oficial da União do dia 10 de abril de 2006 e do dia 18 de junho de 2006 (SEI 6761934, págs. 7,8).

13. O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no

Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2008 (SEI 6761934, págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 26 de dezembro de 2018, levando-se em consideração a data da publicação do extrato do contrato e o prazo de 10 (dez) anos previsto para execução do serviço de radiodifusão sonora.

14. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em 28 de junho de 2018, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 3107428).

15. Logo, entende-se que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera nos doze meses anteriores ao término do respectivo prazo de validade da outorga, conforme exigido pelo art. 4º da Lei n.º 5.785/1972, alterada pela Lei n.º 13.424/2017.

16. Por sua vez, a documentação apresentada pela entidade e pelos sócio/diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 6761503).

17. Sobre o assunto, ressalta-se que a mencionada documentação foi conhecida, para fins de instrução processual, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, na forma do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº Decreto nº 10.405/2020. Tal postura coaduna com os postulados da celeridade e economia processual.

18. Em relação à habilitação jurídica, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 15, § 2º, do supramencionado Decreto n.º 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 (SEI 6761503). Colacionou-se, ainda, o seu ato constitutivo e as respectivas alterações, cujos registros ou arquivamentos foram levados a efeito perante o órgão competente. Na cláusula quinta de seu contrato social e na cláusula oitava da última alteração contratual, há previsão da execução do serviço de radiodifusão entre o rol de atividades a serem desempenhadas (SEI 6761503). Acostou-se, também, certidão emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 6761503).

19. Logo, entende-se que a habilitação jurídica da entidade, para fins de renovação da outorga do serviço de radiodifusão, restou devidamente demonstrada, na forma do art. 15, § 1º e § 2º, e do art. 113, incisos I e II, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020.

20. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, firmados em conjunto por profissional da área e por seu representante legal (SEI 6761503). Colacionou-se, ainda, certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 6761503). Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (SEI 6761503). Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (SEI 6761503). Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 6761503).

21. Logo, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que

desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira, fiscal e trabalhista, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020.

22. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 10 de março de 2021 (SEI 6761485, págs. 2-4).

23. Além da permissão objeto de análise do presente feito, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas seguintes localidades: Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio administrador Jozias de Lima integra o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas localidades de Criciúma/SC e Navegantes/SC. O sócio Lauro Paloschi compõe o quadro societário da entidade, que, por sua vez, explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, nas mesmas localidades.

24. Portanto, em nenhum caso, há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos sócios e dirigentes.

25. Ressalta-se, ainda, que, por meio de consulta ao Sistema Mosaico/ANATEL, verificou-se que o primeiro licenciamento da estação da entidade se deu em 30 de abril de 2010 e o último em 6 de maio de 2020 (SEI 6761485, pág. 5).

26. Em consulta ao referido sistema, não se vislumbrou a aplicação da penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 6761485, pág. 8). Por meio de Despacho Interno, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 5719640).

27. Sendo assim, esta Secretária de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Buritis/MG.

CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 11/03/2021, às 13:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 11/03/2021, às 13:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 11/03/2021, às 13:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 12/03/2021, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6761594** e o código CRC **4CF83FE9**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2776/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria n.º 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 01250.036266/2018-49, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 2776/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, acompanhado da Portaria n.º XXXX, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ n.º 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria n.º 177, publicada em 10 de abril de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo n.º 01250.036266/2018-49

SEI n.º 6761594

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 30 de outubro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 413 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 30/10/2023, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4689609** e o código CRC **468DAD29** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 3992/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 413/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 413/2023 (4689589), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, da permissão outorgada à RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA (CNPJ nº 04.387.509/0001-90), nos termos da Portaria nº 177, publicada em 10 de abril de 2006, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2008, publicado em 18 de junho de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Buritis, estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 30/10/2023, às 21:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4689824** e o código CRC **4DFD463F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 413/2023 MCOM (4689589), do Ministério das Comunicações.

Assunto: Serviço de Radiodifusão.

Trâmite do Processo:

Despacho/DIPUBL/CODOC (4689609), para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/PR.

Ofício nº 3992/GM/CC/PR, do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 31/10/2023, às 22:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4696255** e o código CRC **035A466D** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.036266/2018-49

Nota SAJ - Radiodifusão nº 527 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA.
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	01250.036266/2018-49

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.036266/2018-49, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM) [1]**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA** CNPJ nº 04.387.509/0001-90, no **município de Buritis, estado de Minas Gerais**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*"^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM ^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.036266/2018-49, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

[assinado eletronicamente]

RENATA NEIVA PINHEIRO

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

[assinado eletronicamente]

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

[assinado eletronicamente]

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "**Frequência Modulada (FM)**" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Neiva Pinheiro, Assessor**, em 11/07/2024, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 11/07/2024, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 12/07/2024, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5788999** e o código CRC **F9C560C8** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 566/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.036266/2018-49.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00413/2023 MCOM, de 14 de Agosto de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Buritis (MG).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00413/2023 MCOM (4685392), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.036266/2018-49, acompanhado da [Portaria MCOM nº 3.825, de 11 de novembro de 2021](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de 2018, no município de Buritis, estado de Minas Gerais, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO FM MEDIANEIRA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 04.387.509/0001-90, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00410/2021/CONJUR-MCOM/AGU, de 6 de outubro de 2021 (3191366), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - Nota Técnica nº 11129/2021/SEI-MCOM, de 17 de setembro de 2021 (4689603), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)^[3], ratificada pelo Despacho (4685387) de 20 de julho de 2023, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 14 de setembro de 2021 (3185844, p. 246), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#). Cumpre registrar que a consulta revela que está em tramitação processo de transferência de titularidade da outorga do canal registrado sob o Fistel nº 50405228198, em favor da empresa Buritis FM Ltda. (CNPJ nº 17.407.881/0001-62), conforme [Portaria MCOM nº 4.897, de 9 de março de 2022](#), no âmbito do Processo Administrativo nº 01250.028362/2018-13.
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição^[6]:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	04.387.509/0001-90
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CIDADE SE LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$12.000,00 (Doze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	KARLA DA SILVA LOSSO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	KARINA DA SILVA LOSSO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 08/07/2024 às 14:40 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

CRISTIANE LANDERDAHL DE ALBUQUERQUE
Secretária Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC, Substituta
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Succedida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de

[6] Observa-se que a razão social da empresa no cadastro do CNPJ é Rádio Cidade SE LTDA, enquanto Medianeira FM é nome fantasia, conforme descrito abaixo:

Página: 1/1